

a nossa história
entrega futuro.

ctt

Índice

| | |
|---|-----|
| RESULTADOS CONSOLIDADOS - 1º TRIMESTRE 2026..... | 3 |
| 1. DESEMPENHO OPERACIONAL | 5 |
| Soluções de comércio eletrónico | 6 |
| Correio e Serviços | 7 |
| Banco CTT..... | 8 |
| 2. DESEMPENHO FINANCEIRO | 9 |
| Demonstração de resultados | 10 |
| Demonstração de fluxos de caixa..... | 14 |
| Demonstração da posição financeira consolidada..... | 16 |
| 3. OUTROS DESTAQUES..... | 20 |
| Assuntos regulatórios postais | 21 |
| Principais marcos alcançados a nível de ESG..... | 21 |
| Programa de recompra de ações | 22 |
| Outlook para 2026 | 23 |
| Eventos subsequentes | 24 |
| 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS..... | 26 |
| CONTACTOS | 121 |

CTT - Correios de Portugal, S.A.

Resultados Consolidados - 1º Trimestre 2026

No 1º trimestre de 2026 (1T26), os rendimentos operacionais¹ dos CTT atingiram 329,4 M€ (+40,8 M€; +14,1% t.v.h.²), um desempenho positivo que reflete: (i) o crescimento contínuo e sustentado das Soluções de comércio eletrónico (+10,2% t.v.h. em termos orgânicos e +34,8% t.v.h. incluindo o efeito da consolidação da Cacesa), com o aumento do tráfego CEP a traduzir-se integralmente em receitas; (ii) o sólido desempenho do Banco CTT (+8,8% t.v.h.), sustentado por uma base de clientes em crescimento e um maior envolvimento dos clientes. Este crescimento foi atenuado pela diminuição das receitas de Correio e Serviços, devido à redução do tráfego de correio endereçado, bem como da colocação de dívida pública, apesar do crescimento contínuo do segmento de Soluções empresariais e Pagamentos.

Por área de negócio, os rendimentos operacionais foram conforme segue:

- As **Soluções de comércio eletrónico** registaram 164,2 M€ (+34,8% t.v.h.), mantendo uma trajetória de crescimento sustentado, impulsionada sobretudo pela dinâmica positiva do *e-commerce*, uma vez que o tráfego de encomendas de última milha cresceu 14,3% t.v.h. e está a impulsionar o crescimento da receita.
- O segmento **Correio e Serviços** atingiu 128,7 M€ (-3,4% t.v.h.), um decréscimo que reflete (i) a quebra de tráfego, embora parcialmente compensada por uma receita mais elevada por objeto, e de receitas do correio endereçado, e (ii) a redução das receitas da colocação de dívida pública devido a condições meteorológicas adversas e a uma comparação desafiante com o 1T25, o que, no trimestre, mais do que compensou o crescimento contínuo das Soluções Empresariais e Pagamentos.
- O **Banco CTT** registou 36,5 M€ (+8,8% t.v.h.), alavancado pelo crescimento da base de clientes e pelo seu maior envolvimento, o que resultou no crescimento do volume de negócios (+13,8% t.v.h.) e, conseqüentemente, da margem financeira (+8,9% t.v.h.) e comissões recebidas (+13,0% t.v.h.).

O **EBIT recorrente** situou-se em 15,3 M€ no 1T26 (-4,9 M€; -24,0% t.v.h.), com uma margem de 4,7%. Tal como previsto anteriormente, o desempenho do EBIT recorrente refletiu:

- 5,9 M€ nas **Soluções de comércio eletrónico**, um decréscimo de 17,1% t.v.h. incluindo o efeito da consolidação da Cacesa (equivalente a um decréscimo orgânico de 44,6% t.v.h.), resultante principalmente (i) de fatores excecionais como as condições meteorológicas adversas no 1T26 e uma *peak season* muito concentrada no 4T25 que se prolongou até ao 1T26, levando a esforços adicionais para manter a qualidade do serviço, e (ii) da inflação relacionada com os combustíveis, na sequência da crescente instabilidade no Médio Oriente;
- 4,2 M€ no **Correio e Serviços** (-46,6% t.v.h.), devido à redução das receitas, nomeadamente resultante da queda do tráfego de correio endereçado, bem como da colocação de dívida pública, e ainda devido a gastos extraordinários decorrentes da gestão do impacto de condições meteorológicas extremas;
- 5,3 M€ no **Banco CTT** (+0,9% t.v.h.), um desempenho relativamente estável comparado com o 1T25 que resulta da decisão estratégica de investimento na aceleração do crescimento da carteira de clientes, dos volumes de negócio e das receitas.

O **fluxo de caixa operacional** situou-se em -19,8 M€ no 1T26, devido principalmente a um investimento sazonal em fundo de maneio de 37,6 M€ (-27,7 M€ em termos homólogos), que normalmente é revertido ao longo do ano.

O **resultado líquido**³ atingiu 4,5 M€ no 1T26 (-1,0 M€; -17,6% face ao 1T25) refletindo um EBITDA mais baixo, custos de amortização mais elevados e gastos financeiros mais elevados, apesar de itens específicos mais baixos.

¹ Excluindo itens específicos.

² t.v.h. - taxa de variação homóloga.

³ Consolidado, atribuível a detentores de capital.

| | 1T25 | 1T26 | t.v.h. | 1T25 Pf | Milhões € t.v.h. Pf |
|---|-------------------|-------------------|----------------|--------------|------------------------|
| Rendimentos operacionais⁴ | 288,5 | 329,4 | 14,1% | 315,8 | 4,3% |
| Soluções de comércio eletrónico | 121,8 | 164,2 | 34,8% | 149,0 | 10,2% |
| Correio e Serviços | 133,2 | 128,7 | (3,4%) | 133,2 | (3,4%) |
| Banco CTT | 33,6 | 36,5 | 8,8% | 33,6 | 8,8% |
| Gastos operacionais | 248,7 | 292,6 | 17,7% | 271,8 | 7,7% |
| EBITDA⁴ | 39,9 | 36,7 | (7,9%) | 44,0 | (16,5%) |
| Margem EBITDA | 13,8% | 11,1% | 2,7pp | 13,9% | (2,8pp) |
| Depreciações e amortizações | 19,7 | 21,4 | 8,6% | 20,2 | 5,5% |
| EBIT recorrente⁴ | 20,2 | 15,3 | (24,0%) | 23,7 | (35,3%) |
| Margem EBIT recorrente | 7,0% | 4,7% | (2,3pp) | 7,5% | (2,8pp) |
| Soluções de comércio eletrónico | 7,1 | 5,9 | (17,1%) | 10,6 | (44,6%) |
| Correio e Serviços | 7,9 | 4,2 | (46,6%) | 7,9 | (46,6%) |
| Banco CTT | 5,2 | 5,3 | 0,9% | 5,2 | 0,9% |
| EBIT | 11,2 | 12,0 | 6,8% | 14,7 | (18,6%) |
| Resultado líquido do período⁵ | 5,5 | 4,5 | (17,6%) | 8,1 | (43,8%) |
| | 31.12.2025 | 31.03.2026 | Δ | Δ% | |
| Capital próprio | 323,2 | 323,6 | 0,4 | 0,1% | |
| Dívida líquida | 7,9 | 33,4 | 25,4 | » | |
| Dívida líquida c/ Banco CTT em MEP | 312,2 | 348,0 | 35,8 | 11,5% | |
| Dívida líquida/EBITDA (12m) c/ BCTT em MEP | 1,9 | 2,2 | 0,3 | 13,6% | |

Nota: "Pf" corresponde a pro forma e é utilizado para efeitos de comparação relativamente ao desempenho orgânico, incluindo a Cacesa, que foi adquirida em 30 de abril de 2025. Para este efeito, as contas pro forma incluem a Cacesa a partir de 1 de janeiro de 2025. . Esta definição aplica-se ao longo de todo o presente documento.

⁴ Excluindo itens específicos.

⁵ Consolidado, atribuível a detentores de capital.

1. Desempenho Operacional

1. Desempenho operacional

Soluções de comércio eletrónico

Os **rendimentos operacionais** do segmento de Soluções de comércio eletrónico dos CTT atingiram 164,2 M€ no 1T26, refletindo um crescimento de 34,8% face ao 1T25. Este crescimento significativo inclui a consolidação da Cacesa desde 30 de abril de 2025.

Numa base comparável, considerando o impacto da integração da Cacesa no 1T25, as receitas das Soluções de comércio eletrónico teriam crescido 10,2% t.v.h.

A Cacesa desempenha um papel fundamental na cadeia de valor do CEP internacional, assegurando processos de desalfandegamento nos fluxos extra-UE.

Neste primeiro trimestre de 2026, os CTT mantiveram uma trajetória de crescimento sustentado, impulsionada sobretudo pela dinâmica positiva do *e-commerce*. O tráfego CEP (*courier*, expresso e encomendas, incluindo carga) atingiu 39,6 milhões de objetos (+14,3% t.v.h.), equivalente a uma média diária de 639 mil objetos/dia útil, correspondendo na prática a uma aceleração sequencial quando comparado com +11,3% t.v.h. no 4Q25 e +8,9% t.v.h. no 3T25.

O crescimento do tráfego CEP traduz-se integralmente no aumento das receitas, que atingiram 133,2 M€

(+14,4% t.v.h.). A receita do tráfego não CEP decresceu 5% t.v.h. em resultado sobretudo da descontinuação das atividades de *handling* e desalfandegamento da carga aérea, que não fazem parte da atividade *core* da Cacesa. As receitas provenientes do desalfandegamento, geradas principalmente pela Cacesa - uma vez que as atividades de desalfandegamento da CTT Express estão a ser transferidas para a Cacesa -, registaram um crescimento de 12,9 % t.v.h. no 1T26, numa base comparável.

O aumento de volumes de comércio eletrónico, nomeadamente de origem asiática, tem impacto direto na atividade de desalfandegamento, onde a Cacesa assegura a capacidade operacional e a conformidade aduaneira necessárias para suportar este crescimento. A Cacesa desempenha um papel crítico na cadeia de valor do CEP internacional, assegurando a gestão dos processos de desalfandegamento associados ao crescimento do *e-commerce cross-border*, em particular nos fluxos provenientes de mercados extra-UE.

A trajetória sustentada de crescimento do CEP e atividades de desalfandegamento manteve-se, impulsionada sobretudo pela dinâmica positiva do comércio eletrónico.

A nível de rentabilidade, o **EBIT recorrente** ascendeu a 5,9 M€, com uma margem de 3,6%, uma contração de 2,2 p.p. face ao 1T25, explicada por (i) custos acrescidos e

extraordinários para fazer face à *peak season* de 2025, que se concentrou de forma atípica em torno do Natal e, em várias regiões, exigiu um esforço adicional significativo para manter a qualidade, um efeito que se prolongou até janeiro, (ii) custos associados à perturbação das operações na sequência das condições meteorológicas adversas em Portugal no 1T26, que geraram ineficiências temporárias, e (iii) pressões inflacionistas relacionadas com os combustíveis que afetaram o transporte de longa distância e a última milha.

A unidade de Soluções de comércio eletrónico continua focada na escalabilidade da operação, na eficiência dos processos e no reforço da capacidade operacional, de forma a assegurar níveis de serviço adequados num contexto de crescimento e elevada volatilidade do tráfego. Em linha com o compromisso de impulsionar o comércio eletrónico na Península Ibérica, os CTT continuam a expandir a sua presença na rede *out-of-home* em Portugal e Espanha. Esta rede abrange pontos de recolha/entrega ou PUDOs (*pick-up/drop-off*) com e sem atendimento, compreendendo cerca de 20.000 pontos. No 1T26, a rede de cacifos dos CTT (PUDOs não assistidos operados sob a marca Locky) contava com cerca de 1.400 cacifos instalados em Portugal e aproximadamente 90 em Espanha, mercado onde a expansão se iniciou recentemente, existindo já mais de 155 unidades contratadas para reforço futuro. Esta presença ibérica alargada e o posicionamento ao longo de toda a cadeia logística consolidam a posição dos CTT no mercado, promovendo ganhos de eficiência

operacional e sustentando o crescimento do segmento de comércio eletrónico.

A oferta de comércio eletrónico dos CTT é altamente diferenciada em capacidade de tratamento e distribuição de última milha, qualidade e cobertura geográfica de PUDOs.

Correio e Serviços

Os **rendimentos operacionais** de Correio e Serviços ascenderam a 128,7 M€ no 1T26 (-4,5 M€; -3,4% t.v.h.). Este decréscimo decorre fundamentalmente do desempenho do Correio (-2,9 M €; -3,0% t.v.h.) e dos Serviços Financeiros (-2,4 M€; -19,1% t.v.h.), mantendo-se o crescimento contínuo nas Soluções Empresariais e Pagamentos (+0,7 M€; +3,8% t.v.h.).

No segmento de Correio, os rendimentos situaram-se em 96,3 M€, traduzindo-se numa redução de 2,9 M€ (-3,0% t.v.h.). Este decréscimo é reflexo da quebra no correio endereçado, cujas receitas foram 89,8M€ (-2,9M€; -3,2% t.v.h.), em resultado da diminuição do tráfego de correio endereçado (-7,4% t.v.h.), parcialmente compensada por uma receita mais elevada por objeto (+4,5% t.v.h.).

De salientar que em fevereiro entraram em vigor os novos preços para 2026. A variação média anual de preços do Serviço Universal⁶ foi de +5,93%. No 1T26, essa variação

correspondeu a +6,04% t.v.h.

Os rendimentos operacionais dos Serviços (exceto Correio) ascenderam a 32,1 M€ (-1,6 M€; -4,7% t.v.h.) no 1T26. Este decréscimo justifica-se pela base comparativa elevada do 1T25, período em que os títulos de dívida pública (especialmente, certificados de aforro) atingiram valores muito elevados. Este efeito foi parcialmente mitigado pelo crescimento continuado das Soluções Empresariais e Pagamentos.

O crescimento contínuo das Soluções Empresariais compensa parcialmente a ligeira quebra na colocação de dívida pública face ao 1T25.

No 1T26 o segmento de soluções empresariais e pagamentos continuou com uma dinâmica positiva, com um conjunto de soluções orientadas para a modernização de processos e para a relação mais eficiente com clientes e cidadãos. Os rendimentos desta área atingiram 18,6 M€ (+0,7 M€; +3,8% t.v.h.).

Destaque para o WhatsApp Certificado, a evolução da plataforma eCarta e o reforço das capacidades de Business Process Outsourcing (BPO) e Contact Center, com aposta crescente em automação e modelos de IA para potenciar a qualidade de serviço.

Na 1T26, a Payshop, empresa de sistemas de pagamento licenciada dos CTT, iniciou a implementação faseada de

uma nova solução de pagamentos e de ponto de venda (POS), renovando de forma significativa o serviço e a experiência de pagamento na sua rede, permitindo o pagamento de faturas por cartão e introduzindo uma nova oferta de acquiring em loja. Do ponto de vista estratégico, esta iniciativa posiciona os CTT para escalar a sua oferta para além da sua própria rede, reforçando o seu gateway de pagamentos e assim consolidando os CTT como um fornecedor de soluções de pagamento integradas para o mercado português.

O **EBIT recorrente** de Correio e Serviços no 1T26 foi de 4,2 M€ (-3,7 M€; -46,6% t.v.h.), penalizado pela quebra de receita do correio endereçado e colocação de poupança (-6,0 M€), verificando-se um controlo do lado dos gastos.

Serviços como WhatsApp Certificado, eCarta, Business Process Outsourcing (BPO) e Contact Center materializam a aposta crescente em automação e IA para potenciar a qualidade de serviço.

O desempenho dos títulos de dívida pública gerou receitas relativas a colocação de poupança de 5,7 M€ (-3,0 M€; -34,5% t.v.h.). A comparação com o período homólogo é penalizada pelos volumes elevados do 1T25, que beneficiaram de alterações dos limites de subscrição ocorridas em outubro de 2024 e de taxas de juro que permaneceram atrativas num contexto de redução das taxas dos depósitos bancários. O 1T26 é marcado por uma normalização do ritmo de subscrições.

⁶ Inclui correspondências, correio editorial e encomendas do Serviço Universal, excluindo o correio internacional de chegada.

Neste contexto, foram efetuadas subscrições no montante de 1 023,0 M€, que comparam com 1 692,8 M€ no período homólogo (-39,6% t.v.h.). O alargamento ao canal digital tem-se revelado uma aposta comercial atrativa, representando já 11,1% do volume de transações do produto no período, correspondendo a um total de subscrições superior a 36 M€ (3,5% do total de subscrições no trimestre).

O número de utilizadores de planos de saúde aumentou 5,3 mil face ao período homólogo, para 54,5 mil no final do 1T26, refletindo a contribuição dos produtos de subscrição para o crescimento.

Banco CTT

Os **rendimentos operacionais** do Banco CTT atingiram 36,5 M€ no 1T26 (+3,0 M€; +8,8% t.v.h.). Este crescimento deve-se sobretudo ao crescimento da margem financeira (+2,2 M€; +8,9% t.v.h.) e das comissões recebidas (+1,0 M€; +13,0% t.v.h.), ambas alavancadas pelo crescimento da base de clientes e pelo seu maior envolvimento, o que resultou no crescimento do volume de negócios, dentro e fora do balanço.

No final do trimestre, o número de contas à ordem era de 712 mil (+3,8% t.v.h.), mais 4,8 mil face a dezembro de 2025.

O volume de negócios no 1T26 atingiu 8 060,8 M€ (+13,8% t.v.h.), que se explica principalmente (i) pelos depósitos de clientes, que se situaram em 4 404,5 M€ (+10,6% t.v.h.); (ii) pelo crédito a clientes, bruto de imparidades, dentro do balanço, que atingiu 2 148,2 M€

(+15,7% t.v.h.), suportado sobretudo pelo crédito automóvel (+11,6% t.v.h. para 1 112,8 M€) e pelo crédito à habitação (+20,7% t.v.h. para 1 029,9 M€); e (iii) pelas poupanças *off-balance*, que totalizaram 1 365,7 M€ (+23,2% t.v.h.).

Os juros recebidos do crédito automóvel atingiram 17,7 M€ no 1T26 (+1,5 M€; +9,3% t.v.h.). A produção situou-se em 78,8 M€ no mesmo período (+18,4% t.v.h.).

Os juros recebidos de crédito à habitação totalizaram 6,7 M€ no período (-0,5 M€; -7,4% t.v.h.). Este desempenho reflete a evolução das taxas Euribor. A produção de crédito à habitação situou-se em 91,2 M€ no 1T26 (+15,9 M€; +21,1% t.v.h.).

Volume de negócios atingiu 8,1 mM€ (+13,8% t.v.h.) no 1T26. Este crescimento foi fortemente impulsionado pelo crédito a clientes (+15,3%) e pelas poupanças *off-balance* (+23,2%).

Os outros juros recebidos registaram um decréscimo de 3,9 M€, impactados pela diminuição da remuneração dos valores aplicados no banco central, em resultado da descida das taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu (BCE).

No 1T26, as comissões recebidas atingiram 8,8 M€ (+1,0 M€; +13,0% t.v.h.), destacando-se as contribuições positivas dos seguros, do crédito à habitação, gestão de cartões e crédito ao consumo.

O rácio de transformação ascendeu a 47,3% no final do trimestre.

O custo do risco situou-se em 1,0% no 1T26, um valor ligeiramente mais elevado face ao ano anterior que incorporou o impacto positivo da venda de exposições não produtivas.

No final do trimestre, o rácio de transformação ascendia a 47,3% (+1,9 p.p. em termos homólogos e +1,2 p.p. face a 31 de dezembro de 2025).

O **EBIT recorrente** atingiu 5,3 M€ (+0,9% t.v.h.), apresentando um ligeiro crescimento face ao período homólogo. Este desempenho reflete a decisão estratégica de investir na aceleração do crescimento da base de clientes, dos volumes de negócios e das receitas, o que tem conduzido a maior investimento na rede, em capacidades comerciais e informática.

2. Desempenho Financeiro

2. Desempenho financeiro

Demonstração de resultados

| | 1T25 | 1T26 | t.v.h. | 1T25 Pf | Milhões € t.v.h. Pf |
|---|--------------|--------------|----------------|--------------|------------------------|
| Rendimentos operacionais | 288,5 | 329,4 | 14,1% | 315,8 | 4,3% |
| Soluções de comércio eletrónico | 121,8 | 164,2 | 34,8% | 149,0 | 10,2% |
| Correio e Serviços | 133,2 | 128,7 | (3,4%) | 133,2 | (3,4%) |
| Banco CTT | 33,6 | 36,5 | 8,8% | 33,6 | 8,8% |
| Gastos operacionais (-) | 248,7 | 292,6 | 17,7% | 271,8 | 7,7% |
| Gastos com pessoal | 107,1 | 112,9 | 5,4% | 111,1 | 1,6% |
| FSE | 129,7 | 164,8 | 27,0% | 148,7 | 10,8% |
| Imparidades e provisões | 4,4 | 5,9 | 33,7% | 4,4 | 33,7% |
| Outros gastos | 7,4 | 9,1 | 23,0% | 7,6 | 20,2% |
| EBITDA | 39,9 | 36,7 | (7,9%) | 44,0 | (16,5%) |
| Depreciações e amortizações (-) | 19,7 | 21,4 | 8,6% | 20,2 | 5,5% |
| EBIT recorrente | 20,2 | 15,3 | (24,0%) | 23,7 | (35,3%) |
| Soluções de comércio eletrónico | 7,1 | 5,9 | (17,1%) | 10,6 | (44,6%) |
| Correio e Serviços | 7,9 | 4,2 | (46,6%) | 7,9 | (46,6%) |
| Banco CTT | 5,2 | 5,3 | 0,9% | 5,2 | 0,9% |
| Itens específicos (-) | 9,0 | 3,4 | (62,6%) | 9,0 | (62,6%) |
| Reestruturações empresariais e projetos estratégicos | 6,7 | 3,0 | (55,6%) | 6,7 | (55,6%) |
| Outros rendimentos e gastos não recorrentes | 2,3 | 0,4 | (82,5%) | 2,3 | (82,5%) |
| EBIT | 11,2 | 12,0 | 6,8% | 14,7 | (18,6%) |
| Resultados financeiros (+/-) | (4,0) | (5,5) | (38,7%) | (4,0) | (38,7%) |
| Rendimentos financeiros líquidos | (4,0) | (5,5) | (38,7%) | (4,0) | (38,7%) |
| Gastos e perdas financeiros | (4,2) | (5,6) | (33,8%) | (4,3) | (31,3%) |
| Rendimentos financeiros | 0,2 | 0,1 | (47,4%) | 0,3 | (62,0%) |
| Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 0,0 | 0,0 | » | 0,0 | » |
| Imposto sobre rendimento (-) | 1,2 | 1,2 | 0,8% | 2,2 | (43,0%) |
| Interesses não controlados (-) | 0,5 | 0,7 | 35,7% | 0,5 | 35,7% |
| Resultado líquido do período⁷ | 5,5 | 4,5 | (17,6%) | 8,1 | (43,8%) |

⁷ Consolidado, atribuível a detentores de capital.

Rendimentos operacionais

Os **rendimentos operacionais**⁸ dos CTT atingiram 329,4 M€ (+40,8 M€; +14,1% t.v.h.⁹) no 1T26. Este desempenho inclui o impacto da consolidação da Cacesa a partir de 30 de abril de 2025. Excluindo este efeito, considerando a Cacesa como se tivesse sido totalmente consolidada no 1T25, os rendimentos operacionais consolidados dos CTT teriam registado um crescimento de +4,3% t.v.h.

Este desempenho positivo reflete (i) o crescimento contínuo e sustentado das Soluções de comércio eletrónico (+34,8% t.v.h. incluindo o efeito da consolidação da Cacesa e +10,2% t.v.h. em termos orgânicos), com o aumento do tráfego CEP a traduzir-se integralmente em receitas e (ii) o sólido desempenho do Banco CTT (+8,8% t.v.h.), sustentado por uma base de clientes em crescimento e um maior envolvimento dos mesmos. Este crescimento foi atenuado pela diminuição das receitas de Correio e Serviços, devido à redução do tráfego de correio endereçado, bem como da colocação de dívida pública, apesar do crescimento contínuo do segmento de Soluções empresariais e Pagamentos.

Gastos operacionais

No 1T26, os gastos operacionais (relativos a EBITDA) totalizaram 292,6 M€ (+17,7% t.v.h.), sendo o crescimento essencialmente explicado pelo aumento da atividade das Soluções de comércio eletrónico, incluindo a consolidação da Cacesa desde 30 de abril de 2025. Numa base

comparável, os gastos operacionais teriam aumentado 7,7% t.v.h.

Os **gastos com pessoal** atingiram 112,9 M€, aumentando +5,4% t.v.h. (+5,8 M€) no período. Numa base pró-forma, ajustando pela consolidação da Cacesa, os gastos com pessoal teriam crescido 1,6% t.v.h. (+1,8 M€). Este crescimento deveu-se sobretudo a aumentos salariais, tendo a evolução do pessoal no período estabilizado, uma vez que o esforço adicional com a racionalização das operações de correio foi praticamente compensado pelo crescimento da atividade das Soluções de comércio eletrónico, banco e soluções empresariais (contact center e gestão documental). O aumento salarial e do salário mínimo em Portugal e Espanha (+1,7 M€) representa a maior parte do crescimento desta rubrica.

Os gastos com **fornecimentos e serviços externos** totalizaram 164,8 M€, tendo aumentado 35,0 M€ ou +27,0% t.v.h. no período. Numa base pró-forma, ajustando a consolidação da Cacesa, os gastos com fornecimentos e serviços externos teriam crescido +10,8% t.v.h. (equivalente a +16,1 M€). Este aumento deve-se sobretudo a custos mais elevados na divisão de Soluções de comércio eletrónico, que cresceram 14,9 M€. Este crescimento é em grande medida explicado por (i) esforços adicionais no 1T26 para manter a qualidade, num contexto em que a época alta do 4T25 foi anormalmente concentrada no período do Natal e os volumes transitaram para janeiro, (ii) esforços adicionais para manter a qualidade do serviço nas áreas afetadas por condições meteorológicas extremas e (iii) inflação dos combustíveis

relacionada com a crise no Médio Oriente, que não foi compensada por sobretaxas de combustível nas receitas.

As **imparidades e provisões** situaram-se em 5,9 M€, tendo crescido 1,5 M€ (+33,7% t.v.h.), não existindo diferença para a base pró-forma, ajustando a consolidação da Cacesa. Este desempenho resulta do aumento no negócio Banco (+0,7 M€) e Soluções de comércio eletrónico (+0,5 M€).

Os **outros gastos** atingiram 9.1 M€, tendo aumentado 1,7 M€ (+23,0% t.v.h.), essencialmente, pelo aumento do negócio de Soluções de comércio eletrónico.

As **depreciações e amortizações** atingiram 21,4 M€, tendo aumentado 1,7 M€ (+8,6% t.v.h.). Numa base pró-forma, ajustando a consolidação da Cacesa, as depreciações e amortizações teriam crescido 5,5% t.v.h., correspondente a +1,1 M€. Este aumento é essencialmente justificado pelos investimentos em edifícios e instalações (+1,1 M€), frota (+0,2 M€) e sistemas de informação (+0,1 M€).

Os **itens específicos** ascenderam a 3,4 M€, tendo decrescido 62,6% t.v.h. e devido sobretudo a: (i) reestruturações, incluindo acordos de suspensão de contratos de trabalho (1,6 M€) e (ii) gastos associados a projetos estratégicos (1,3 M€). Os esforços de reestruturação, nomeadamente a suspensão de contratos de trabalho, são uma iniciativa que continuará ao longo do ano, dentro da orientação já fornecida (10–12 M em 2026).

⁸ Excluindo itens específicos.

⁹ t.v.h. - taxa de variação homóloga.

EBIT recorrente

O EBIT recorrente situou-se em 15,3 M€ no 1T26 (-4,9 M€; -24,0% t.v.h.), com uma margem de 4,7% (-2,3 p.p. em termos homólogos, incluindo o efeito da consolidação da Cacesa. Numa base proforma, o EBIT recorrente teria diminuído 35,3% t.v.h. e a margem do EBIT recorrente teria decrescido 2,8 p.p. t.v.h.

Este desempenho do EBIT recorrente no 1T26 reflete:

- uma redução de 17,1% t.v.h. nas Soluções de comércio eletrónico, para 5,9 M€ (-44,6% t.v.h. numa base pro forma), uma redução que se deve principalmente à pressão sobre os gastos operacionais e à inflação dos custos, que se prevê seja de caráter transitório, tal como referido acima;
- uma queda de 46,6% t.v.h. na área de Correio e Serviços para 4,2 M€, devida principalmente ao impacto da redução dos volumes de colocação de dívida pública, que, do ponto de vista marginal, tem um impacto significativo no EBIT recorrente, e à diminuição das receitas provenientes do correio endereçado; e
- um ligeiro crescimento de 0,9% t.v.h. no Banco CTT para 5,3 M€, que reflete a decisão estratégica de reinvestir o aumento das receitas em gastos comerciais, com o objetivo de acelerar ainda mais o crescimento da carteira de clientes, dos volumes de negócio e das receitas.

Resultado Líquido

Os resultados financeiros consolidados atingiram -5,5 M€ (-1,5 M€; -38,7% t.v.h.).

Os gastos financeiros líquidos ascenderam a 5,6 M€, refletindo principalmente (i) 1,8 M€ relacionados com benefícios pós-emprego e de longo prazo aos empregados, afetados pelo aumento da taxa de desconto, (ii) 1,5 M€ de juros associados a passivos de locação no âmbito da aplicação da IFRS 16 e (iii) 2,0 M€ de juros de financiamentos bancários decorrentes utilização continuada da linha de *Factoring* e de novos empréstimos.

Os CTT obtiveram no 1T26 um **resultado líquido consolidado** atribuível a detentores de capital do grupo CTT de 4,5 M€ (-1,0 M€ face ao 1T25). A evolução do resultado líquido consolidado foi influenciada sobretudo por: (i) um aumento do EBIT (+0,8 M€ no 1T26 vs. 1T25), uma vez que a redução do EBIT recorrente (-4,9 M€ t.v.h.) foi mais do que compensada por menores itens específicos (-5,6 M€ no 1T26 vs. 1T25); e (ii) pela evolução dos custos financeiros líquidos (+1,5M t.v.h. no 1T26).

Trabalhadores/as

| | 31.03.2025 | 31.03.2026 | Δ | Δ% |
|---------------------------------|---------------|---------------|------------|-------------|
| Correio e serviços | 10 863 | 10 823 | (40) | (0,4%) |
| Soluções de comércio eletrónico | 1 867 | 2 271 | 404 | 21,6% |
| Banco CTT | 636 | 703 | 67 | 10,5% |
| Total, do qual: | 13 366 | 13 797 | 431 | 3,2% |
| Efetivos do quadro | 11 609 | 11 803 | 194 | 1,7% |
| Contratados a termo | 1 757 | 1 994 | 237 | 13,5% |
| Portugal | 11 932 | 11 942 | 10 | 0,1% |
| Outras geografias | 1 434 | 1 855 | 421 | 29,4% |

Em 31 de março de 2026, o número de trabalhadores/as dos CTT (efetivos/as do quadro e contratados/as a termo) era de 13 797, (+431; +3,2% t.v.h.), tal como se mostra no quadro acima. A 31 de março de 2026, a Cacesa contava com 309 trabalhadores.

Ajustando a consolidação da Cacesa, o número total de trabalhadores do Grupo CTT teria crescido 0,8% t.v.h., refletindo em particular a redução de pessoal nos serviços de Correio e da estrutura central e apesar do crescimento registado nas Soluções de comércio eletrónico devido ao aumento da atividade.

Em relação às Soluções de comércio eletrónico, de salientar que o acréscimo de 404 trabalhadores à data de 31 de março de 2026 está sobretudo relacionado com a aquisição e consolidação inicial da Cacesa. Tendo em consideração os 317 trabalhadores que a Cacesa tinha em 31 de março de 2025, o número total de trabalhadores das Soluções de comércio eletrónico teria aumentado apenas 4,0% t.v.h., refletindo o crescimento da atividade.

Demonstração de fluxos de caixa

| | 1T25 | 1T26 | Δ | Milhões € Δ% |
|---|--------------|---------------|---------------|-----------------|
| EBITDA | 39,9 | 36,7 | (3,2) | (7,9%) |
| IFRS16 c/impacto no EBITDA | (10,5) | (11,3) | (0,8) | (7,7%) |
| Imparidades e provisões | 4,2 | 5,7 | 1,5 | 36,5% |
| Itens específicos* | (9,0) | (3,4) | 5,6 | 62,6% |
| Investimento | (7,6) | (9,9) | (2,4) | (31,3%) |
| Δ Fundo de Maneio | (9,9) | (37,6) | (27,7) | « |
| Cash Flow operacional | 7,1 | (19,8) | (26,9) | « |
| Benefícios aos empregados | (4,8) | (4,2) | 0,6 | 12,3% |
| Impostos | 0,0 | (0,1) | (0,1) | « |
| Cash Flow livre | 2,3 | (24,1) | (26,4) | « |
| Dívida (capital + juros) | (2,0) | 26,2 | 28,2 | » |
| Dividendos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0% |
| Aquisição de ações próprias | (10,3) | (3,5) | 6,8 | 65,8% |
| Alienação de edifícios | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0% |
| Investimentos em empresas | 3,3 | 0,2 | (3,1) | (93,6%) |
| Caixa inorgânica ¹⁰ | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0% |
| Variação de Caixa ajustada | (6,8) | (1,3) | 5,5 | 81,4% |
| Δ Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. e outros e Banco CTT ¹¹ | (0,5) | (85,1) | (84,7) | « |
| Δ Outros saldos de Caixa ¹² | 1,8 | (2,3) | (4,1) | « |
| Variação de Caixa | (5,5) | (88,7) | (83,2) | « |

* Itens específicos com impacto no EBITDA.

¹⁰ Posição de caixa dos ativos adquiridos durante o período, i.e. Cacesa e Decopharma, no momento da aquisição.

¹¹ A variação das responsabilidades líquidas dos Serviços Financeiros e Banco CTT reflete a evolução dos saldos credores perante terceiros, depositantes ou outros passivos financeiros bancários, deduzidos dos valores aplicados em crédito ou investimentos em títulos/ativos financeiros bancários, das entidades do Grupo CTT que prestam serviços financeiros, designadamente, os serviços financeiros dos CTT, a Payshop, o Banco CTT e a 321 Crédito.

¹² A variação dos outros saldos de caixa reflete a evolução dos saldos de depósitos à ordem no Banco de Portugal do Banco CTT, cheques a cobrar/compensação de cheques do Banco CTT e imparidade de depósitos e aplicações bancárias.

Cash Flow

O Grupo gerou no 1T26 um *cash flow* operacional de -19,8 M€ (-26,9 M€ face ao 1T25). O nível de *cash flow* operacional foi impactado pela evolução do EBITDA (-3,2 M€ para 36,7 M€) e do fundo de maneiio (-27,7 M€), tendo sido parcialmente compensado por um menor nível de itens específicos (+5,6 M€) e imparidades e provisões (+1,5 M€). O aumento do nível de investimento em 2,4 M€, para 9,9 M€ no 1T26 contribui igualmente para a evolução observada no *cash flow* operacional.

O investimento continua a refletir o crescimento observado na atividade do segmento de Soluções de comércio eletrónico e a aposta dos CTT em reforçar a automatização e melhorar a qualidade de serviço do negócio CEP e em intensificar o desenvolvimento do Banco CTT.

Ao nível do fundo de maneiio, a tendência observada foi significativamente influenciada por pagamentos de itens relacionados com o EBITDA. O desempenho do fundo de maneiio reflecte uma dinâmica sazonal que está relacionada com a *peak season* do segmento de Soluções de Comércio Eletrónico, a qual tipicamente é revertida ao longo do ano.

Demonstração da posição financeira consolidada

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 | Δ | Milhões € | Δ% |
|--|----------------|----------------|---------------|-----------|---------------|
| Ativo não corrente | 3 403,2 | 3 547,9 | 144,7 | | 4,3% |
| Ativo corrente | 2 825,6 | 2 612,1 | (213,5) | | (7,6%) |
| Total do Ativo | 6 228,8 | 6 160,0 | (68,8) | | (1,1%) |
| Capital próprio | 323,2 | 323,6 | 0,4 | | 0,1% |
| Total do passivo | 5 905,6 | 5 836,4 | (69,2) | | (1,2%) |
| Passivo não corrente | 984,4 | 1 059,0 | 74,6 | | 7,6% |
| Passivo corrente | 4 921,2 | 4 777,4 | (143,8) | | (2,9%) |
| Total capital próprio e passivo consolidado | 6 228,8 | 6 160,0 | (68,8) | | (1,1%) |

Na comparação da demonstração da **posição financeira consolidada** em 31 de março de 2026 com a de 31 de dezembro de 2025, destaca-se que:

O **ativo** atingiu 6,2 mM€ (-68,8 M€ face a 31 de dezembro de 2025). Este crescimento deve-se essencialmente ao aumento (i) da rubrica de crédito a clientes bancários (+85,3 M€), e (ii) da rubrica de Investimentos em títulos ao custo amortizado (+203,8 M€) em resultado dos investimentos efetuados pelo Banco CTT em dívida supranacional. Em sentido contrário observou-se o decréscimo (i) da rubrica de contas a receber (-45,2 M€), (ii) da rubrica outros ativos financeiros bancários (-223,0 M€) em resultado da redução das aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito por parte do Banco CTT e (iii) da rubrica de caixa e equivalentes de caixa (-88,7 M€).

O **capital próprio** atingiu 323,6 M€ (+0,4 M€ face a 31 de dezembro de 2025). A evolução desta rubrica reflete essencialmente: (i) o resultado líquido atribuível a

detentores do capital do Grupo CTT gerado no 1T26 no montante de 4,5 M€ que foi (ii) parcialmente compensado pela aquisição de ações próprias no montante de 3,9 M€ ao longo do período.

O **passivo** atingiu 5,8 mM€ (-69,2 M€ que em 31 de dezembro de 2025). Esta evolução reflete essencialmente o decréscimo observado na rubrica de contas a pagar (-179,2 M€) fruto da redução significativa da rubrica de fornecedores gerais em particular os relacionados com a *peak season*. Este decréscimo foi parcialmente compensado pelo (i) aumento da rubrica de depósitos de clientes bancários e outros empréstimos (+67,5 M€), (ii) o incremento da rubrica de financiamentos obtidos (+24,2 M€) e (iii) o pelo aumento da rubrica de outros passivos correntes (+27,0 M€) em resultado dos acréscimos de gastos relacionados com férias e subsídios de férias e Natal, sem que se observe ainda a sua utilização.

Dívida líquida consolidada

A **dívida líquida** consolidada alcançou um valor de 33,4 M€ no 1T26. Na comparação da dívida líquida consolidada em 31 de março de 2026 com a de 31 de dezembro de 2025, destaca-se:

A **caixa ajustada** decresceu 1,3 M€, em resultado do *cash flow* operacional gerado (-19,8 M€) e da variação do nível da dívida (+24,2 M€) devido à utilização de descobertos bancários. Os pagamentos de benefícios aos empregados/as (-4,2 M€), (ii) a aquisição de ações próprias (-3,5 M€) também contribuíram para a evolução observada.

A **dívida de curto e longo prazo** aumentou 24,2 M€ (+7,1% do que em 31 de dezembro de 2025), essencialmente devido à utilização de descobertos bancários para fazer face a necessidades pontuais de tesouraria.

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 | Δ | Milhões € Δ% |
|--|--------------|--------------|---------------|-----------------|
| Dívida líquida | 7,9 | 33,4 | 25,4 | » |
| Dívida CP & LP | 341,1 | 365,3 | 24,2 | 7,1% |
| Dos quais Locações financeiras (IFRS16) | 179,5 | 175,6 | (3,9) | (2,2%) |
| Caixa ajustada (I+II) | 333,2 | 331,9 | (1,3) | (0,4%) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 345,3 | 256,6 | (88,7) | (25,7%) |
| Caixa e seus equivalentes no final do período (I) | 296,1 | 209,7 | (86,4) | (29,2%) |
| Outros saldos de caixa | 49,2 | 46,9 | (2,3) | (4,7%) |
| Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II) | 37,1 | 122,2 | 85,1 | » |

Posição financeira consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 | Δ | Milhões € Δ% |
|--|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| Ativo não corrente | 932,5 | 932,3 | (0,2) | 0,0% |
| Ativo corrente | 624,5 | 499,8 | (124,8) | (20,0%) |
| Total do ativo | 1 557,1 | 1 432,1 | (125,0) | (8,0%) |
| Capital próprio | 294,1 | 294,1 | 0,1 | 0,0% |
| Total do passivo | 1 263,0 | 1 138,0 | -125,0 | (9,9%) |
| Passivo não corrente | 473,5 | 456,2 | -17,3 | (3,7%) |
| Passivo corrente | 789,5 | 681,7 | -107,7 | (13,6%) |
| Total capital próprio e passivo consolidado | 1 557,1 | 1 432,1 | -125,0 | (8,0%) |

Dívida líquida consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 | Δ | Milhões € | Δ% |
|--|----------------|----------------|---------------|-----------|----------------|
| Dívida líquida c/ BCTT em MEP | 312,2 | 348,0 | 35,8 | | 11,5% |
| Dívida CP & LP | 334,3 | 359,9 | 25,5 | | 7,6% |
| Dos quais Locações financeiras (IFRS16) | 172,6 | 170,1 | (2,5) | | (1,5%) |
| Caixa ajustada (I+II) | 22,1 | 11,9 | (10,2) | | (46,3%) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 254,5 | 168,7 | (85,7) | | (33,7%) |
| Caixa e seus equivalentes no final do período (I) | 254,5 | 168,7 | (85,7) | | (33,7%) |
| Outros saldos de caixa | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | (18,3%) |
| Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II) | (232,4) | (156,9) | 75,5 | | 32,5% |

Responsabilidades com benefícios aos empregados

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 | Δ | Milhões € | Δ% |
|---|--------------|--------------|--------------|-----------|---------------|
| Total das responsabilidades | 200,7 | 199,2 | (1,6) | | (0,8%) |
| Cuidados de saúde | 163,5 | 163,1 | (0,4) | | (0,2%) |
| Cuidados de saúde (321 Crédito) | 1,1 | 1,2 | 0,0 | | 2,8% |
| Acordos de suspensão | 18,8 | 17,4 | (1,4) | | (7,6%) |
| Outros benefícios de longo prazo aos trabalhadores | 4,5 | 4,5 | 0,0 | | (1,0%) |
| Outros benefícios de longo prazo (321 Crédito) | 0,2 | 0,2 | 0,0 | | 2,6% |
| Plano de pensões | 0,2 | 0,2 | 0,0 | | (2,4%) |
| Outros benefícios | 12,4 | 12,6 | 0,2 | | 1,9% |
| Impostos diferidos ativos | (48,4) | (48,1) | 0,3 | | (0,6%) |
| Total das responsabilidades (líquidas de impostos diferidos) | 152,4 | 151,1 | (1,3) | | (0,8%) |

As **responsabilidades com benefícios aos empregados/as** (benefícios pós-emprego e de longo prazo) situaram-se em 199,2 M€ em 31 de março de 2026, -0,8% do que em dezembro de 2025, discriminadas conforme o quadro acima. O decréscimo verificado (-1,6 M€) nas responsabilidades brutas decorre, essencialmente, do normal pagamento de benefícios ocorrido no período.

A estas responsabilidades com benefícios aos empregados/as estão associados impostos diferidos ativos no valor de 48,1 M€, o que leva a que o valor atual das responsabilidades com benefícios aos empregados/as líquidas de impostos diferidos ativos a elas associados seja de 151,1.

3. Outros Destaques

3. Outros destaques

Assuntos regulatórios

Correio e Serviço Universal

No contexto do enquadramento regulamentar em vigor desde fevereiro de 2022 e do Convénio sobre critérios a que deve obedecer a formação dos preços dos serviços postais que compõem o cabaz de serviços do serviço universal (Convénio de Preços do Serviço Universal) para o triénio 2026-2028, de 25 de julho de 2025, a partir de 3 de fevereiro de 2026, ocorreu a atualização dos preços do cabaz de serviços de correspondências, correio editorial e encomendas, correspondendo a uma variação média anual do preço de 6,20%. Enquadrada na política tarifária da Empresa para o ano 2026, a presente atualização corresponde a uma variação média anual dos preços de 5,93%, refletindo também o efeito da atualização dos preços especiais do correio em quantidade.

Expresso e Encomendas

Em matéria de fiscalidade e direitos aduaneiros, a 13 de novembro de 2025 foi aprovada a eliminação da isenção de direitos aduaneiros para as encomendas com valor inferior a 150 € enviadas de um país terceiro para um consumidor na UE, a qual deverá entrar em vigor a 1 de junho de 2026. A este custo a aplicar a cada categoria de objeto, deverá acrescer uma taxa de tratamento (*handling fee*). Estas

normas estão ainda em fase de regulamentação pela Comissão Europeia.

Setor financeiro - Banco CTT

Durante o 1T26, o setor financeiro europeu manteve-se resiliente num contexto macro económico desafiante, apoiado por sólidas posições de capital e liquidez, continuando, no entanto, a enfrentar a pressão decorrente da normalização das taxas de juro, da procura seletiva de crédito e da incerteza geopolítica. O setor manteve o seu foco num crescimento controlado, na qualidade dos ativos, na eficiência operacional e numa gestão prudente do risco.

As prioridades regulatórias e de supervisão continuaram a dar ênfase à governação interna, à resiliência operacional digital, à cibersegurança, à gestão do risco de terceiros e à proteção do consumidor. Em paralelo, o ecossistema de pagamentos ganhou maior relevância estratégica, impulsionado pela aceleração dos pagamentos instantâneos, pelo reforço dos mecanismos de prevenção de fraude, pelas carteiras digitais e pelo desenvolvimento de soluções de pagamento pan-europeias.

Neste contexto, o Banco CTT, enquanto instituição LSI de elevado impacto, manteve o foco no crescimento sustentável, na eficiência operacional e na conformidade regulatória, continuando a reforçar o seu modelo de controlo interno, as suas capacidades digitais e a proposta de valor em

pagamentos, consolidando um posicionamento centrado no cliente num setor bancário cada vez mais digital.

Principais marcos alcançados a nível de ESG

No âmbito do plano de transição carbónica, os CTT colocaram em operação o seu primeiro camião pesado de mercadorias 100% elétrico, atualmente ao serviço da região Norte (Grande Porto). Este marco reforça de forma concreta a estratégia de transição energética do Grupo, permitindo testar novos modelos operacionais e acelerar a redução da pegada carbónica das operações logísticas. Estima-se que esta iniciativa possibilite uma redução de cerca de sete toneladas de CO₂ até ao final do ano.

Em paralelo, os CTT prosseguiram com o seu plano de descarbonização da frota própria de última milha, atingindo 52,9% de veículos verdes, num total de 1 592 viaturas, das quais 97,8% são elétricas, sendo as restantes movidas a HVO¹³. Também no segmento de longo curso, o recurso a este biocombustível manteve-se como solução de transição, com impacto direto na redução das emissões de âmbito 1. No seu conjunto, estas iniciativas traduziram-se numa redução de 33,5% (t.v.h.) das emissões neste âmbito.

No 1T26, as emissões de GEE aumentaram 9,5% (t.v.h.), refletindo, em particular, o crescimento de 11,0% das

¹³ Hydrogenated Vegetable Oil.

emissões associadas à atividade da frota rodoviária subcontratada, em resultado do aumento de 11,8% (t.v.h.) do tráfego de E&E. Ainda assim, a pegada carbónica por objeto expresso registou uma redução de 6,4% face ao 1T25.

No domínio da economia circular, os CTT reforçaram a incorporação de materiais reciclados na oferta de correio, expresso e encomendas, alcançando uma taxa de 94,4%.

Este período ficou igualmente marcado por eventos climáticos extremos, perante os quais os CTT asseguraram uma resposta logística de emergência, em estreita articulação com entidades locais. Foram transportadas várias toneladas de bens de primeira necessidade e materiais de construção, incluindo 27 contentores com bens essenciais e mais de 1 000 m² de lonas para proteção provisória de habitações, colocando a robustez da infraestrutura logística e a capilaridade da rede CTT ao serviço do país e das comunidades afetadas.

O voluntariado corporativo manteve-se como um instrumento central de ligação às comunidades. No 1T26, foram realizadas 1 011 horas de voluntariado, distribuídas por 15 ações, com a participação de 1,9% dos trabalhadores dos CTT, impactando cerca de 1 440 pessoas de comunidades vulneráveis e jovens em idade escolar.

No início de 2026, teve igualmente início o programa MILES, uma iniciativa de capacitação dirigida a organizações da economia social em Portugal, promovida pela Fundação Manuel Violante. Assente nas competências internas do Grupo, o programa contou com a participação

de 13 mentores em cargos de chefia e liderança, que totalizaram 70,5 horas de voluntariado, colocando tempo, conhecimento e experiência ao serviço das organizações sociais.

No âmbito das iniciativas de impacto desenvolvidas com parceiros sociais, os CTT associaram-se ao Peditório Nacional da Cáritas e à campanha Pirilampo Mágico, promovida pela FENACERCI, disponibilizando a capilaridade da rede CTT para o apoio a comunidades vulneráveis.

Paralelamente, registou-se o arranque da 1.^a época de plantações de 2026 no âmbito da iniciativa “Uma Árvore pela Floresta”, desenvolvida em parceria com a Quercus. Ao longo do trimestre, foram realizadas cinco ações de florestação em diferentes regiões do país, que permitiram plantar mais de 4 750 árvores e arbustos de espécies autóctones, com a participação de 90 voluntários dos CTT e respetivos familiares, contribuindo para a recuperação de áreas classificadas e protegidas e para a valorização dos ecossistemas locais.

No domínio do desenvolvimento de talento, os CTT lançaram a IV edição do Programa de Embaixadores, acolhendo 17 jovens universitários, com o objetivo de aproximar os estudantes da realidade do Grupo, promover o desenvolvimento de competências e reforçar o posicionamento dos CTT enquanto empregador de referência.

Por fim, destacam-se os reconhecimentos externos da marca, com os CTT e a CTT Expresso distinguidos como Marca Recomendada no Portal da Queixa e os CTT eleitos,

pela 19.^a vez, Marca de Confiança dos portugueses na categoria de Correio e Logística.

Programa de recompra de ações

A 10 de fevereiro de 2026, os CTT deliberaram a aprovação de um programa de recompra de ações próprias, no montante global de 30 milhões de euros, equivalente a 3,0% da capitalização bolsista da Empresa, sujeito aos termos e condições comunicados ao mercado naquela data.

Este programa, a implementar até 30 de abril de 2027, tem como objetivos únicos: (i) a recompra de um máximo de até 5,5 milhões de ações, representativas de um valor nominal máximo de 2,75 milhões de euros (que corresponde a 4,1% do capital social nesta data), não ultrapassando em qualquer caso o montante global máximo de investimento referido; e (ii) a redução de capital social até ao mesmo montante mediante extinção das ações próprias adquiridas.

No dia 11 de fevereiro de 2026, deu-se início às transações no âmbito do programa de recompra anunciado no dia 10 do mesmo mês, pelo que a 29 de abril de 2026, data das últimas transações realizadas e divulgadas ao mercado, a Sociedade detinha um total acumulado de 2.321.125 ações próprias, representativas de 1,73% do capital social, incluindo 1 195 125 ações próprias anteriormente detidas.

Outlook para 2026

O início do ano de 2026 tem sido fértil em acontecimentos relevantes, nomeadamente ao nível macro geopolítico e ao nível regulatório, em particular no que se refere ao enquadramento aplicável às atividades de desalfandegamento na União Europeia.

Neste contexto, o 1T26 foi marcado por diversos acontecimentos conjunturais externos, nomeadamente, relacionados com (i) a geopolítica do Médio Oriente que está a causar perturbações nas cadeias globais de abastecimento logístico, impactando o tráfego e custos, (ii) a depressão Kristin em Portugal e no sul de Espanha que conduziu a menor afluência à rede de lojas CTT e provocou perturbação das operações, e (iii) uma *peak season* de 2025 anormalmente concentrada e com repercussões que se estenderam para o 1T26. Assim, no 1T26, organicamente, o EBIT recorrente decresceu 35,3% face ao 1T25 (-24,0% t.v.h., excluindo a consolidação da Cacesa em 1T25).

Em 2026 a introdução, acima mencionada, de nova regulamentação alfandegária criará oportunidades de crescimento nos serviços aduaneiros e/ou no *fulfilment* B2B na área da Cacesa, mas poderá penalizar o tráfego CEP ibérico e o tráfego alfandegário no curto prazo. Assim, prevê-se um crescimento do tráfego CEP de “um dígito elevado a dois dígitos baixos” nas Soluções de comércio eletrónico em 2026 num cenário de impacto limitado da nova regulação.

Adicionalmente, é relevante referir que a atual situação geopolítica está a perturbar as cadeias logísticas e a levar a

uma elevada volatilidade nos volumes e nos preços dos combustíveis, assim como riscos para as perspetivas macroeconómicas. O nosso cenário é de que este conflito não seja prolongado.

Tendo em conta as condições acima referidas, o *guidance* para 2026 é o seguinte: EBIT recorrente de “pelo menos 125 M€”, equivalente a um crescimento $\geq 8\%$, que é ancorado (i) em iniciativas de eficiência no segmento Correios e Serviços e na estrutura central que serão mantidas, resultando em custos de reestruturação de 10-12 M€ (vs. 12,5 M€ e 3,2 M€ em 2025 e 2024, respetivamente) (ii) num crescimento do EBIT recorrente excl. Banco CTT $\geq 11\%$, sujeito a um crescimento do tráfego CEP de, pelo menos, um dígito elevado em 2026 e a que o preço elevado dos custos de combustível não se prolongue, e (iii) num EBIT recorrente do Banco CTT estável, conforme indicado no CMD25, no âmbito da preparação para um crescimento mais elevado.

Apesar do ambiente volátil e do enquadramento regulatório, que aumenta o risco de execução, mantemos o compromisso de cumprir o *guidance* para 2026. Continuamos focados na execução: (i) concretizar o crescimento do *e-commerce*; (ii) tirar partido das recentes alterações nas condições dos certificados de aforro; (iii) melhorar a tendência da receita de Correio e Serviços, alavancando nas Soluções Empresariais e Pagamentos, bem como na política de preços do correio endereçado; e (iv) manter um foco rigoroso na redução de custos e na rentabilidade das operações.

Os CTT focar-se-ão em minimizar o impacto de riscos macro e setoriais relevantes e persistentes, nomeadamente

incerteza geopolítica, inflação, custo da energia e matérias-primas, e a imposição de tarifas que afetem o comércio global.

Para o ciclo de 2026-28, os objetivos visam alcançar a liderança ibérica em logística de comércio eletrónico, estabilizar o correio, fomentar soluções empresariais e fortalecer o retalho, e para o Banco CTT, acelerar o crescimento e a rentabilidade.

Para 2028, a ambição dos CTT consiste em alcançar a liderança ibérica, com receitas entre 1 600 M€ e 1 700 M€ e um EBIT recorrente no intervalo entre 170 M€ e 195 M€.

Conforme salientado nos seus Capital Markets Days, nos objetivos inicialmente anunciados em junho de 2022 e reforçados em novembro de 2025, os CTT continuam empenhados nos seus princípios de alocação de capital e flexibilidade financeira, nomeadamente: (1) permitir aos CTT continuar a prosseguir os seus objetivos de investimento no crescimento empresarial e ser um player ibérico de referência em logística e comércio eletrónico; (2) implementar uma política atrativa de remuneração acionista, que constitua uma fonte de rendimento adequada para os seus acionistas; e (3) aliar, dentro de condições de mercado específicas, uma remuneração acionista recorrente baseada em dividendos a uma remuneração acionista casuística, com base na recompra e subsequente cancelamento de ações. Neste contexto, os CTT continuarão a execução do programa de recompra de

ações¹⁴ em curso, de 30 M€, anunciado a 10 de fevereiro de 2026, dos quais 7,26 M€ já tinham sido adquiridos à data de 29 de abril de 2026.

Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2026, na Assembleia Geral Anual, os acionistas dos CTT aprovaram, entre outros pontos, (i) a aplicação dos resultados relativos ao exercício de 2025 nos termos propostos pelo Conselho de Administração, incluindo o pagamento de um dividendo bruto por ação de 0,19€ e (ii) autorizar o Conselho de Administração a aumentar o capital social dos CTT, mediante a emissão de novas ações, para cumprimento das obrigações de entrega de ações ao abrigo dos planos de atribuição de opções sobre ações dos CTT. O pagamento do dividendo está agendado para 28 de maio de 2026 (a data de ex-dividendo é 26 de maio).

Na Assembleia Geral 2026 foram igualmente eleitos os membros do Conselho de Administração, os membros da Mesa da Assembleia Geral e os membros da Comissão de Vencimentos dos CTT para o mandato 2026/2028.

Nota final

Esta comunicação é baseada nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas dos CTT – Correios de Portugal, S.A. relativas ao primeiro trimestre de 2026, que constam no capítulo seguinte.

A teleconferência de analistas para apresentação (em inglês) dos resultados do 1T26 pelo CEO, Guy Pacheco, pela CFO, Joana Freitas, e pelo CCO, João Sousa, realizar-se-á no dia 7 de maio de 2026, às 09h00, hora de Lisboa (GMT) / 10h00 CET. As coordenadas para acesso à conferência Zoom estão disponíveis na página [Resultados 1T26](#).

Lisboa, 6 de maio de 2026

O Conselho de Administração

Esta informação ao mercado e ao público em geral é efetuada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 29.º-Q do Código dos Valores Mobiliários e está também disponível no site dos CTT em: <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index>.

CTT – Correios de Portugal, S.A.

Representante para as Relações com o Mercado

Guy Pacheco

Diretor de Relações com Investidores

Nuno Vieira

Contactos:

E-mail: investors@ctt.pt

Telefone: + 351 210 471 087

¹⁴ Este programa de recompra de ações, com um valor global de 30 M€, será implementado até dia 30 de abril de 2027 e tem como objetivos únicos: (i) a recompra de um máximo de até 5.500.000 ações, representativas de um valor nominal máximo de 2.750.000 € (que corresponde a 4,1% do capital social nesta data), não ultrapassando em qualquer caso o montante global máximo de investimento referido; e (ii) a redução de capital social até ao mesmo montante mediante extinção das ações próprias adquiridas.

Disclaimer

Este documento foi preparado pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. (“Empresa” ou “CTT”) exclusivamente para efeitos da divulgação dos resultados do 1º trimestre de 2026 e tem natureza meramente informativa. Este documento não constitui, nem deve ser interpretado como, uma oferta para vender, emitir, trocar ou adquirir quaisquer instrumentos financeiros (nomeadamente quaisquer valores mobiliários emitidos pelos CTT ou por qualquer das suas subsidiárias ou filiais), nem como qualquer forma de solicitação, recomendação ou conselho de (des)investimento pelos CTT nem pelas suas subsidiárias ou filiais.

A distribuição deste documento em certas jurisdições pode ser proibida e os destinatários na posse do presente documento são os únicos responsáveis por informar-se sobre e por cumprir tais restrições. Em particular, esta comunicação e a informação nela contida não se destina a ser publicada, distribuída ou divulgada em ou para, direta ou indiretamente, os Estados Unidos da América (incluindo os seus territórios e possessões), Canadá, Japão ou Austrália ou qualquer outra jurisdição em que tal anúncio seria ilegal.

Desta forma, nem esta comunicação nem parte dela, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição. Assim, a Empresa não assume qualquer responsabilidade no que se refere ao presente documento, caso o mesmo seja utilizado para fins distintos dos supracitados.

Este documento (i) pode conter informação resumida e ser sujeito a alterações e aditamentos e (ii) a informação aqui incluída não foi verificada de forma independente nem objeto de auditoria ou revisão por quaisquer auditores ou consultores da Empresa. Assim, dada a natureza e finalidade da divulgação da informação nele contida e com exceção dos casos legalmente previstos, os CTT não se comprometem a atualizar ou rever publicamente qualquer informação inserida no presente documento. Este documento não esgota toda a informação prestada ao mercado sobre os CTT, pelo que os seus destinatários são convidados e aconselhados a consultar a informação pública divulgada pelos CTT em www.ctt.pt e em www.cmvm.pt. Em particular, o conteúdo desta comunicação deve ser lido e entendido à luz da informação financeira divulgada pelos CTT, através dos meios mencionados.

A leitura deste documento é tida como a aceitação / vinculação às restrições anteriores.

Declarações relativamente ao futuro

Esta comunicação inclui declarações relativas ao futuro. Todas as declarações constantes desta comunicação que não constituam factos históricos, incluindo, sem limitar, declarações que reflitam a nossa atual opinião ou, conforme aplicável, a dos nossos administradores, relativamente ao desempenho financeiro, estratégia de negócio, planos e objetivos de gestão relativamente às operações futuras são declarações relativas ao futuro. As declarações que incluem as expressões “espera”, “tenciona”, “planeia”, “acredita”, “antecipa”, “será”, “visa”, “pode”, “poderia”, “seria”, “continua” e declarações similares relativas ao futuro ou de tal natureza correspondem a declarações relativas ao futuro.

Todas as declarações relativas ao futuro incluídas na presente comunicação envolvem riscos certos e incertos e incertezas. Em conformidade, podem ou poderão ter lugar fatores importantes que determinem que os resultados, desempenho ou consequências efetivas difiram materialmente dos indicados nestas declarações. Quaisquer declarações relativas ao futuro constantes deste documento refletem a nossa opinião relativamente a eventos futuros e estão sujeitas a estes e outros riscos, incertezas e pressupostos relacionados com os resultados das nossas operações, estratégia de crescimento e liquidez.

Embora os CTT acreditem que os pressupostos de tais declarações são razoáveis na data em que são elaborados, advertem-se terceiros para o facto de que as informações e declarações relativas ao futuro estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais são difíceis de prever e geralmente estão para além do controlo dos CTT, o que poderá fazer com que os resultados e desenvolvimentos efetivos sejam significativamente diferentes daqueles expressos, implícitos ou projetados pelas informações e declarações relativas ao futuro.

As declarações relativas ao futuro não representam qualquer garantia de desempenho futuro nem foram revistas pelos auditores dos CTT, pelo que se adverte para que não seja depositada confiança indevida nas mesmas.

Quaisquer declarações relativas ao futuro referem-se apenas à data desta comunicação. Com exceção dos casos legalmente previstos, não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer declarações relativas ao futuro, em resultado de informação nova, desenvolvimentos futuros ou por outro motivo.

4. Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares Condensadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares Condensadas

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE MARÇO DE 2026

Euros

| | NOTAS | 31.12.2025 | Não auditado 31.03.2026 |
|---|-------|----------------------|----------------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 367 154 319 | 362 158 650 |
| Propriedades de investimento | 6 | 3 432 425 | 3 391 727 |
| Ativos intangíveis | 5 | 81 716 896 | 82 167 090 |
| Goodwill | | 184 697 513 | 184 697 513 |
| Investimentos em associadas | | 481 | 481 |
| Investimentos em entidades conjuntamente controladas | | 24 548 | 24 836 |
| Outros investimentos | | 4 387 496 | 4 616 092 |
| Diferimentos | 11 | 4 790 689 | 5 023 615 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | | 3 391 464 | 4 862 363 |
| Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral | 8 | 51 783 940 | 51 188 890 |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | 8 | 807 257 865 | 873 564 045 |
| Outros ativos não correntes | | 17 544 145 | 16 779 496 |
| Crédito a clientes bancários | 10 | 1 800 282 860 | 1 880 299 398 |
| Outros ativos financeiros bancários | 9 | 7 423 177 | 9 779 841 |
| Ativos por impostos diferidos | 26 | 69 318 134 | 69 345 882 |
| Total do ativo não corrente | | 3 403 205 954 | 3 547 899 920 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | | 6 210 052 | 6 268 518 |
| Contas a receber | | 252 960 120 | 207 727 086 |
| Crédito a clientes bancários | 10 | 193 856 268 | 199 090 858 |
| Diferimentos | 11 | 14 816 663 | 15 553 456 |
| Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral | 8 | 459 442 | 805 846 |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | 8 | 1 241 179 543 | 1 378 646 559 |
| Outros ativos correntes | | 103 691 934 | 105 653 286 |
| Outros ativos financeiros bancários | 9 | 667 089 067 | 441 740 567 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 12 | 345 315 048 | 256 613 484 |
| Total do ativo corrente | | 2 825 578 138 | 2 612 099 661 |
| Total do ativo | | 6 228 784 092 | 6 159 999 581 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital Próprio | | | |
| Capital | 14 | 66 910 000 | 66 910 000 |
| Ações próprias | 15 | (5 985 826) | (9 871 492) |
| Reservas | 15 | 12 550 693 | 12 512 876 |
| Resultados transitados | 15 | 140 741 205 | 191 380 731 |
| Outras variações no capital próprio | 15 | (7 505 177) | (7 602 180) |
| Resultado líquido do período | | 50 709 394 | 4 537 021 |
| Capital próprio atribuível a acionistas | | 257 420 289 | 257 866 955 |
| Interesses que não controlam | | 65 777 935 | 65 738 559 |
| Total do capital próprio | | 323 198 224 | 323 605 514 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Contas a pagar | 20 | 58 947 | 58 947 |
| Financiamentos obtidos | 18 | 284 842 176 | 266 069 305 |
| Benefícios aos empregados | | 165 674 631 | 164 740 550 |
| Provisões | 19 | 30 970 038 | 31 881 288 |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | | 5 405 242 | 8 505 703 |
| Títulos de dívida emitidos ao custo amortizado | 21 | 219 065 449 | 202 697 640 |
| Diferimentos | 11 | 1 501 844 | 1 848 047 |
| Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos | 22 | 274 038 461 | 381 130 706 |
| Outros passivos financeiros bancários | 9 | 1 276 934 | 298 081 |
| Passivos por impostos diferidos | 26 | 1 593 648 | 1 785 462 |
| Total do passivo não corrente | | 984 427 369 | 1 059 015 728 |
| Passivo corrente | | | |
| Contas a pagar | 20 | 594 320 823 | 415 137 103 |
| Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos | 22 | 4 060 470 211 | 4 020 878 342 |
| Benefícios aos empregados | | 30 767 947 | 30 143 116 |
| Imposto a pagar | 23 | 1 536 491 | 2 443 196 |
| Financiamentos obtidos | 18 | 56 272 118 | 99 223 628 |
| Títulos de dívida emitidos ao custo amortizado | 21 | 338 997 | 748 673 |
| Diferimentos | 11 | 7 566 553 | 6 063 610 |
| Outros passivos correntes | | 141 435 187 | 168 464 081 |
| Outros passivos financeiros bancários | 9 | 28 450 172 | 34 276 591 |
| Total do passivo corrente | | 4 921 158 499 | 4 777 378 339 |
| Total do passivo | | 5 905 585 868 | 5 836 394 067 |
| Total do capital próprio e passivo | | 6 228 784 092 | 6 159 999 581 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 31 DE MARÇO DE 2026
 Euros

| | NOTAS | Três meses findos em | |
|---|-----------|----------------------------|----------------------------|
| | | Não auditado 31.03.2025 | Não auditado 31.03.2026 |
| Vendas e serviços prestados | 3 | 252 687 715 | 290 609 625 |
| Margem Financeira | | 25 172 680 | 27 396 255 |
| Outros rendimentos e ganhos operacionais | | 10 304 962 | 11 176 913 |
| | | 288 165 357 | 329 182 793 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | (2 234 314) | (2 152 638) |
| Fornecimentos e serviços externos | | (132 617 949) | (166 316 656) |
| Gastos com o pessoal | 24 | (111 511 081) | (114 456 640) |
| Imparidade de contas a receber (perdas/reversões) | | (14 883) | (371 182) |
| Imparidade de outros ativos financeiros bancários | | (4 435 762) | (5 165 229) |
| Aumentos / reduções de justo valor | | — | 166 642 |
| Provisões (aumentos/reversões) | 19 | 53 680 | (342 456) |
| Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões) | | (19 670 339) | (21 360 627) |
| Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados | | 10 892 | (5 612) |
| Resultados de outros ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral | | 5 874 | (72 503) |
| Outros gastos e perdas operacionais | | (6 556 208) | (7 146 541) |
| Ganhos/perdas com alienação/remensuração de ativos | | 31 616 | 26 957 |
| | | (276 938 474) | (317 196 485) |
| | | 11 226 882 | 11 986 308 |
| Gastos e perdas financeiros | 25 | (4 214 254) | (5 639 073) |
| Rendimentos financeiros | 25 | 240 348 | 126 336 |
| Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | | (535) | 288 |
| | | (3 974 441) | (5 512 449) |
| Resultado antes de impostos | | 7 252 441 | 6 473 859 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 26 | (1 229 521) | (1 239 272) |
| Resultado líquido do período | | 6 022 920 | 5 234 587 |
| Resultado líquido do período atribuível a: | | | |
| Detentores de capital | | 5 508 944 | 4 537 021 |
| Interesses que não controlam | | 513 976 | 697 567 |
| Resultado por ação: | 17 | 0,04 | 0,03 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 31 DE MARÇO DE 2026
 Euros

| | NOTAS | Três meses findos em | |
|---|-------|----------------------------|----------------------------|
| | | Não auditado 31.03.2025 | Não auditado 31.03.2026 |
| Resultado líquido do período | | 6 022 920 | 5 234 587 |
| Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados) | 15 | (41 259) | (69 868) |
| Variações nas reservas de justo valor | 15 | — | (41 425) |
| Outras alterações no capital próprio | 15 | (693 073) | 2 329 |
| Diferença cambial de consolidação | 15 | — | (97 003) |
| Outro rendimento integral do período líquido de impostos | | (734 332) | (205 967) |
| Rendimento integral do período | | 5 288 588 | 5 028 620 |
| Atribuível a interesses que não controlam | | 494 130 | 697 567 |
| Atribuível aos acionistas dos CTT | | 4 794 458 | 4 331 053 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE MARÇO DE 2026
 Euros

| | NOTAS | Capital | Ações Próprias | Reservas | Outras variações no capital próprio | Resultados transitados | Resultado líquido do período | Interesses que não controlam | Total |
|---|-------|--------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------------|------------------------|------------------------------|------------------------------|---------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | | 69 220 000 | (15 831 386) | 31 993 036 | (1 182 098) | 117 846 899 | 45 536 317 | 60 680 510 | 308 263 277 |
| Diminuições de capital | 14 | (2 310 000) | 23 139 409 | (20 829 409) | — | — | — | — | — |
| Aplicação do resultado líquido do exercício de 2024 | | — | — | — | — | 45 536 317 | (45 536 317) | — | — |
| Distribuição de dividendos | 16 | — | — | — | — | (22 546 229) | — | (1 915 486) | (24 461 715) |
| Aquisição de ações próprias | 15 | — | (13 759 247) | — | — | — | — | — | (13 759 247) |
| Atribuição de ações próprias | 15 | — | 465 398 | (840 000) | 374 602 | — | — | — | — |
| Plano de ações | 15 | — | — | 2 202 616 | — | — | — | — | 2 202 616 |
| Alienação de participações | 15 | — | — | — | — | — | — | 3 407 430 | 3 407 430 |
| | | (2 310 000) | 9 845 560 | (19 466 792) | 374 602 | 22 990 089 | (45 536 317) | 1 491 944 | (32 610 915) |
| Outros movimentos | 15 | — | — | — | (554 794) | — | — | (50 423) | (605 217) |
| Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos | 15 | — | — | — | (6 003 829) | — | — | — | (6 003 829) |
| Variações nas reservas de justo valor | 15 | — | — | 24 449 | 126 640 | — | — | 2 333 | 153 422 |
| Diferença cambial de consolidação | 15 | — | — | — | (265 697) | — | — | — | (265 697) |
| Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial | 15 | — | — | — | — | (95 783) | — | — | (95 783) |
| Resultado líquido do período | | — | — | — | — | — | 50 709 394 | 3 653 572 | 54 362 966 |
| Rendimento integral do período | | — | — | 24 449 | (6 697 680) | (95 783) | 50 709 394 | 3 605 482 | 47 545 861 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | | 66 910 000 | (5 985 826) | 12 550 693 | (7 505 177) | 140 741 205 | 50 709 394 | 65 777 935 | 323 198 224 |
| Aplicação do resultado líquido do exercício de 2025 | | — | — | — | — | 50 709 394 | (50 709 394) | — | — |
| Distribuição de dividendos | 16 | — | — | — | — | — | — | (735 664) | (735 664) |
| Aquisição de ações próprias | 15 | — | (3 885 666) | — | — | — | — | — | (3 885 666) |
| | | — | (3 885 666) | — | — | 50 709 394 | (50 709 394) | (735 664) | (4 621 330) |
| Outros movimentos | 15 | — | — | — | — | — | — | 2 329 | 2 329 |
| Variações nas reservas de justo valor | 15 | — | — | (37 817) | — | — | — | (3 608) | (41 425) |
| Diferença cambial de consolidação | 15 | — | — | — | (97 003) | — | — | — | (97 003) |
| Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial | 15 | — | — | — | — | (69 868) | — | — | (69 868) |
| Resultado líquido do período | | — | — | — | — | — | 4 537 021 | 697 567 | 5 234 587 |
| Rendimento integral do período | | — | — | (37 817) | (97 003) | (69 868) | 4 537 021 | 696 287 | 5 028 620 |
| Saldo em 31 de março 2026 | | 66 910 000 | (9 871 492) | 12 512 876 | (7 602 180) | 191 380 731 | 4 537 021 | 65 738 559 | 323 605 514 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.
 O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 31 DE MARÇO DE 2026
 Euros

| | NOTAS | Não auditado 31.03.2025 | Não auditado 31.03.2026 |
|---|-------|----------------------------|----------------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 289 208 978 | 342 383 236 |
| Pagamentos a fornecedores | | (198 943 568) | (289 273 896) |
| Pagamentos ao pessoal | | (88 375 209) | (96 566 136) |
| Depósitos de clientes bancários | | (55 260 405) | 69 430 521 |
| Crédito a clientes bancários | | (67 275 231) | (86 611 011) |
| Caixa gerada pelas operações | | (120 645 435) | (60 637 287) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | (1 288) | (87 125) |
| Outros recebimentos/pagamentos | | 18 798 466 | (33 945 849) |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | (101 848 257) | (94 670 261) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Subsídios ao investimento | | 107 324 | 311 878 |
| Investimentos financeiros | 7 | 3 202 762 | — |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | 8 | 925 226 550 | 637 670 000 |
| Aplicações no Banco Central | 9 | 168 219 000 | 177 944 000 |
| Outros ativos financeiros bancários | 9 | 50 000 000 | 47 500 000 |
| Juros e rendimentos similares | | 393 680 | 256 666 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | (7 875 681) | (6 212 224) |
| Ativos intangíveis | | (7 072 695) | (4 262 908) |
| Propriedades de investimento | | (61 345) | — |
| Investimentos financeiros | 7 | (13 200) | (100 000) |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | 8 | (940 894 850) | (837 482 897) |
| Depósitos no Banco de Portugal | 9 | (73 600) | (902 500) |
| Outros ativos financeiros bancários | 9 | (51 500 000) | (500 000) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | 139 657 944 | 14 222 015 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | 18 | 75 000 | 41 920 110 |
| Depósitos de outras instituições de crédito | 9 | 118 231 847 | 4 955 100 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | 18 | (2 117 069) | (15 272 108) |
| Depósitos de outras instituições de crédito | | (118 231 847) | (4 955 100) |
| Juros e gastos similares | | (387 685) | (703 958) |
| Passivos de locação | 18 | (10 693 539) | (11 883 639) |
| Aquisição de ações próprias | 15 | (10 312 615) | (3 526 525) |
| Títulos de dívida emitidos | 21 | (21 599 966) | (16 458 924) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | (45 035 874) | (5 925 045) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | (7 226 185) | (86 373 291) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | — | 422 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 270 183 224 | 296 083 058 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 12 | 262 957 039 | 209 710 189 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | | |
| Depósitos à ordem no Banco de Portugal | | 40 520 900 | 43 821 300 |
| Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT | | 6 970 940 | 3 082 865 |
| Imparidade de depósitos e aplicações bancárias | | (4 251) | (869) |
| Caixa e seus equivalentes (Balanço) | | 310 444 627 | 256 613 484 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas
(Montantes expressos em Euros)

Índice

| | | |
|-----|--|-----|
| 4. | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS | 26 |
| 1. | INTRODUÇÃO | 33 |
| 1.1 | CTT – Correios de Portugal, S.A. (empresa-mãe) | 33 |
| 2. | POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS | 34 |
| 2.1 | Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo | 34 |
| 2.2 | Bases de preparação | 36 |
| 3. | RELATO POR SEGMENTOS | 36 |
| 4. | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | 44 |
| 5. | ATIVOS INTANGÍVEIS | 50 |
| 6. | PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO | 53 |
| 7. | EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO | 55 |
| 8. | INVESTIMENTO EM TÍTULOS | 63 |
| 9. | OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS | 68 |
| 10. | CRÉDITO A CLIENTES BANCÁRIOS | 71 |
| 11. | DIFERIMENTOS | 77 |
| 12. | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 78 |
| 13. | PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS | 79 |
| 14. | CAPITAL | 82 |
| 15. | AÇÕES PRÓPRIAS, RESERVAS, OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS TRANSITADOS | 84 |
| 16. | DIVIDENDOS | 88 |
| 17. | RESULTADOS POR AÇÃO | 88 |
| 18. | FINANCIAMENTOS OBTIDOS | 89 |
| 19. | PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS | 93 |
| 20. | CONTAS A PAGAR | 97 |
| 21. | TÍTULOS DE DÍVIDAS EMITIDOS AO CUSTO AMORTIZADO | 99 |
| 22. | DEPÓSITOS DE CLIENTES BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS | 103 |
| 23. | IMPOSTO A RECEBER/PAGAR | 104 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 24. | GASTOS COM O PESSOAL | 104 |
| 25. | GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS | 108 |
| 26. | IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO | 109 |
| 27. | PARTES RELACIONADAS | 115 |
| 28. | OUTRAS INFORMAÇÕES | 118 |
| 29. | EVENTOS SUBSEQUENTES | 120 |

1. Introdução

1.1 CTT – Correios de Portugal, S.A. (empresa-mãe)

Os CTT – Correios de Portugal, S. A. (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida dos Combatentes, 43, 14º piso, 1643-001 em Lisboa, teve a sua origem na “Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones” e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013, o Estado Português, através despacho n.º 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75 000 000 Euros, passando a ser representado por 150 000 000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei n.º 129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM n.º 62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM n.º 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013, o Estado português, através da Parpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014 ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma

oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

Na reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 16 de março de 2022, foi deliberado por unanimidade, a aprovação da implementação de um programa de recompra de ações próprias da Empresa, incluindo os respetivos termos e condições, com o objetivo único de redução do capital social da Empresa, mediante extinção das ações próprias adquiridas no âmbito do referido programa, condicionada à aprovação prévia por parte da Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2022, foi aprovado o número máximo de ações a adquirir no âmbito do programa de recompra.

No dia 7 de novembro de 2022, foi inscrita no registo comercial a redução do capital da Empresa no montante de 2 325 000 euros, mediante a extinção de 4 650 000 ações representativas de 3,1% do capital social, passando o capital social da Empresa a ser composto por 145 350 000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada.

Posteriormente, na Assembleia Geral Anual realizada no dia 20 de abril de 2023 e ainda no seguimento do programa de recompra de ações próprias supramencionado, e cujo âmbito foi alargado em 27 de julho de 2022, foi aprovada a redução do capital social em 717 500 Euros. No dia 21 de abril de 2023 foi inscrita no registo comercial a redução do capital no montante supracitado, mediante a extinção de 1 435 000 ações próprias representativas de 0,997% do capital social dos CTT adquiridas.

No dia 17 de Julho de 2024, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 737 500 Euros mediante a extinção de 5 475 000 ações próprias representativas de 3,80% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 26 de junho de 2023 a 9 de maio de 2024. Esta redução de capital foi realizada no âmbito da deliberação da Assembleia Geral Anual dos Acionistas dos CTT realizada no dia 23 de abril de 2024 que aprovou a redução do capital social em até 3 825 000 Euros correspondente à extinção de até 7 650 000 ações próprias adquiridas até 25 de junho de 2024 com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e respetiva libertação de excesso de capital.

No dia 12 de maio de 2025, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 310 000 Euros mediante a extinção de 4 620 000 ações próprias representativas de 3,34% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 22 de julho de 2024 a 17 de abril de 2025. Esta redução de capital foi realizada no âmbito da deliberação da Assembleia Geral Anual dos Acionistas dos CTT realizada no dia 30 de abril de 2025 que aprovou a redução do capital social em até 4 250 000 Euros correspondente à extinção de até 8 500 000 ações próprias adquiridas até 22 de julho de 2025 com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e respetiva libertação de excesso de capital.

Deste modo, em 31 de março de 2026, o capital social dos CTT é de 66 910 000 Euros, representado por 133 820 000 ações com um valor nominal de cinquenta cêntimos por

ação, tendo sido conseqüentemente alterados os Estatutos da Sociedade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 6 de maio de 2026.

2. Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31 de dezembro de 2025, exceto para as novas normas e alterações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2026.

2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- **Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 –Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros** - Estas alterações resultam essencialmente do projeto de revisão da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Post Implementation Review – PIR IFRS 9) e clarificam os seguintes aspetos relativos a instrumentos financeiros:
 - Esclarece que um passivo financeiro é desreconhecido na "data de liquidação", ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada, cancelada, expira ou o passivo de outra forma se qualifica para desreconhecimento. No entanto, é introduzida a possibilidade de uma entidade optar por adotar uma política contabilística que permita desreconhecer um passivo financeiro que seja liquidado através de um sistema de pagamentos eletrónico, antes da data de liquidação,

desde que verificado o cumprimento de determinadas condições.

- Esclarece de que forma uma entidade deve avaliar as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que incluem variáveis relativas a fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) e outras características contingentes semelhantes.
- Requer divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros sujeitos a um evento contingente (incluindo variáveis ESG) e instrumentos de capital classificados ao justo valor através de outro rendimento integral.
- **Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis** - As alterações referem-se especificamente a acordos de compra de energia renovável cuja fonte de produção é dependente da natureza, de modo que o fornecimento não pode ser garantido em horários ou volumes específicos. Neste sentido, estas alterações vêm clarificar a aplicação dos requisitos de "uso próprio" em acordos de compra de energia, bem como o facto de ser permitido aplicar contabilidade de cobertura quando esses contratos sejam usados como instrumentos de cobertura.
- **Melhorias anuais às IFRS (Volume 11)** - Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam

clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional, através de pequenas alterações consideradas não urgentes. As principais alterações incluídas neste volume referem-se:

- **IFRS 1 (Contabilidade de cobertura na adoção pela primeira vez das normas IFRS):** Esta alteração visa a atualização das referências cruzadas nos parágrafos B5 e B6 da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para os critérios elegibilidade da contabilidade de cobertura na IFRS 9 para os parágrafos 6.4.1(a), (b) e (c).
- **IFRS 7 (Ganho ou perda no desreconhecimento):** Esta alteração visa atualizar a linguagem relativa aos dados de mercado não observáveis incluídos no parágrafo B38 da IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como adicionar referências para os parágrafos 72 e 73 da IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor.
- **IFRS 7 (Orientações de implementação):** Diversos parágrafos relativos às orientações de implementação da IFRS 7 foram alterados por razões de consistência e clareza.
- **IFRS 9 (Desreconhecimento de passivos de locação):** Esta alteração vem clarificar que quando um passivo financeiro é extinto de acordo com a IFRS 9, o locatário deverá aplicar o parágrafo 3.3.3 da IFRS 9 e

reconhecer o ganho ou perda que resulte desse desreconhecimento.

- **IFRS 9 (Preço da transação):** Com esta alteração a referência ao "preço da transação" no parágrafo 5.1.3 da IFRS 9 é substituída por "montante determinado pela aplicação da IFRS 15".
- **IFRS 10 (Determinação de agente 'de facto'):** Alteração efetuada ao parágrafo B74 da IFRS 10, a qual vem clarificar que a relação descrita nesse parágrafo é apenas um exemplo de várias possíveis entre o investidor e outras partes atuando como agentes de facto. O objetivo desta alteração é remover a inconsistência com o requisito do parágrafo B73 segundo o qual uma entidade deve utilizar o seu julgamento na avaliação de outras partes possam atuar como agentes 'de facto'.
- **IAS 7 (Método do custo):** Substituição do termo "método do custo" por "ao custo" no parágrafo 37 da IAS 7 após a eliminação da definição de "método do custo".

O Grupo não registou alterações significativas com a adoção das presentes normas.

2.2 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS / IFRS”), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2026, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor.

3. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

A partir de 31 de dezembro de 2025, e na sequência da reorganização estratégica anunciada no Capital Markets Day de 2025, o Grupo CTT passou a reportar a sua atividade com base em três áreas de negócio: “Soluções de comércio eletrónico”, “Correio e Serviços” e “Banco CTT”.

Esta nova estrutura de reporte foi definida para alinhar a apresentação da informação financeira com o modelo de negócio atual dos CTT, marcado pelo forte crescimento da atividade logística associada ao comércio eletrónico, pela integração da Cacesa e pela futura *joint-venture* ibérica com a DHL.

A informação comparativa, a 31 de março de 2025, foi reexpressa em conformidade com as alterações descritas.

Assim, os segmentos reportados são agora:

- **Soluções de comércio eletrónico** – inclui a CTT Expresso S.A., a Open Lockers, S.A. e a Cacesa, S.A.U. e todas as suas subsidiárias;
- **Banco CTT** – Banco CTT, S.A. e 321 Crédito S.A.;
- **Correio e Serviços** – inclui os CTT - Correios de Portugal, S.A, a CTT Contacto S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A., NewSpring Services, S.A., CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A., MedSpring, S.A., CTT IMO Yield, S.A., Payshop, S.A., CORRE S.A., 1520 Innovation Fund, CTT Logística, S.A., Decopharma, Lda e NewSpring Iberia SL.

A divisão do negócio por segmentos é baseada na informação de Gestão produzida internamente e apresentada

à Comissão Executiva Alargada (CEA) do Grupo (“*chief operating decision maker*”).

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza e segmento para o período de três meses findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026 são as seguintes:

| Milhares de Euros | 31.03.2025 "Reexpresso" | | | |
|--|---------------------------------|---------------|--------------------|----------------|
| | Soluções de comércio eletrónico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total |
| Rendimentos operacionais | 121 793 | 33 558 | 133 179 | 288 530 |
| Vendas e serviços prestados | 121 390 | — | 131 514 | 252 904 |
| <i>Prestação de serviços</i> | 121 373 | — | 129 515 | 250 887 |
| <i>Vendas</i> | 17 | — | 2 000 | 2 017 |
| Margem Financeira | — | 25 173 | — | 25 173 |
| Outros rendimentos e ganhos operacionais | 403 | 8 386 | 1 664 | 10 453 |
| Gastos operacionais - EBITDA | 109 780 | 26 071 | 112 811 | 248 662 |
| Gastos com o pessoal | 13 655 | 9 029 | 84 428 | 107 112 |
| Fornecimentos e serviços externos | 95 501 | 10 253 | 23 982 | 129 736 |
| Outros gastos | 633 | 2 149 | 4 635 | 7 417 |
| Imparidades e Provisões | (31) | 4 479 | (51) | 4 397 |
| Prestações internas de serviços | 22 | 161 | (183) | — |
| EBITDA | 12 013 | 7 488 | 20 368 | 39 868 |
| Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões) | 4 958 | 2 277 | 12 430 | 19 665 |
| EBIT Recorrente | 7 055 | 5 211 | 7 938 | 20 204 |
| Itens específicos | 1 910 | 73 | 6 995 | 8 977 |
| Reestruturações empresariais | 134 | — | 4 265 | 4 399 |
| Projetos estratégicos | 1 173 | 88 | 998 | 2 259 |
| Outros rendimentos e gastos não recorrentes | 603 | (16) | 1 732 | 2 319 |
| EBIT | 5 145 | 5 138 | 943 | 11 227 |
| Resultados financeiros | | | | (3 975) |
| Gastos e perdas financeiros | | | | (4 214) |
| Rendimentos financeiros | | | | 240 |
| Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | | | | (1) |
| EBT | | | | 7 252 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | | | 1 230 |
| Resultado líquido | | | | 6 023 |
| Interesses não controlados | | | | 514 |
| Resultado líquido atribuível a detentores capital do Grupo CTT | | | | 5 509 |

31.03.2026

| Milhares de Euros | Soluções de comércio eletrónico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total |
|--|---------------------------------|---------------|--------------------|----------------|
| Rendimentos operacionais | 164 170 | 36 519 | 128 666 | 329 355 |
| Vendas e serviços prestados | 163 794 | — | 126 988 | 290 782 |
| Prestação de serviços | 163 735 | — | 125 103 | 288 838 |
| Vendas | 59 | — | 1 884 | 1 944 |
| Margem Financeira | — | 27 396 | — | 27 396 |
| Outros rendimentos e ganhos operacionais | 376 | 9 123 | 1 679 | 11 177 |
| Gastos operacionais - EBITDA | 152 005 | 29 104 | 111 540 | 292 649 |
| Gastos com o pessoal | 20 420 | 10 635 | 81 831 | 112 886 |
| Fornecimentos e serviços externos | 129 364 | 10 927 | 24 472 | 164 762 |
| Outros gastos | 1 932 | 2 199 | 4 991 | 9 122 |
| Imparidades e Provisões | 477 | 5 173 | 230 | 5 879 |
| Prestações internas de serviços | (187) | 170 | 17 | — |
| EBITDA | 12 165 | 7 415 | 17 127 | 36 707 |
| Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões) | 6 313 | 2 157 | 12 891 | 21 361 |
| EBIT Recorrente | 5 852 | 5 258 | 4 236 | 15 346 |
| Itens específicos | 652 | 200 | 2 507 | 3 359 |
| Reestruturações empresariais | 122 | — | 1 503 | 1 625 |
| Projetos estratégicos | 357 | 199 | 774 | 1 330 |
| Outros rendimentos e gastos não recorrentes | 174 | 1 | 230 | 405 |
| EBIT | 5 200 | 5 058 | 1 729 | 11 987 |
| Resultados financeiros | | | | (5 513) |
| Gastos e perdas financeiros | | | | (5 639) |
| Rendimentos financeiros | | | | 126 |
| Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | | | | — |
| EBT | | | | 6 474 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | | | 1 239 |
| Resultado líquido | | | | 5 235 |
| Interesses não controlados | | | | 698 |
| Resultado líquido atribuível a detentores capital do Grupo CTT | | | | 4 537 |

A 31 de março de 2026, os itens específicos ascenderam a 3,4 milhões de euros, devido essencialmente a: (i) reestruturações, incluindo acordos de suspensão de contratos de trabalho (+1,6 milhões de euros) e (ii) custos associados a projetos estratégicos (+1,3 milhões de euros)

As receitas detalham-se como se segue:

| Milhares de Euros | 31.03.2025 "Reexpresso" | 31.03.2026 |
|---|-------------------------|----------------|
| Soluções de comércio eletrónico | 121 793 | 164 170 |
| CEP | 116 481 | 133 241 |
| Clearance | 3 240 | 24 272 |
| Carga | 505 | 4 860 |
| Banca | 1 088 | 1 148 |
| Handling | — | 268 |
| Outros negócios | 479 | 380 |
| Banco CTT | 33 558 | 36 519 |
| Margem Financeira | 25 173 | 27 396 |
| Juros e rendimentos (+) | 41 510 | 38 574 |
| Juros e encargos (-) | (16 338) | (11 178) |
| Comissões Recebidas | 7 794 | 8 809 |
| Créditos | 1 372 | 1 568 |
| Poupança e Seguros | 2 449 | 3 199 |
| Contas e Cartões | 2 240 | 2 217 |
| Transacionalidade | 1 704 | 1 802 |
| Outras comissões recebidas | 30 | 22 |
| Outros | 592 | 314 |
| Correio e Serviços | 133 179 | 128 666 |
| Correio | 99 262 | 96 327 |
| Correio transacional | 90 190 | 87 693 |
| Correio editorial | 2 798 | 2 734 |
| Encomendas (SU) | 1 776 | 1 397 |
| Correio publicitário | 2 568 | 2 188 |
| Filatelia | 747 | 796 |
| Outros | 1 185 | 1 520 |
| Serviços Financeiros & Retalho | 12 543 | 10 142 |
| Prod Poupança e seguros | 8 953 | 6 115 |
| Transferências Dinheiro | 1 496 | 1 284 |
| Produtos e Serviços de Retalho | 1 946 | 2 619 |
| Outros | 146 | 124 |
| Soluções Empresariais | 13 019 | 14 339 |
| Pagamentos | 4 920 | 4 278 |
| Fulfilment e Outros | 2 889 | 2 904 |
| Outros | 546 | 677 |
| Total | 288 530 | 329 355 |

A decomposição do rédito, correspondente às vendas e prestações de serviços e margem financeira, para o período de três meses findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026, pelas fontes de rédito, são detalhadas conforme segue:

| | | | | 31.03.2025 "Reexpresso" | |
|---|---------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------------|--|
| Natureza | Soluções de comércio eletrônico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total | |
| Serviços postais | — | — | 110 376 034 | 110 376 034 | |
| Serviços expresso | 121 389 961 | — | — | 121 389 961 | |
| Venda produtos Merchandising | — | — | 238 779 | 238 779 | |
| Apartados | — | — | 335 441 | 335 441 | |
| Serviços postais internacionais (*) | — | — | 4 278 313 | 4 278 313 | |
| Comissões Serviços Financeiros | — | 25 172 680 | 16 285 853 | 41 458 533 | |
| Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira" | 121 389 961 | 25 172 680 | 131 514 420 | 278 077 061 | |

(*) Correio Inbound

| | | | | 31.03.2026 | |
|---|---------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--|
| Natureza | Soluções de comércio eletrônico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total | |
| Serviços postais | — | — | 109 343 481 | 109 343 481 | |
| Serviços expresso | 163 794 083 | — | — | 163 794 083 | |
| Venda produtos Merchandising | — | — | 207 071 | 207 071 | |
| Apartados | — | — | 314 789 | 314 789 | |
| Serviços postais internacionais (*) | — | — | 3 598 554 | 3 598 554 | |
| Comissões Serviços Financeiros | — | 27 396 255 | 13 523 869 | 40 920 124 | |
| Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira" | 163 794 083 | 27 396 255 | 126 987 764 | 318 178 102 | |

(*) Correio Inbound

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

| Ativos (Euros) | | | | 31.12.2025 |
|---|---------------------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| | Soluções de comércio eletrónico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total |
| Ativos intangíveis | 13 842 431 | 28 557 000 | 39 317 465 | 81 716 896 |
| Ativos fixos tangíveis | 123 662 315 | 10 547 402 | 232 944 602 | 367 154 319 |
| Propriedades de investimento | — | — | 3 432 425 | 3 432 425 |
| Goodwill | 104 033 171 | 60 678 648 | 19 985 694 | 184 697 513 |
| Ativos por impostos diferidos | 11 226 043 | 1 817 589 | 56 274 502 | 69 318 134 |
| Contas a receber | 102 554 663 | — | 150 405 457 | 252 960 120 |
| Crédito a clientes bancários | — | 1 994 139 128 | — | 1 994 139 128 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | — | 3 391 464 | — | 3 391 464 |
| Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral | — | 52 243 382 | — | 52 243 382 |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | — | 2 048 437 409 | — | 2 048 437 409 |
| Outros ativos financeiros bancários | — | 674 368 435 | 143 809 | 674 512 244 |
| Outros ativos | 50 076 248 | 26 578 134 | 74 811 627 | 151 466 008 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 87 396 267 | 104 751 881 | 153 166 900 | 345 315 048 |
| | 492 791 139 | 5 005 510 472 | 730 482 482 | 6 228 784 092 |

| | | | | 31.03.2026 |
|---|---------------------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| Ativos (Euros) | Soluções de comércio eletrónico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total |
| Ativos intangíveis | 13 597 021 | 29 213 729 | 39 356 340 | 82 167 090 |
| Ativos fixos tangíveis | 122 983 796 | 9 190 423 | 229 984 431 | 362 158 650 |
| Propriedades de investimento | — | — | 3 391 727 | 3 391 727 |
| Goodwill | 104 033 171 | 60 678 648 | 19 985 694 | 184 697 513 |
| Ativos por impostos diferidos | 11 233 348 | 1 981 778 | 56 130 756 | 69 345 882 |
| Contas a receber | 105 033 327 | — | 102 693 759 | 207 727 086 |
| Crédito a clientes bancários | — | 2 079 390 256 | — | 2 079 390 256 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | — | 4 862 363 | — | 4 862 363 |
| Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral | — | 51 994 736 | — | 51 994 736 |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | — | 2 252 210 604 | — | 2 252 210 604 |
| Outros ativos financeiros bancários | — | 451 520 408 | — | 451 520 408 |
| Outros ativos | 57 676 933 | 23 113 821 | 73 129 025 | 153 919 781 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 67 094 263 | 105 496 973 | 84 022 248 | 256 613 484 |
| | 481 651 859 | 5 069 653 739 | 608 693 980 | 6 159 999 581 |

As adições de ativos não correntes por segmento detalham-se como segue:

| | | | | 31.12.2025 |
|------------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Soluções de comércio eletrónico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total |
| Ativos intangíveis | 4 781 528 | 10 805 833 | 11 905 229 | 27 492 590 |
| Ativos fixos tangíveis | 31 526 387 | 5 944 342 | 28 778 914 | 66 249 643 |
| | 36 307 915 | 16 750 175 | 40 684 143 | 93 742 233 |

| | | | | 31.03.2026 |
|------------------------|---------------------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| | Soluções de comércio eletrónico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total |
| Ativos intangíveis | 461 117 | 2 127 220 | 2 491 297 | 5 079 635 |
| Ativos fixos tangíveis | 3 774 748 | 369 841 | 6 397 550 | 10 542 138 |
| | 4 235 865 | 2 497 061 | 8 888 847 | 15 621 773 |

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

| | | | | 31.12.2025 |
|-------------------------------------|---------------------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | Soluções de comércio eletrônico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total |
| Financiamentos não correntes | 66 902 320 | 5 052 568 | 212 887 289 | 284 842 176 |
| Empréstimos obrigacionistas | — | — | 110 000 000 | 110 000 000 |
| Papel Comercial | — | — | 35 000 000 | 35 000 000 |
| Passivos de locação | 66 902 320 | 5 052 568 | 67 887 289 | 139 842 176 |
| Financiamentos correntes | 13 476 453 | 1 757 418 | 41 038 247 | 56 272 118 |
| Empréstimos bancários | — | — | 16 656 367 | 16 656 367 |
| Empréstimos obrigacionistas | — | — | (24 475) | (24 475) |
| Papel Comercial | — | — | 24 037 | 24 037 |
| Passivos de locação | 13 476 453 | 1 757 418 | 24 382 318 | 39 616 189 |
| | 80 378 773 | 6 809 986 | 253 925 536 | 341 114 294 |

| | | | | 31.03.2026 |
|-------------------------------------|---------------------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | Soluções de comércio eletrônico | Banco CTT | Correio e Serviços | Total |
| Financiamentos não correntes | 64 539 407 | 3 695 399 | 197 834 499 | 266 069 305 |
| Empréstimos obrigacionistas | — | — | 110 000 000 | 110 000 000 |
| Papel Comercial | — | — | 20 000 000 | 20 000 000 |
| Passivos de locação | 64 539 407 | 3 695 399 | 67 834 499 | 136 069 305 |
| Financiamentos correntes | 13 322 756 | 1 744 291 | 84 156 581 | 99 223 628 |
| Empréstimos bancários | — | — | 58 657 041 | 58 657 041 |
| Empréstimos obrigacionistas | — | — | 1 078 864 | 1 078 864 |
| Papel Comercial | — | — | (4 807) | (4 807) |
| Passivos de locação | 13 322 756 | 1 744 291 | 24 425 484 | 39 492 531 |
| | 77 862 163 | 5 439 690 | 281 991 080 | 365 292 933 |

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

| Milhares de Euros | 31.03.2025 | 31.03.2026 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Rendimentos - Portugal | 152 325 | 150 474 |
| Rendimentos - outros países | 100 364 | 140 136 |
| | 252 688 | 290 610 |

Entre os rendimentos obtidos em outros países, destacam-se os rendimentos do segmento Soluções eCommerce obtidos pelas empresas sediadas em Espanha, no montante de 121 539 milhares de Euros (31 de março de 2025: 81 347 milhares Euros).

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2025 e o período de três meses findos em 31 de março de 2026, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2025

| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta investimentos | Direitos de Uso | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|--------------------|----------------------|
| Ativos fixos tangíveis | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 35 215 349 | 351 036 872 | 198 616 470 | 3 701 707 | 80 880 803 | 31 981 198 | 6 063 404 | 188 016 | 348 660 580 | 1 056 344 399 |
| Aquisições | — | 1 763 196 | 3 836 595 | 26 801 | 2 827 237 | 1 109 354 | 16 949 818 | — | — | 26 513 002 |
| Novos contratos | — | — | — | — | — | — | — | — | 39 736 641 | 39 736 641 |
| Alienações | (176 310) | (1 157 184) | (923 541) | — | — | — | — | — | — | (2 257 035) |
| Transferências e abates | — | 2 718 104 | 6 903 234 | — | 24 484 | (2 976) | (11 218 202) | — | (3 611 785) | (5 187 140) |
| Contratos findos | — | — | — | — | — | — | — | — | (1 219 960) | (1 219 960) |
| Remensurações | — | — | — | — | — | — | — | — | 18 074 168 | 18 074 168 |
| Regularizações | — | 661 955 | (396 151) | (8 989) | 77 594 | 2 129 875 | — | — | — | 2 464 285 |
| Alterações no perímetro de consolidação | — | 702 064 | 3 994 676 | 50 694 | 2 680 062 | — | — | — | 6 842 641 | 14 270 138 |
| Saldo final | 35 039 039 | 355 725 006 | 212 031 284 | 3 770 213 | 86 490 181 | 35 217 451 | 11 795 021 | 188 016 | 408 482 286 | 1 148 738 497 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 3 561 803 | 257 350 525 | 154 253 360 | 3 625 498 | 72 437 809 | 25 261 040 | — | — | 201 117 992 | 717 608 027 |
| Depreciações do período | — | 10 052 232 | 7 119 350 | 26 506 | 2 569 205 | 2 261 998 | — | — | 41 297 706 | 63 326 997 |
| Alienações | (24 527) | (904 077) | (918 752) | — | — | — | — | — | — | (1 847 356) |
| Transferências e abates | — | 1 196 | — | — | (32 985) | — | — | — | (1 866 119) | (1 897 907) |
| Contratos findos | — | — | — | — | — | — | — | — | (1 211 713) | (1 211 713) |
| Regularizações | — | 1 002 | (255 040) | (6 301) | (39 312) | 8 735 | — | — | (587 620) | (878 536) |
| Alterações no perímetro de consolidação | — | 497 021 | 3 565 302 | 38 819 | 2 297 578 | — | — | — | — | 6 398 720 |
| Saldo final | 3 537 276 | 266 997 899 | 163 764 220 | 3 684 522 | 77 232 294 | 27 531 774 | — | — | 238 750 245 | 781 498 231 |
| Perdas Imparidades Acumuladas | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | — | — | — | — | — | 13 109 | — | — | — | 13 109 |
| Reversões | — | (3 400) | — | — | — | — | — | — | — | (3 400) |
| Alterações no perímetro de consolidação | — | 76 238 | — | — | — | — | — | — | — | 76 238 |
| Saldo final | — | 72 838 | — | — | — | 13 109 | — | — | — | 85 947 |
| Ativos fixos tangíveis líquidos | 31 501 763 | 88 654 269 | 48 267 064 | 85 692 | 9 257 886 | 7 672 568 | 11 795 021 | 188 016 | 169 732 040 | 367 154 319 |

31.03.2026

| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Adiantamentos por conta investimentos | Direitos de Uso | Total |
|--|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|--------------------|----------------------|
| Ativos fixos tangíveis | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 35 039 039 | 355 725 006 | 212 031 284 | 3 770 213 | 86 490 181 | 35 217 451 | 11 795 021 | 188 016 | 408 482 286 | 1 148 738 497 |
| Aquisições | — | 138 572 | 767 600 | 1 267 | 210 103 | 308 673 | 3 408 020 | — | — | 4 834 235 |
| Novos contratos | — | — | — | — | — | — | — | — | 5 707 903 | 5 707 903 |
| Alienações | — | — | (367 915) | — | (3 239) | (3 668) | — | — | — | (374 822) |
| Transferências e abates | — | 923 750 | 3 245 683 | — | 119 | — | (4 443 678) | — | — | (274 126) |
| Remensurações | — | — | — | — | — | — | — | — | 1 834 280 | 1 834 280 |
| Regularizações | — | 2 325 | 68 951 | 2 043 | 19 220 | (3 782) | — | — | (1 040 691) | (951 934) |
| Saldo final | 35 039 039 | 356 789 653 | 215 745 603 | 3 773 523 | 86 716 384 | 35 518 674 | 10 759 363 | 188 016 | 414 983 778 | 1 159 514 033 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 3 537 276 | 266 997 899 | 163 764 220 | 3 684 522 | 77 232 294 | 27 531 774 | — | — | 238 750 245 | 781 498 231 |
| Depreciações do período | — | 2 523 206 | 1 958 285 | 6 368 | 631 951 | 451 498 | — | — | 10 717 767 | 16 289 075 |
| Alienações | — | — | (367 915) | — | (2 376) | (2 053) | — | — | — | (372 344) |
| Transferências e abates | — | — | — | — | (21 746) | — | — | — | — | (21 746) |
| Regularizações | — | 5 961 | 34 069 | 176 | 3 948 | 4 801 | — | — | (171 460) | (122 504) |
| Saldo final | 3 537 276 | 269 527 066 | 165 388 659 | 3 691 066 | 77 844 071 | 27 986 020 | — | — | 249 296 552 | 797 270 711 |
| Perdas Imparidades Acumuladas | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | — | 72 838 | — | — | — | 13 109 | — | — | — | 85 947 |
| Reversões | — | (1 275) | — | — | — | — | — | — | — | (1 275) |
| Saldo final | — | 71 563 | — | — | — | 13 109 | — | — | — | 84 672 |
| Ativos fixos tangíveis líquidos | 31 501 763 | 87 191 024 | 50 356 944 | 82 458 | 8 872 312 | 7 519 545 | 10 759 363 | 188 016 | 165 687 225 | 362 158 650 |

As depreciações contabilizadas, no montante de 16 289 075 Euros (14 735 723 Euros em 31 de março de 2025), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

No ano findo em 31 de dezembro de 2025, mantendo a sua estratégia de desenvolvimento do negócio imobiliário, descrita em detalhe na nota 7, os CTT procederam à transferência de 30 imóveis para a CTT IMO Yield, que se traduziu no desreconhecimento de ativos fixos tangíveis no valor líquido contabilístico de 5 417 milhares de Euros e propriedades de investimento no valor líquido contabilístico de 422 milhares de euros (nota 6). De seguida, a Empresa efetuou uma operação de leaseback dos imóveis utilizados no âmbito da sua atividade operacional. Esta operação resultou no reconhecimento de um direito de uso de 2 460 milhares de euros, bem como o respetivo passivo de locação de 5 997 milhares de euros. A mais-valia gerada na operação totaliza 2 605 milhares de euros na Empresa. Considerando que se trata de uma operação entre empresas do grupo, não foram reconhecidos impactos em resultados do período na Empresa. Salienta-se de igual forma, que esta operação não tem impacto nas contas consolidadas do Grupo.

De acordo com o contrato de concessão em vigor (Nota 1), no termo da concessão reverterem gratuita e

automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração suportado nos registos patrimoniais da Empresa e na declaração da Direção Geral do Tesouro e Finanças, responsável pelo Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE), conclui que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Como no âmbito do contrato de concessão o concedente não controla qualquer interesse residual significativo na rede postal dos CTT e sendo os CTT livres para alienar, substituir ou onerar os bens que integram a rede postal, a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços não é aplicável ao contrato de concessão de prestação do serviço postal universal.

Durante o período findo três meses findos em 31 de março de 2026, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis em curso

Na rubrica de aquisições de ativos fixos tangíveis em curso encontram-se registados, essencialmente, investimentos em obras de melhoramento em edifícios próprios e alheios, com destaque para o MARL e o reforço da capacidade operacional através da aquisição de unidades de carga (contentores). Estão ainda incluídos valores referentes à expansão da rede de cacifos.

Direitos de Uso

Os direitos de uso reconhecidos detalham-se como segue, por tipologia de bem subjacente:

| | | | | 31.12.2025 |
|---|--------------------|-------------------|------------------|--------------------|
| | Edifícios | Veículos | Outros ativos | Total |
| Ativos fixos tangíveis | | | | |
| Saldo inicial | 263 814 669 | 78 726 045 | 6 119 866 | 348 660 580 |
| Novos Contratos | 22 716 315 | 15 823 505 | 1 196 822 | 39 736 641 |
| Transferências e abates | (3 208 256) | (403 529) | — | (3 611 785) |
| Contratos findos | (1 163 688) | (56 272) | — | (1 219 960) |
| Remensurações | 17 501 803 | 572 365 | — | 18 074 168 |
| Alterações no perímetro de consolidação | 6 479 490 | 214 499 | 148 653 | 6 842 641 |
| Saldo final | 306 140 332 | 94 876 613 | 7 465 340 | 408 482 286 |
| Depreciações acumuladas | | | | |
| Saldo inicial | 152 982 714 | 44 132 570 | 4 002 708 | 201 117 992 |
| Depreciações do período | 27 359 826 | 12 787 710 | 1 150 169 | 41 297 706 |
| Transferências e abates | (1 464 388) | (401 732) | — | (1 866 119) |
| Contratos findos | (1 161 142) | (50 571) | — | (1 211 713) |
| Regularizações | (587 620) | — | — | (587 620) |
| Saldo final | 177 129 391 | 56 467 977 | 5 152 877 | 238 750 245 |
| Ativos fixos tangíveis líquidos | 129 010 941 | 38 408 636 | 2 312 463 | 169 732 040 |

| | | | | 31.03.2026 |
|--|--------------------|-------------------|------------------|--------------------|
| | Edifícios | Veículos | Outros ativos | Total |
| Ativos fixos tangíveis | | | | |
| Saldo inicial | 306 140 332 | 94 876 613 | 7 465 340 | 408 482 286 |
| Novos Contratos | 1 372 379 | 4 335 524 | — | 5 707 903 |
| Remensurações | 1 834 280 | — | — | 1 834 280 |
| Regularizações | (1 040 691) | — | — | (1 040 691) |
| Saldo final | 308 306 300 | 99 212 137 | 7 465 340 | 414 983 778 |
| Depreciações acumuladas | | | | |
| Saldo inicial | 177 129 391 | 56 467 977 | 5 152 877 | 238 750 245 |
| Depreciações do período | 7 119 043 | 3 337 276 | 261 448 | 10 717 767 |
| Regularizações | (171 460) | — | — | (171 460) |
| Saldo final | 184 076 974 | 59 805 253 | 5 414 325 | 249 296 552 |
| Ativos fixos tangíveis líquidos | 124 229 326 | 39 406 885 | 2 051 015 | 165 687 225 |

As depreciações contabilizadas no montante de 10 717 767 Euros (9 513 453 Euros em 31 de março de 2025), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

No decurso do período de três meses findos em 31 de março de 2026, os principais movimentos registados nas rubricas de "Direitos de Uso" foram os seguintes:

Edifícios

Os movimentos relativos às aquisições referem-se à celebração de novos contratos de arrendamento, efetuados pelas empresas CTT (1 372 mil Euros). Relativamente às remensurações, estas resultaram,

essencialmente, de prolongamentos de contratos de arrendamento já existentes, tendo sido registados nas empresas CTT (1 284 mil Euros) e CTT Expresso (1 158 mil Euros).

Veículos

O valor das aquisições corresponde, maioritariamente, a novos contratos celebrados para renovação da frota, pelas empresas CTT (4 170 mil Euros) e Banco CTT (138 mil Euros).

A Informação sobre os passivos associados a estas locações bem como os gastos de financiamento encontram-se divulgados nas notas dos "Financiamentos obtidos" (Nota 18) e nota dos "Gastos e rendimentos financeiros" (Nota 25), respetivamente.

No período de três meses findos em 31 de março de 2026 não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

De acordo com a análise de imparidade com referência a 31 de março de 2026, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os ativos fixos tangíveis estão registados possa não ser recuperado.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de ativos fixos tangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Fixos Tangíveis totalizam a 31 de março de 2026, 11 738 331 Euros (31 de dezembro de 2025: 12 904 978 Euros).

5. Ativos intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

| | | | | | | 31.12.2025 |
|---|--------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------|--------------------|
| | Projetos desenvolvimento | Programas de computador | Propriedade industrial | Outros ativos intangíveis | Ativos intangíveis em curso | Total |
| Ativos intangíveis | | | | | | |
| Saldo inicial | 4 380 552 | 205 828 811 | 19 952 916 | 2 309 070 | 8 459 237 | 240 930 586 |
| Aquisições | — | 1 773 687 | 470 | — | 25 718 433 | 27 492 590 |
| Transferências e abates | — | 21 723 276 | — | — | (20 823 950) | 899 326 |
| Regularizações | — | — | (50 305) | — | — | (50 305) |
| Alterações no perímetro de consolidação | — | 1 751 598 | 226 259 | — | 18 740 | 1 996 597 |
| Saldo final | 4 380 552 | 231 077 372 | 20 129 339 | 2 309 070 | 13 372 460 | 271 268 794 |
| Amortizações acumuladas | | | | | | |
| Saldo inicial | 4 380 552 | 145 021 425 | 16 434 289 | 1 647 533 | — | 167 483 799 |
| Amortizações do período | — | 19 151 691 | 714 253 | 360 838 | — | 20 226 782 |
| Regularizações | — | — | (35 160) | — | — | (35 160) |
| Alterações no perímetro de consolidação | — | 1 665 202 | 211 275 | — | — | 1 876 477 |
| Saldo final | 4 380 552 | 165 838 318 | 17 324 657 | 2 008 371 | — | 189 551 898 |
| Ativos intangíveis líquidos | — | 65 239 055 | 2 804 682 | 300 698 | 13 372 460 | 81 716 896 |

| | | | | | | 31.03.2026 |
|------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------|
| | Projetos desenvolvimento | Programas de computador | Propriedade industrial | Outros ativos intangíveis | Ativos intangíveis em curso | Total |
| Ativos intangíveis | | | | | | |
| Saldo inicial | 4 380 552 | 231 077 372 | 20 129 339 | 2 309 070 | 13 372 460 | 271 268 794 |
| Aquisições | — | 53 008 | 1 450 | — | 5 025 177 | 5 079 635 |
| Transferências e abates | — | 6 324 508 | — | — | (5 918 281) | 406 227 |
| Regularizações | — | (91 761) | 8 132 | — | — | (83 628) |
| Saldo final | 4 380 552 | 237 363 128 | 20 138 922 | 2 309 070 | 12 479 356 | 276 671 027 |
| Amortizações acumuladas | | | | | | |
| Saldo inicial | 4 380 552 | 165 838 318 | 17 324 657 | 2 008 371 | — | 189 551 898 |
| Amortizações do período | — | 4 802 283 | 138 362 | 90 210 | — | 5 030 854 |
| Regularizações | — | (85 044) | 6 228 | — | — | (78 816) |
| Saldo final | 4 380 552 | 170 555 556 | 17 469 247 | 2 098 581 | — | 194 503 936 |
| Ativos intangíveis líquidos | — | 66 807 572 | 2 669 675 | 210 489 | 12 479 356 | 82 167 090 |

As amortizações do período findo em 31 de março de 2026, no montante de 5 030 854 Euros (de 4 933 648 Euros em 31 de março de 2025) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

As transferências ocorridas no período findo em 31 de março de 2026 de ativos intangíveis em curso para

programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do exercício.

Foram capitalizados em “Programas de computador” ou “Ativos intangíveis em curso”, os valores de 7 628 907 Euros e 1 669 547 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, que dizem respeito à participação de recursos internos do Grupo no desenvolvimento de projetos de informática.

Os ativos intangíveis em curso em 31 de março de 2026 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

31.03.2026

| | |
|--|------------------|
| CBS Upgrade 2024 | 2 140 906 |
| Plataforma - Produtos de Investimento | 1 111 046 |
| Projeto Cards - Software Prod Terminal | 865 014 |
| Galaxy - software | 789 787 |
| Projeto Cards - Software Arquitetura Aceitação | 727 065 |
| Transferências Imediatas | 474 228 |
| Projeto migração IBM para Mulesoft | 404 856 |
| Extratores de Dados - Software | 357 485 |
| Plataforma Integração - Software | 340 618 |
| SAP - software | 334 426 |
| | 7 545 431 |

O Grupo não identificou incertezas relevantes quanto à conclusão dos projetos em curso, nem quanto à sua recuperabilidade.

A maioria dos projetos tem data de conclusão prevista para o ano de 2026.

Quanto ao exercício económico de 2026, o Grupo encontram-se ainda a identificar e quantificar as despesas incorridas com I&D, conforme divulgado na nota 26.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos

No período de três meses findos em 31 de março de 2026, não foram capitalizados, quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um

ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis totalizam a 31 de março de 2026, 10 464 883 Euros (31 de dezembro de 2025: 6 958 398 Euros).

6. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, os movimentos na rubrica de propriedades de investimento detalham-se conforme segue:

| | | | 31.12.2025 |
|--|------------------------------|--------------------------------|------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Total |
| Propriedades de investimento | | | |
| Saldo inicial | 2 205 528 | 9 887 353 | 12 092 881 |
| Alienações | (667 475) | (1 301 230) | (1 968 704) |
| Transferências e abates | — | (670 471) | (670 471) |
| Outros movimentos | — | 1 886 | 1 886 |
| Saldo final | 1 538 053 | 7 917 539 | 9 455 592 |
| Depreciações acumuladas | | | |
| Saldo inicial | 138 394 | 6 714 363 | 6 852 758 |
| Depreciações do período | — | 170 488 | 170 488 |
| Alienações | (8 624) | (1 026 545) | (1 035 169) |
| Outros movimentos | — | 2 091 | 2 091 |
| Saldo final | 129 770 | 5 860 398 | 5 990 168 |
| Perdas Imparidades Acumuladas | | | |
| Saldo inicial | — | 66 199 | 66 199 |
| Perdas por imparidade do período | 32 999 | (66 199) | (33 200) |
| Saldo final | 32 999 | — | 32 999 |
| Propriedades de investimento líquidas | 1 375 284 | 2 057 141 | 3 432 425 |

| | | | 31.03.2026 |
|--|------------------------------|--------------------------------|------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Total |
| Propriedades de investimento | | | |
| Saldo inicial | 1 538 053 | 7 917 539 | 9 455 592 |
| Saldo final | 1 538 053 | 7 917 539 | 9 455 592 |
| Depreciações acumuladas | | | |
| Saldo inicial | 129 770 | 5 860 398 | 5 990 168 |
| Depreciações do período | — | 40 698 | 40 698 |
| Saldo final | 129 770 | 5 901 096 | 6 030 866 |
| Perdas Imparidades Acumuladas | | | |
| Saldo inicial | 32 999 | — | 32 999 |
| Saldo final | 32 999 | — | 32 999 |
| Propriedades de investimento líquidas | 1 375 284 | 2 016 443 | 3 391 727 |

As depreciações no período de três meses findos em 31 de março de 2026, no montante de 40 698 Euros (46 339 Euros em 31 de março de 2025) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, estando no mercado disponíveis para arrendamento.

O valor de mercado dos ativos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2025 efetuadas por entidades independentes, ascende a 5 805 035 Euros.

No período de três meses findos em 31 de março de 2026, o montante de rendas cobradas pelo arrendamento

dos imóveis e equipamentos classificados como propriedade de investimento foi de 441 293 Euros (31 de março de 2025: 280 797 Euros).

7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias e sucursais:

| Denominação social | País | Sede | 31.12.2025 | | | 31.03.2026 | | |
|---|------------|---|------------|----------|-------|------------|----------|-------|
| | | | Direta | Indireta | Total | Direta | Indireta | Total |
| Empresa - mãe: | | | | | | | | |
| CTT - Correios de Portugal, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | — | — | — | — | — | — |
| Subsidiárias: | | | | | | | | |
| CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | 100 | — | 100 | 100 | — | 100 |
| Payshop Portugal, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | 100 | — | 100 | 100 | — | 100 |
| CTT Contacto, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | 100 | — | 100 | 100 | — | 100 |
| CTT Soluções Empresariais, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | 100 | — | 100 | 100 | — | 100 |
| Correio Expresso de Moçambique, S.A. | Moçambique | Av. 24 de Julho, Edifício 24, n.º 1097, 3.º Piso, Bairro da Polana Maputo - Moçambique | 50 | — | 50 | 50 | — | 50 |
| Banco CTT, S.A. | Portugal | Praça Duque de Saldanha, n.º 1 Edf. Atrium Saldanha Piso 3 1050-094 Lisboa | 91,29 | — | 91,29 | 91,29 | — | 91,29 |
| 1520 Innovation Fund | Portugal | Av Conselheiro Fernando de Sousa, 19 13º Esq 1070-072 Lisboa | 37,5 | 62,5 | 100 | 37,5 | 62,5 | 100 |
| 321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. | Portugal | Avenida da Boavista, n.º 772, 1.º, Edifício Boavista Prime 4100-111 Porto | — | 91,29 | 91,29 | — | 91,29 | 91,29 |
| NewSpring Services, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | 100 | — | 100 | 100 | — | 100 |
| Open Lockers, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| MedSpring, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |

| Denominação social | País | Sede | 31.12.2025 | | | 31.03.2026 | | |
|---|-------------|---|-------------------------------|----------|-------|-------------------------------|----------|-------|
| | | | Percentagem do capital detido | | | Percentagem do capital detido | | |
| | | | Direta | Indireta | Total | Direta | Indireta | Total |
| CTT Logística, S.A. | Portugal | Avenida dos Combatentes, n.º 43, 14.º Piso 1643-001 Lisboa | 100 | — | 100 | 100 | — | 100 |
| CTT Imo Yíeld, S.A. | Portugal | Lugar do Espido, Via Norte, 4470-0177 Maia-Porto | 73,7 | — | 73,7 | 73,7 | — | 73,7 |
| Decopharma Portugal - Serviços Logísticos, Lda. | Portugal | Estrada do Pau Queimado 2870-100 Montijo | | 100 | 100 | | 100 | 100 |
| Newspring Iberia SL | Espanha | Centro De Carga Aerea Avenida Marcelino Camacho, 13, CP 28830, San Fernando de Henares (Madrid). | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Compañía Auxiliar al Cargo Express, S.A. | Espanha | Cl Barajas 2 5 6 Aeropuerto, 28042 Madrid (Madrid), Espanha | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Auxiliar Logística Aeroportuária Express, S.A. | Espanha | Centro De Carga Aerea Madrid-Barajas Parcela 2.5 Nave Numero 6 28042 Madrid | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Cacesa Forwarding and Logistics Tasimacilik Limited Sirketi | Turquia | Yesilköy Mah. Atatürk Cad. Egs Business Park No: 12 İç Kapi No: 237 Bakirköy / Istanbul 34149, Turquia | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Cacesa Forwarding and Logistics s.o.o | Servia | Bulevar Kralja Aleksandra 28, Sprat Vi, Beograd, Servia | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Cacesa Tech & Logistic Tanger Med s.r.l. | Marrocos | Zone Franche, Logistique, Lot N° 130, Plateforme N° 2, Bureau N° 2, Ksar El Majaz, Oued R'Mel, Commune Anjra, Province Fahs Anjra, Marrocos | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres SA | Dinamarca | Kystvejen 32 2770 Kastrup | — | — | — | — | 100 | 100 |
| Cacesa Tech & Logistic Romania s.r.l. | Roménia | Otopeni, Aurel Vlaicu Street no. 9, Ilfov County, Henri Coanda Otopeni International Airport, Bucareste, Roménia | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Sucursais: | | | | | | | | |
| CTT Express | Espanha | Avenida Europa 9, 28821 Coslada Madrid | — | 100 | 100 | 100 | — | 100 |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres S.A. | Polónia | 90-520 Łódź, Polónia | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres S.A. | Bulgária | Magyarország Fióktelep, 9 "Hristo Belchev" Street, 2nd floor Sofia 1000', Bulgaria | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres S.A. | Dinamarca | Kystvejen 32 2770 Kastrup | — | 100 | 100 | — | — | — |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres S.A. | Alemanha | Cargo City Süd, Geb. 534, Lvl.5, Office 5058, 60549 Frankfurt am Main/Flughafen | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres S.A. | Holanda | Airborne Avenue 71, 2133LV Hoofddorp | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres S.A. | Hungria | 2220 Vecsés, Lőrinci u. 154/E Airport City, Hungria | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres S.A. | Reino Unido | Unit 1, The Ridgeway Trading Estate, Iver Buckinghamshire SL0 9HX Reino Unido | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres S.A. | Belgica | Rue Sélys Longchamps(Jean de) 5, 4460 Grâce-Hollogne | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |
| Compania Auxiliar Al Cargo Expres S.A. | França | 1 Rue De La Haye, Aeroport Charles De Gaulle, 95700 Roissy, França | — | 100 | 100 | — | 100 | 100 |

Relativamente à empresa Correio Expresso de Moçambique, S.A., em virtude de o Grupo ter direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento e ter a capacidade de afetar esses retornos, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

A 30 de janeiro de 2025, a CTT IMO Yield foi objeto de aumento de capital por entrada em dinheiro, no montante de 976 007 Euros. Este aumento de capital deu origem à emissão de 1 015 510 novas ações.

Em 5 de fevereiro de 2025 os CTT, dando continuidade à sua estratégia de desenvolvimento do negócio imobiliário, procederam à transferência de 30 imóveis para a CTT IMO Yield sob a forma de contribuição de capital em espécie, no montante de 11 980 000 Euros. Esta operação deu origem à emissão de 12 464 884 novas ações.

O montante da entrada em espécie correspondeu ao justo valor dos imóveis apurado através de avaliação externa elaborada por dois peritos independentes. Para cada imóvel objeto de transferência foi considerado para a determinação do seu justo valor, o valor médio das duas avaliações elaboradas por cada um dos peritos independentes.

Na sequência destas operações de aumento de capital na CTT IMO Yield, em 25 de fevereiro de 2025, foram alienadas pelos CTT, aos atuais acionistas, as ações necessárias para manter inalterada a proporção de detenção de capital de cada um dos acionistas, pelo que, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, os CTT mantêm os 73,7% de participação nesta entidade. Por não implicar a perda de controlo, esta operação foi

considerada uma *equity transaction*, tendo o montante de 3 407 430 Euros sido reconhecido na rubrica “Interesses que não controlam” no capital próprio.

Em 7 de março de 2025, a Open Lockers foi alvo de um aumento de capital sobre a forma de prestação suplementar no montante de 2 200 000 Euros.

Em 23 de abril de 2025, foi efetuado, na CTT Expresso, um aumento de capital no valor de 110 000 800 Euros, com o objetivo de dotar esta entidade com os fundos necessários para adquirir a Cacesa. Com esta operação o capital social foi reforçado em 5 040 000 Euros, passando a ser de 25 740 000 Euros, na modalidade de nova entrada em dinheiro com a emissão de 280 000 novas ações, com o valor nominal de 18 Euros cada. No âmbito deste aumento de capital cada ação será subscrita a um preço de 392,86 Euros correspondendo a 18 Euros ao valor do capital subscrito e 374,86 Euros a ágio por ação, pelo que o montante global subscrito e realizado é de 110 000 800 Euros, do qual 104 960 800 Euros corresponde ao total do ágio fixado tendo em conta a mais recente avaliação de mercado da sociedade levado a cabo no contexto da parceria estratégica com a DHL.

Em 24 de abril de 2025, a sociedade CTT Services foi alienada pela CTT Soluções Empresariais aos CTT, ficando desde então esta sociedade, a ser 100% detida diretamente pela Empresa-mãe. A transação foi realizada ao book value por ser essa a política contabilística adotada pelo Grupo para transações entre entidades sob controlo comum, não havendo igualmente qualquer impacto nas contas consolidadas do Grupo.

A 30 de abril de 2025, os CTT, completaram, através da sua subsidiária CTT Expresso, a aquisição da totalidade do capital da Companhia Auxiliar al Cargo Expres, S.A.U. (“Cacesa”), conforme anunciado em 18 de dezembro de 2024, passando a deter o controlo exclusivo desta entidade e das suas subsidiárias.

Em 24 de julho de 2025, a Open Lockers foi alvo de um aumento de capital sobre a forma de prestação suplementar no montante de 3 700 000 Euros.

No dia 26 de junho de 2025, foi deliberada a alteração da designação social da CTT Services para CTT Logística, S.A., do objeto social e órgãos sociais. No mesmo dia esta entidade foi alvo de um aumento de capital social no valor de 2 200 000 Euros, totalizando em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, o montante de 2 250 000 Euros.

No âmbito do processo de reorganização societária do Grupo e com o intuito de, por um lado, especializar a unidade de negócio e-commerce, e, por outro, potenciar o crescimento da área de negócio de logística, a 31 de julho de 2025, foi efetuada a cisão deste ramo de negócio da entidade CTT Expresso, e fundido na entidade CTT Logística. Esta unidade de negócio é constituída por um conjunto de elementos patrimoniais organizados e relações/posições jurídicas que formam uma unidade económica autónoma suscetível de exploração económica pelos seus próprios meios, o que configura um ramo de atividade independente da restante atividade desenvolvida pela CTT

Expresso. A cisão-fusão produziu efeitos, contabilísticos e fiscais, a 1 de janeiro de 2025.

Posteriormente, a 29 de julho de 2025, a CTT Logística adquiriu o controlo exclusivo da Decopharma Portugal - Serviços Logísticos, Lda. através da aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social.

Em Outubro de 2025, foi constituída a entidade Cacesa Roménia, subsidiária da Cacesa.

Em novembro de 2025, foi constituída a entidade Newspring Iberia, subsidiária da Newspring Services.

Em 9 de dezembro de 2025, o Banco CTT subscreveu um aumento de capital social na subsidiária 321 Crédito, mediante a realização de uma entrada em dinheiro, no montante de 15 000 000 Euros dando origem à emissão de 15 000 000 de novas ações escriturais, ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada. O montante de capital social da 321 Crédito no valor de 35 000 000 Euros passou para 50 000 000 Euros.

Em março de 2026, a Cacesa Dinamarca, iniciou a sua atividade como subsidiária da Cacesa, como resultado de um processo de conversão de sucursal para uma entidade

autónoma.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, o Grupo detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

| Denominação social | País | Sede | 31.12.2025 | | | 31.03.2026 | | |
|--------------------|----------|---|-------------------------------|----------|-------|-------------------------------|----------|-------|
| | | | Percentagem do capital detido | | | Percentagem do capital detido | | |
| | | | Direta | Indireta | Total | Direta | Indireta | Total |
| NewPost, ACE | Portugal | Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa | 49 | — | 49 | 49 | — | 49 |
| PTP & F, ACE | Portugal | Estrada Casal do Canas Amadora | 51 | — | 51 | 51 | — | 51 |
| Wolfspring, ACE | Portugal | Urbanização do Passil, nº 100-A 2890-1852 Alcochete | — | 50 | 50 | — | 50 | 50 |

Associadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, o Grupo detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

| Denominação social | País | Sede | 31.12.2025 | | | 31.03.2026 | | |
|--------------------|---------|---------------------|-------------------------------|----------|-------|-------------------------------|----------|-------|
| | | | Percentagem do capital detido | | | Percentagem do capital detido | | |
| | | | Direta | Indireta | Total | Direta | Indireta | Total |
| Mafelosa, SL (a) | Espanha | Castellon - Espanha | — | 25 | 25 | — | 25 | 25 |
| Urpacsur, SL (a) | Espanha | Málaga - Espanha | — | 30 | 30 | — | 30 | 30 |

(a) Empresa participada pela CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., sucursal em Espanha, que se encontra atualmente sem atividade.

Entidades estruturadas

Adicionalmente, considerando os requisitos da IFRS 10, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades estruturadas:

| Denominação | Ano de constituição | Local de emissão | Método de consolidação |
|--------------------------|---------------------|------------------|------------------------|
| Ulisses Finance No.2 (*) | 2021 | Portugal | Integral |
| Ulisses Finance No.3 (*) | 2022 | Portugal | Integral |
| Chaves Funding No.8 (*) | 2019 | Portugal | Integral |

(*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo, determinado com base na detenção dos interesses residuais (equity piece ou excess spread) dos respetivos veículos e na medida em que o Grupo detém substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos subjacentes e tem a capacidade para afetar estes mesmos riscos e benefícios.

De seguida apresentam-se os principais impactos da consolidação destas entidades estruturadas nas contas do Grupo:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|------------|------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 20 048 687 | 20 565 626 |
| Ativos ao justo valor através de resultados (Derivados) | 3 259 831 | 4 612 112 |

Alterações no perímetro de consolidação

No período findo a 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes alterações societárias: 1) aquisição do controlo exclusivo da Companhia Auxiliar al Cargo Expres, S.A.U. (“Cacesa”) e suas subsidiárias; 2) aquisição do controlo exclusivo da entidade Decopharma Portugal - Serviços Logísticos, Lda. e 3) constituição das entidades Cacesa Roménia e NSS Ibéria.

Aquisição da Cacesa e suas subsidiárias

A 30 de abril de 2025 (data de closing da operação), os CTT, completaram, através da sua subsidiária CTT Expresso, a aquisição da totalidade do capital da Cacesa, conforme anunciado em 18 de dezembro de 2024, empresa espanhola bem posicionada no mercado aduaneiro de comércio eletrónico internacional.

A aquisição foi concretizada por um preço inicial de 91 000 000 Euros, sujeito a ajustes, com base nas contas preparadas no fecho do negócio, relacionados essencialmente com a posição de Caixa líquida e com um preço variável, definido com base na data do *Closing*. A soma do preço inicial, do preço variável e da posição de caixa líquida cifrou-se em 109 930 111 Euros. A este valor foi deduzido o montante de 3 051 598 Euros relativo a responsabilidades assumidas, tendo o montante final de 106 878 512 Euros sido liquidado na totalidade por meios monetários.

O Goodwill é atribuível, essencialmente, às sinergias operacionais que se esperam capturar com impactos nos resultados do Grupo, prevendo-se que as principais sinergias em termos de receitas resultem da expansão dos serviços de distribuição da última milha e da integração com os processos aduaneiros dos CTT. No que aos custos diz respeito, as sinergias deverão materializar-se através do aumento da eficiência nas operações de tratamento aduaneiro e da eliminação de duplicações de gastos gerais. Com esta aquisição o Grupo pretende reforçar ainda mais a sua presença de liderança no comércio eletrónico na Península Ibérica e alargar o portefólio de serviços e soluções de comércio eletrónico.

Desta forma, o reconhecimento inicial do *Goodwill* apurado na compra da Cacesa, demonstra-se como segue:

| | Reconhecimento inicial |
|--|------------------------|
| Ativos adquiridos (Cacesa) | 50 169 663 |
| Passivos adquiridos (Cacesa) | 24 516 970 |
| Total dos ativos líquidos adquiridos (Cacesa) | 25 652 693 |
| Ajustamentos de Justo Valor: | |
| Provisões para outros riscos e encargos | (16 800 000) |
| Justo valor dos Ativos Líquidos adquiridos (valor provisório) | (16 800 000) |
| Preço de aquisição | 106 878 512 |
| Responsabilidades assumidas | 3 051 598 |
| Goodwill | 101 077 418 |

O *Purchase Price Allocation* (PPA) encontra-se em curso, estando a decorrer a avaliação do Grupo dos pressupostos e critérios para a avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, e será concluído no prazo de 12 meses após a data de aquisição conforme previsto na IFRS 3 – Concentrações empresariais, podendo o valor final diferir do agora apresentado.

Os métodos de mensuração do justo valor aplicados pelo Grupo, e os seus resultados provisórios, detalham-se como segue:

- Provisões para outros riscos e encargos: As provisões para outros riscos e encargos encontram-se explicados em maior detalhe na nota 19 - Provisões. Estas provisões foram mensuradas pelo justo valor à data da aquisição em conformidade com os requisitos das IFRS 3 e IFRS 13.

O justo valor foi estimado com base no valor dos ex-fluxos futuros esperados para a liquidação das obrigações legais ou construtivas identificadas.

Os ativos adquiridos da Cacesa detalham-se conforme segue:

| Cacesa | Reconhecimento inicial |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| Ativos não correntes | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 751 769 |
| Ativos intangíveis | 86 918 |
| Investimentos em subsidiárias | 3 671 326 |
| Outros ativos não correntes | 578 444 |
| Ativos por impostos diferidos | 727 944 |
| Ativos não correntes | 10 816 401 |
| Ativos correntes | |
| Contas a receber | 7 947 054 |
| Empresas do grupo | 558 466 |
| Outros ativos correntes | 11 773 706 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 19 074 038 |
| Ativos correntes | 39 353 264 |
| Ativos adquiridos (Cacesa) | 50 169 665 |

O valor líquido contabilístico das contas a receber na data de aquisição corresponde a 7 947 054 Euros e 3 733 099 Euros na subsidiária Alaer, não existindo no âmbito da IFRS 3, diferenças face aos seus justos valores.

Aquisição da Decopharma Portugal

Adicionalmente em 29 de julho de 2025, a CTT Logística adquiriu o controlo exclusivo da Decopharma Portugal - Serviços Logísticos, Lda através da aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social. A Decopharma é uma empresa especializada em soluções logísticas para a indústria farmacêutica e de saúde.

A aquisição foi concretizada por um preço inicial de 2 000 000 Euros, sujeito a ajustes, com base nas contas preparadas no fecho do negócio, relacionados essencialmente com a posição de Caixa líquida. Após apuramento dos ajustes mencionados, o preço final, no montante de 2 225 723 Euros foi liquidado na totalidade por meios monetários.

Adicionalmente, foram acordados *earnouts* dependendo da atividade da sociedade ao longo dos 2 anos seguintes ao referido fecho, em função do cumprimento de objetivos pré-definidos para a Decopharma, incluindo *targets* de EBITDA.

Com esta operação, o Grupo CTT reforça o seu posicionamento como operador logístico de *e-commerce*, alargando a sua oferta a soluções logísticas completas em toda a cadeia de valor — incluindo produtos que exigem condições específicas de armazenamento e transporte. O *Goodwill* reconhecido assenta, essencialmente, nas sinergias que este reforço da presença do Grupo CTT, num sector em crescimento, poderão potenciar, nomeadamente, com a criação de oportunidades de *cross-selling* e integração de serviços em Portugal e Espanha.

O reconhecimento inicial do *Goodwill* apurado na compra da Decopharma, demonstra-se como segue:

| | Reconhecimento inicial |
|---|-------------------------------|
| Ativos adquiridos | 2 018 423 |
| Passivos adquiridos | 1 385 388 |
| Ativos líquidos adquiridos | 633 035 |
| Ajustamentos aos ativos líquidos adquiridos | (70 668) |
| Total dos ativos líquidos adquiridos | 562 366 |
| Preço de aquisição | 2 225 723 |
| Justo valor das componentes contingentes | 1 700 000 |
| Goodwill | 3 363 357 |

O *Purchase Price Allocation* (PPA) encontra-se em curso, estando ainda o Grupo a avaliar os pressupostos e critérios para a avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, e será concluído no prazo de 12 meses após a data de aquisição conforme previsto na IFRS 3 – Concentrações empresariais, podendo o valor final diferir do agora apresentado.

As componentes contingentes respeitam aos *earnouts* acima descritos, sendo o seu justo valor apurado com base na melhor estimativa à data do *closing* da operação, sujeita a reavaliação a cada data de reporte.

Os ativos adquiridos da Decopharma detalham-se conforme segue:

| Decopharma | Reconhecimento inicial |
|-------------------------------|-------------------------------|
| Ativos não correntes | |
| Ativos fixos tangíveis | 1 021 098 |
| Ativos intangíveis | 25 466 |
| Outros ativos não correntes | 3 126 |
| Ativos não correntes | 1 049 690 |
| Ativos correntes | |
| Inventários | 17 173 |
| Contas a receber | 584 176 |
| Imposto a receber | 27 764 |
| Diferimentos | 7 254 |
| Outros ativos correntes | 2 774 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 258 924 |
| Ativos correntes | 898 065 |
| Ativos adquiridos | 1 947 755 |

O valor líquido contabilístico das contas a receber na data de aquisição corresponde a 584 176 Euros, não existindo no âmbito da IFRS 3, diferenças face ao seu justo valor.

Com referência a 31 de março de 2026, ocorreu uma alteração no perímetro de consolidação relacionado com o início da atividade da Cacesa Dinamarca, enquanto subsidiária.

8. Investimentos em títulos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, a rubrica “Investimentos em títulos” detalha-se como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|----------------------|----------------------|
| Não corrente | | |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (1) | | |
| Obrigações de outros emissores | 51 783 940 | 51 188 890 |
| | 51 783 940 | 51 188 890 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | | |
| Títulos de dívida pública | 662 740 007 | 724 134 414 |
| Títulos de dívida supranacional | 144 629 990 | 149 552 661 |
| Imparidade | (112 132) | (123 030) |
| | 807 257 865 | 873 564 045 |
| | 859 041 805 | 924 752 935 |
| Corrente | | |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (1) | | |
| Obrigações de outros emissores | 459 442 | 805 846 |
| | 459 442 | 805 846 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | | |
| Títulos de dívida pública | 951 097 861 | 901 500 658 |
| Títulos de dívida supranacional | 290 136 698 | 477 217 944 |
| Imparidade | (55 016) | (72 042) |
| | 1 241 179 543 | 1 378 646 559 |
| | 1 241 638 985 | 1 379 452 405 |
| | 2 100 680 790 | 2 304 205 340 |

(1) Com referência a 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 10 026 Euros e de 10 089 Euros, respetivamente.

Os ativos financeiros desta carteira são geridos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais.

O aumento do saldo das rubricas de investimentos em títulos justifica-se essencialmente pela variação da exposição (valor nominal) positiva de 194 milhões de euros em dívida supranacional, 80 milhões de dívida pública italiana, 65 milhões de euros de dívida privada francesa, 48 milhões de euros de dívida privada belga e negativa de (140) milhões de euros de dívida pública portuguesa e (40) milhões de euros de dívida pública espanhola.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e dos ativos financeiros ao custo amortizado, por maturidade residual, a 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, apresenta-se como segue:

| | | | | | | | 31.12.2025 |
|---|----------------|-----------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Corrente Total | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Não corrente Total | Total |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (1) | | | | | | | |
| Obrigações de outros emissores | | | | | | | |
| Nacionais | 55 017 | — | 55 017 | — | 8 888 040 | 8 888 040 | 8 943 057 |
| Estrangeiros | 404 425 | — | 404 425 | 15 164 700 | 27 731 200 | 42 895 900 | 43 300 325 |
| | 459 442 | — | 459 442 | 15 164 700 | 36 619 240 | 51 783 940 | 52 243 382 |

| | | | | | | | 31.03.2026 |
|---|----------------|-----------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Corrente Total | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Não corrente Total | Total |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (1) | | | | | | | |
| Obrigações de outros emissores | | | | | | | |
| Nacionais | 113 271 | — | 113 271 | — | 8 779 050 | 8 779 050 | 8 892 321 |
| Estrangeiros | 692 575 | — | 692 575 | 14 997 000 | 27 412 840 | 42 409 840 | 43 102 415 |
| | 805 846 | — | 805 846 | 14 997 000 | 36 191 890 | 51 188 890 | 51 994 736 |

(1) Com referência a 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 10 026 Euros e de 10 089 Euros, respetivamente.

| | | | | | | 31.12.2025 | |
|---|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Corrente Total | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Não corrente Total | Total |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | | | | | | | |
| Títulos de dívida pública | | | | | | | |
| Nacionais | 167 576 657 | 48 248 110 | 215 824 767 | 37 429 951 | 105 432 593 | 142 862 544 | 358 687 311 |
| Estrangeiros | 334 033 021 | 401 240 073 | 735 273 094 | 117 945 513 | 401 931 950 | 519 877 463 | 1 255 150 557 |
| Títulos de dívida supranacional | 141 494 569 | 148 642 129 | 290 136 698 | 124 897 092 | 19 732 898 | 144 629 990 | 434 766 688 |
| | 643 104 247 | 598 130 312 | 1 241 234 559 | 280 272 556 | 527 097 441 | 807 369 997 | 2 048 604 556 |

| | | | | | | 31.03.2026 | |
|---|--------------------|----------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Corrente Total | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Não corrente Total | Total |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | | | | | | | |
| Títulos de dívida pública | | | | | | | |
| Nacionais | 17 535 237 | 59 267 588 | 76 802 825 | 37 364 125 | 105 380 845 | 142 744 970 | 219 547 795 |
| Estrangeiros | 240 319 412 | 584 378 421 | 824 697 833 | 117 991 851 | 463 397 592 | 581 389 444 | 1 406 087 277 |
| Títulos de dívida supranacional | 106 246 151 | 370 971 793 | 477 217 944 | 129 810 498 | 19 742 163 | 149 552 661 | 626 770 605 |
| | 364 100 800 | 1 014 617 802 | 1 378 718 602 | 285 166 474 | 588 520 600 | 873 687 075 | 2 252 405 677 |

Justo valor

A carteira de investimentos em títulos ao custo amortizado tinha, a 31 de dezembro de 2025, um justo valor de 2 079 350 milhares de euros (uma diferença negativa de 21 331 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

A carteira de investimentos em títulos ao custo amortizado tinha, a 31 de março de 2026, um justo valor de 2 223 158 milhares de euros (uma diferença negativa de 29 053 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

Imparidade

As perdas por imparidade, no período findo de 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, detalham-se como segue:

| | | | | | 31.12.2025 |
|---|----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Transferências | Saldo Final |
| Ativos não correntes | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral | — | 9 937 | — | — | 9 937 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | 53 096 | 77 165 | (34 360) | 16 231 | 112 132 |
| | 53 096 | 87 102 | (34 360) | 16 231 | 122 069 |
| Ativos correntes | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral | — | 88 | — | — | 88 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | 50 244 | 37 860 | (16 858) | (16 231) | 55 015 |
| | 50 244 | 37 948 | (16 858) | (16 231) | 55 103 |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral | — | 10 025 | — | — | 10 025 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | 103 340 | 115 025 | (51 218) | — | 167 147 |
| | 103 340 | 125 050 | (51 218) | — | 177 173 |

| | | | | | 31.03.2026 |
|---|----------------|---------------|-----------------|----------------|----------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Transferências | Saldo Final |
| Ativos não correntes | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral | 9 937 | 63 | — | — | 10 000 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | 112 132 | 32 234 | (17 185) | (4 151) | 123 030 |
| | 122 069 | 32 297 | (17 185) | (4 151) | 133 031 |
| Ativos correntes | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral | 88 | 1 | — | — | 89 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | 55 015 | 22 939 | (10 063) | 4 151 | 72 042 |
| | 55 103 | 22 940 | (10 063) | 4 151 | 72 131 |
| Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral | 10 025 | 64 | — | — | 10 089 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | 167 147 | 55 173 | (27 248) | — | 195 072 |
| | 177 172 | 55 237 | (27 248) | — | 205 162 |

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral por *stages*, no período findo 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, detalham-se como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|---------------|---------------|
| | Stage 1 | Stage 1 |
| Saldo inicial | — | 10 026 |
| Movimentação do período: | | |
| Ativos financeiros originados ou adquiridos | 10 026 | 64 |
| Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral | 10 026 | 10 089 |

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|---------------|---------------|
| | Stage 1 | Stage 1 |
| Saldo inicial | — | 10 026 |
| Movimentação do período: | | |
| Variações no ECL da Carteira | 10 026 | 64 |
| Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral | 10 026 | 10 089 |

Relativamente às perdas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, os movimentos por *stages*, no período findo de 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, detalham-se como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|----------------|----------------|
| | Stage 1 | Stage 1 |
| Saldo inicial | 103 341 | 167 148 |
| Movimentação do período: | | |
| Ativos financeiros originados ou adquiridos | 98 487 | 48 491 |
| Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco | 15 564 | (9 560) |
| Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs | (50 245) | (11 005) |
| Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado | 167 148 | 195 072 |

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|----------------|----------------|
| | Stage 1 | Stage 1 |
| Saldo inicial | 103 341 | 167 148 |
| Movimentação do período: | | |
| Variações no ECL da Carteira | 63 807 | 27 925 |
| Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado | 167 148 | 195 072 |

De acordo com a política contabilística em vigor, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade nas suas carteiras de ativos financeiros ao custo amortizado.

9. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, as rubricas “Outros ativos financeiros bancários” e “Outros passivos financeiros bancários” apresentavam a seguinte composição:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Ativo não corrente | | |
| Derivados de cobertura | 7 423 177 | 9 779 841 |
| | 7 423 177 | 9 779 841 |
| Ativo corrente | | |
| Aplicações em bancos centrais | 607 032 622 | 429 078 736 |
| Aplicações em instituições de crédito | 55 911 231 | 8 899 429 |
| Imparidade | (2 970) | (418) |
| Outros | 6 027 471 | 5 643 895 |
| Imparidade | (1 879 288) | (1 881 076) |
| | 667 089 067 | 441 740 567 |
| Passivo não corrente | | |
| Derivados de cobertura | 1 276 934 | 298 081 |
| | 1 276 934 | 298 081 |
| Passivo corrente | | |
| Outros | 28 450 172 | 34 276 591 |
| | 28 450 172 | 34 276 591 |

Aplicações em Instituições de crédito e Empréstimos a instituições de crédito

Relativamente a estas rubricas o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|-----------------|--------------------|--------------------|
| Até 3 meses | 654 577 153 | 437 978 165 |
| De 3 a 12 meses | 8 366 700 | — |
| | 662 943 853 | 437 978 165 |

A rubrica Aplicações em instituições de crédito apresentou no período uma rentabilidade média anual 2,09% (31 de dezembro de 2025: 1,33%).

O montante de 429 078 736 Euros registado em aplicações em bancos centrais corresponde a depósitos *overnight* junto do Banco de Portugal.

Imparidade

As perdas por imparidade, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, detalham-se como segue:

| | | | | | 31.12.2025 |
|---|------------------|---------------|-----------------|--------------|------------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final |
| Ativos correntes | | | | | |
| Aplicações e empréstimos em instituições de crédito | 4 623 | 2 838 | (4 491) | — | 2 970 |
| Outros | 1 834 074 | 55 232 | (9 337) | (681) | 1 879 288 |
| | 1 838 697 | 58 070 | (13 828) | (681) | 1 882 258 |
| | 1 838 697 | 58 070 | (13 828) | (681) | 1 882 258 |

| | | | | | 31.03.2026 |
|---|------------------|--------------|----------------|-------------|------------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final |
| Ativos correntes | | | | | |
| Aplicações e empréstimos em instituições de crédito | 2 970 | 52 | (2 604) | — | 418 |
| Outros | 1 879 288 | 4 052 | (2 265) | — | 1 881 075 |
| | 1 882 258 | 4 104 | (4 869) | — | 1 881 493 |

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de aplicações e empréstimos a instituições de crédito por *stages*, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, detalham-se como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|--------------|--------------|
| | Stage 1 | Stage 1 |
| Saldo inicial | 4 623 | 2 970 |
| Movimentação do período: | | |
| Ativos financeiros originados ou adquiridos | 2 838 | 18 |
| Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco | — | (676) |
| Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs | (4 490) | (1 894) |
| Imparidade | 2 970 | 418 |

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---------------------------------|--------------|------------|
| | Stage 1 | Stage 1 |
| Saldo inicial | 4 623 | 2 970 |
| Movimentação do período: | | |
| Variações no ECL da Carteira | (1 653) | (2 552) |
| Imparidade | 2 970 | 418 |

A rubrica “Outros passivos correntes” regista fundamentalmente o saldo de operações bancárias pendentes de liquidação financeira.

10. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentava a seguinte composição:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|----------------------|----------------------|
| Crédito vivo | 2 018 731 968 | 2 104 826 309 |
| Crédito hipotecário | 964 774 574 | 1 029 120 038 |
| Crédito automóvel | 1 050 866 075 | 1 072 608 682 |
| Locação financeira | 730 246 | 554 762 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 2 361 073 | 2 542 827 |
| Crédito vencido | 38 410 487 | 42 681 590 |
| Crédito vencido - menos de 90 dias | 1 752 130 | 1 938 136 |
| Crédito vencido - mais de 90 dias | 36 658 357 | 40 743 454 |
| | 2 057 142 455 | 2 147 507 899 |
| Imparidade para riscos de crédito | (63 003 327) | (68 117 643) |
| | 1 994 139 128 | 2 079 390 256 |

O escalonamento do crédito a clientes bancários por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, apresenta-se como segue:

| | | | | | | | | | 31.12.2025 |
|----------------------------------|------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| | À vista | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Crédito vencido | Corrente Total | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Não corrente Total | Total |
| Crédito hipotecário | — | 7 254 815 | 16 697 024 | 41 735 | 23 993 574 | 46 658 687 | 894 164 048 | 940 822 735 | 964 816 310 |
| Crédito automóvel | — | 42 117 453 | 114 409 284 | 36 184 301 | 192 711 038 | 292 210 297 | 602 129 041 | 894 339 338 | 1 087 050 376 |
| Locação financeira | — | 50 248 | 115 887 | 75 684 | 241 819 | 175 431 | 388 679 | 564 110 | 805 929 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 2 361 073 | — | — | 2 108 767 | 4 469 840 | — | — | — | 4 469 840 |
| | 2 361 073 | 49 422 516 | 131 222 195 | 38 410 487 | 221 416 272 | 339 044 415 | 1 496 681 768 | 1 835 726 183 | 2 057 142 455 |

| | | | | | | | | | 31.03.2026 |
|----------------------------------|------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| | À vista | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Crédito vencido | Corrente Total | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Não corrente Total | Total |
| Crédito hipotecário | — | 7 426 631 | 18 212 589 | 40 133 | 25 679 353 | 50 674 346 | 952 806 472 | 1 003 480 818 | 1 029 160 171 |
| Crédito automóvel | — | 43 097 038 | 115 968 369 | 40 155 207 | 199 220 614 | 303 735 392 | 609 807 884 | 913 543 276 | 1 112 763 890 |
| Locação financeira | — | 41 742 | 91 684 | 216 063 | 349 489 | 125 673 | 295 663 | 421 336 | 770 825 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 2 542 827 | — | — | 2 270 186 | 4 813 013 | — | — | — | 4 813 013 |
| | 2 542 827 | 50 565 411 | 134 272 642 | 42 681 589 | 230 062 469 | 354 535 411 | 1 562 910 019 | 1 917 445 430 | 2 147 507 899 |

Em 2025, o Grupo vendeu grande parte da carteira de contratos de crédito abatida ao ativo, composta por 13 124 contratos e com um valor *outstanding* de cerca de 88,4 milhões de euros.

A análise da rubrica, por tipo de crédito, em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de março de 2026, é analisada como segue:

| | | | | | 31.12.2025 |
|----------------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Crédito Bruto | Imparidade | Crédito Líquido |
| Crédito hipotecário | 964 774 574 | 41 735 | 964 816 309 | (2 214 387) | 962 601 922 |
| Crédito automóvel | 1 050 866 075 | 36 184 301 | 1 087 050 376 | (59 025 734) | 1 028 024 642 |
| Locação financeira | 730 246 | 75 684 | 805 930 | (208 087) | 597 843 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 2 361 073 | 2 108 767 | 4 469 840 | (1 555 120) | 2 914 720 |
| | 2 018 731 968 | 38 410 487 | 2 057 142 455 | (63 003 327) | 1 994 139 128 |

| | | | | | 31.03.2026 |
|----------------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Crédito Bruto | Imparidade | Crédito Líquido |
| Crédito hipotecário | 1 029 120 038 | 40 133 | 1 029 160 171 | (2 446 031) | 1 026 714 141 |
| Crédito automóvel | 1 072 608 682 | 40 155 207 | 1 112 763 889 | (63 807 205) | 1 048 956 685 |
| Locação financeira | 554 762 | 216 063 | 770 825 | (210 446) | 560 379 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 2 542 827 | 2 270 186 | 4 813 013 | (1 653 962) | 3 159 051 |
| | 2 104 826 310 | 42 681 589 | 2 147 507 899 | (68 117 643) | 2 079 390 256 |

A carteira de crédito total detalhada por *stage* segundo definido na IFRS 9 é apresentada como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|----------------|----------------------|----------------------|
| Stage 1 | 1 853 234 797 | 1 927 641 873 |
| Valor Bruto | 1 858 309 516 | 1 932 822 792 |
| Imparidade | (5 074 719) | (5 180 919) |
| Stage 2 | 80 277 813 | 89 706 359 |
| Valor Bruto | 88 333 495 | 98 854 608 |
| Imparidade | (8 055 682) | (9 148 249) |
| Stage 3 | 60 626 518 | 62 042 024 |
| Valor Bruto | 110 499 444 | 115 830 499 |
| Imparidade | (49 872 926) | (53 788 475) |
| | 1 994 139 128 | 2 079 390 256 |

A rubrica “Crédito a clientes” inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, realizadas através de titularização e sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10.

Justo valor

A rubrica “Crédito a clientes bancários” tinha, a 31 de dezembro de 2025, um justo valor de 2 007 826 milhares de euros (uma diferença negativa de 13 381 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

A rubrica “Crédito a clientes bancários” tinha, a 31 de março de 2026, um justo valor de 2 078 621 milhares de euros (uma diferença negativa de 1 465 milhares de euros relativamente ao seu valor contabilístico).

Perdas por imparidade

No período findo de 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, o movimento ocorrido em “Imparidade de crédito a clientes” (Nota 13) foi como segue:

| | Saldo Inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Transferências | Outros movimentos | 31.12.2025 Saldo Final |
|------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|
| Ativos não correntes | | | | | | | |
| Crédito a clientes bancários | 30 345 237 | 20 869 776 | (11 296 051) | (328 468) | (4 147 173) | — | 35 443 321 |
| | 30 345 237 | 20 869 776 | (11 296 051) | (328 468) | (4 147 173) | — | 35 443 321 |
| Ativos correntes | | | | | | | |
| Crédito a clientes bancários | 16 223 908 | 16 227 913 | (8 783 579) | (255 410) | 4 147 173 | — | 27 560 005 |
| | 16 223 908 | 16 227 913 | (8 783 579) | (255 410) | 4 147 173 | — | 27 560 005 |
| | 46 569 145 | 37 097 689 | (20 079 630) | (583 878) | — | — | 63 003 327 |

| | Saldo Inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Tranferências | Outros movimentos | 31.03.2026 Saldo Final |
|------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-----------------|--------------------|-------------------|---------------------------|
| Ativos não correntes | | | | | | | |
| Crédito a clientes bancários | 35 443 321 | 5 801 639 | (2 999 773) | (12 918) | (1 086 237) | — | 37 146 032 |
| | 35 443 321 | 5 801 639 | (2 999 773) | (12 918) | (1 086 237) | — | 37 146 032 |
| Ativos correntes | | | | | | | |
| Crédito a clientes bancários | 27 560 005 | 4 837 290 | (2 501 150) | (10 771) | 1 086 237 | — | 30 971 611 |
| | 27 560 005 | 4 837 290 | (2 501 150) | (10 771) | 1 086 237 | — | 30 971 611 |
| | 63 003 326 | 10 638 929 | (5 500 923) | (23 689) | — | — | 68 117 643 |

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de crédito a clientes bancários do período findo em 31 de março de 2026, no montante de 5 138 005 Euros (4 431 447 Euros em 31 de março de 2025) foram registadas na rubrica de "Imparidade de outros ativos financeiros bancários".

Os movimentos nas perdas de imparidade por *stages*, no período findo a 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, detalham-se como segue:

| | 31.12.2025 | | | |
|--|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total |
| Saldo inicial | 4 995 703 | 7 882 801 | 33 690 642 | 46 569 146 |
| Movimentação do período: | | | | |
| Ativos financeiros originados ou adquiridos | 1 788 418 | 1 504 208 | 1 291 043 | 4 583 669 |
| Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco | (3 582 768) | 1 976 830 | 16 039 511 | 14 433 572 |
| Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i> | (514 742) | (459 132) | (1 025 308) | (1 999 181) |
| <i>Write-offs</i> | — | — | (583 878) | (583 878) |
| Transferências para: | | | | |
| Stage 1 | 2 716 983 | (1 617 650) | (1 099 333) | — |
| Stage 2 | (202 553) | 1 856 263 | (1 653 710) | — |
| Stage 3 | (126 879) | (3 082 311) | 3 209 190 | — |
| Variações cambiais e outros movimentos | 558 | (5 326) | 4 769 | — |
| Imparidade | 5 074 720 | 8 055 683 | 49 872 925 | 63 003 327 |
| <i>Dos quais: POCI</i> | — | — | (248 447) | (248 447) |

| | 31.03.2026 | | | |
|--|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total |
| Saldo inicial | 5 074 720 | 8 055 683 | 49 872 925 | 63 003 327 |
| Movimentação do período: | | | | |
| Ativos financeiros originados ou adquiridos | 521 858 | 173 266 | 2 469 | 697 593 |
| Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco | (1 761 410) | 3 020 802 | 3 746 554 | 5 005 946 |
| Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i> | (132 450) | (109 742) | (323 343) | (565 534) |
| <i>Write-offs</i> | — | — | (23 690) | (23 690) |
| Transferências para: | | | | |
| Stage 1 | 1 694 392 | (1 175 108) | (519 283) | — |
| Stage 2 | (145 918) | 845 407 | (699 489) | — |
| Stage 3 | (12 747) | (1 720 322) | 1 733 069 | — |
| Variações cambiais e outros movimentos | (57 525) | 58 263 | (738) | — |
| Imparidade | 5 180 919 | 9 148 249 | 53 788 475 | 68 117 643 |
| <i>Dos quais: POCI</i> | — | — | (238 739) | (238 739) |

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

| | | | | 31.12.2025 |
|---|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total |
| Saldo inicial | 4 995 703 | 7 882 801 | 33 690 642 | 46 569 146 |
| Movimentação do período: | | | | |
| Variações no ECL da Carteira de Crédito | (2 309 092) | 3 021 906 | 16 305 245 | 17 018 060 |
| Transferências de Stage (líquidas) | 2 387 550 | (2 843 698) | 456 148 | — |
| Write-offs | — | — | (583 878) | (583 878) |
| Variações cambiais e outros movimentos | 558 | (5 326) | 4 769 | — |
| Imparidade | 5 074 719 | 8 055 683 | 49 872 925 | 63 003 327 |

| | | | | 31.03.2026 |
|---|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Stage 1 | Stage 2 | Stage 3 | Total |
| Saldo inicial | 5 074 719 | 8 055 683 | 49 872 925 | 63 003 327 |
| Movimentação do período: | | | | |
| Variações no ECL da Carteira de Crédito | (1 372 002) | 3 084 327 | 3 425 680 | 5 138 005 |
| Transferências de Stage (líquidas) | 1 535 727 | (2 050 023) | 514 296 | — |
| Write-offs | — | — | (23 690) | (23 690) |
| Variações cambiais e outros movimentos | (57 525) | 58 263 | (738) | — |
| Imparidade | 5 180 919 | 9 148 249 | 53 788 475 | 68 117 643 |

Análise de sensibilidade

Atendendo à elevada incerteza das projeções macroeconómicas e considerando que desvios aos cenários apresentados poderão ter impacto no valor das perdas esperadas estimadas, realizaram-se análises de sensibilidade sobre a distribuição da carteira por *stage* e o respetivo impacto na imparidade.

O Grupo considera que os parâmetros assumidos mais sensíveis ou suscetíveis a alterações de ciclo económico, são a Probabilidade de Incumprimento (PD – *Probability of Default*) para a generalidade das carteiras e a Perda dado o incumprimento (LGD – *Loss Given Default*) para o caso do cartão de crédito.

Neste contexto, foi realizada uma análise de sensibilidade que pretendeu apurar qual seria a imparidade da carteira global caso aqueles parâmetros sofressem uma deterioração relativa de 10%, tendo-se concluído que o aumento na imparidade seria de 1 090 milhares de euros, correspondentes a cerca de 1,7%.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de março de 2026, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente apresentava a seguinte composição:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|-------------------|-------------------|
| Diferimentos ativos | | |
| Não correntes | | |
| Protocolo crédito habitação colaboradores | 2 626 050 | 2 859 585 |
| Outros | 2 164 639 | 2 164 030 |
| | 4 790 689 | 5 023 615 |
| Correntes | | |
| Rendas a pagar | 1 321 987 | 1 337 252 |
| Subsídios de Refeição | 1 217 088 | 1 203 103 |
| Outros | 12 277 588 | 13 013 101 |
| | 14 816 663 | 15 553 456 |
| | 19 607 352 | 20 577 071 |
| Diferimentos passivos | | |
| Não correntes | | |
| Subsídios ao investimento | 1 192 663 | 1 542 501 |
| Outros | 309 181 | 305 546 |
| | 1 501 844 | 1 848 047 |
| Correntes | | |
| Subsídios ao investimento | 11 201 | 11 201 |
| Passivos resultantes de contratos | 4 748 220 | 4 188 293 |
| Outros | 2 807 132 | 1 864 117 |
| | 7 566 553 | 6 063 610 |
| | 9 068 397 | 7 911 657 |

A variação da rubrica “Outros diferimentos ativos” resulta essencialmente da renovação de contratos de licenciamento de software e de contratos de seguros.

A rubrica “Passivos resultantes de contratos” decorre da aplicação da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes e representa o valor já faturado, mas ainda não reconhecido em resultados por ainda não se encontrarem satisfeitas as “*performance obligations*”, tal como preconizado na norma.

Os “Passivos resultantes de contratos” reconhecidos respeitam essencialmente a valores relativos a selos e pré-pagos de correio azul e correio verde no valor de 884 969 Euros (956 046 Euros em 31 de dezembro de 2025), cujo rédito é expectável ser reconhecido no mês de abril de 2026 (estimativa de 80% do valor da rubrica) e o restante valor ao longo do ano de 2026, e a objetos faturados e não entregues a 31 de março de 2026 do segmento de Soluções de comércio eletrónico, no valor 3 303 323 Euros (3 792 174 Euros em 31 de dezembro de 2025), cujo rédito é reconhecido no momento da entrega no mês seguinte.

O rédito reconhecido no período, incluído no saldo dos passivos resultantes do contrato no início do período ascendeu a 4 748 220 Euros.

Não foram reconhecidos “Ativos resultantes de contratos” associados à aplicação da IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, a caixa e equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|--------------------|--------------------|
| Numerário | 51 501 672 | 50 237 545 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 160 506 690 | 106 298 468 |
| Disponibilidades em Bancos Centrais | 44 795 381 | 49 658 195 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 36 923 309 | 32 959 165 |
| Depósitos a prazo | 51 587 997 | 17 460 110 |
| Caixa e seus equivalentes (Balanço) | 345 315 049 | 256 613 484 |
| Depósitos à ordem no Banco de Portugal | (42 918 800) | (43 821 300) |
| Cheques a cobrar / Compensação de cheques | (6 314 265) | (3 082 865) |
| Imparidade de depósitos e aplicações bancárias | 1 074 | 869 |
| Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa) | 296 083 058 | 209 710 189 |

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui depósitos de carácter obrigatório com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, o qual estabelece que as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal correspondem a 1% do montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. A 31 de março de 2026 a média diária da disponibilidade mínima obrigatória para o período em vigor era de 43 821 300 Euros.

Assim, a Rubrica “Disponibilidades em Bancos Centrais” inclui, a 31 de março de 2026, um valor total de depósitos à ordem no Banco de Portugal no montante de 49 658 195 Euros (31 de dezembro de 2025: 44 795 381 Euros).

A rubrica “Cheques a cobrar/ Compensação de cheques” representa cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

Imparidade

No período findo em 31 de dezembro de 2025 e e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas de depósitos e aplicações bancárias” (Nota 13), foi como segue:

| | | | | 31.12.2025 |
|----------------------------------|---------------|------------|----------------|--------------|
| | Saldo Inicial | Aumentos | Reversões | Saldo Final |
| Depósitos e aplicações bancárias | 1 846 | 322 | (1 094) | 1 074 |
| | 1 846 | 322 | (1 094) | 1 074 |

| | | | | 31.03.2026 |
|----------------------------------|---------------|-----------|--------------|-------------|
| | Saldo Inicial | Aumentos | Reversões | Saldo Final |
| Depósitos e aplicações bancárias | 1 074 | 91 | (296) | 869 |
| | 1 074 | 91 | (296) | 869 |

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) do período findo em 31 de março de 2026 no montante de (205) Euros (2 405 Euros em 31 de março de 2025) foram registadas na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)”.

13. Perdas por imparidade acumuladas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Transferências | Alteração do perímetro de consolidação | Outros movimentos | Movimentos PPA | 31.12.2025 Saldo final |
|---|--------------------|-------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--|-------------------|----------------|---------------------------|
| Ativos não correntes | | | | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 13 109 | — | — | (3 400) | — | 76 238 | — | — | 85 947 |
| Propriedades de investimento | 66 198 | — | (33 200) | — | — | — | — | — | 32 998 |
| | 79 307 | — | (33 200) | (3 400) | — | 76 238 | — | — | 118 945 |
| Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral | — | 9 937 | — | — | — | — | — | — | 9 937 |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | 53 096 | 77 165 | (34 360) | — | 16 231 | — | — | — | 112 132 |
| Outros ativos não correntes | 386 752 | — | — | — | 11 197 | — | — | — | 397 950 |
| Crédito a clientes bancários | 30 345 237 | 20 869 776 | (11 296 051) | (328 468) | (4 147 173) | — | — | — | 35 443 321 |
| | 30 785 086 | 20 956 878 | (11 330 411) | (328 468) | (4 119 745) | — | — | — | 35 963 339 |
| | 30 864 393 | 20 956 878 | (11 363 611) | (331 868) | (4 119 745) | 76 238 | — | — | 36 082 284 |
| Ativos correntes | | | | | | | | | |
| Contas a receber | 41 992 069 | 1 404 540 | (1 742 540) | (858 233) | — | 1 098 801 | (2 557) | — | 41 892 080 |
| Crédito a clientes bancários | 16 223 908 | 16 227 913 | (8 783 579) | (255 410) | 4 147 173 | — | — | — | 27 560 005 |
| Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral | — | 88 | — | — | — | — | — | — | 88 |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | 50 244 | 37 860 | (16 858) | — | (16 231) | — | — | — | 55 015 |
| Outros ativos correntes | 11 620 816 | 503 133 | (428 372) | (633 712) | (11 197) | — | — | — | 11 050 669 |
| Aplicações e empréstimos em instituições de crédito | 4 623 | 2 838 | (4 491) | — | — | — | — | — | 2 970 |
| Outros ativos financeiros bancários | 1 834 074 | 55 232 | (9 337) | (681) | — | — | — | — | 1 879 288 |
| Depósitos e aplicações bancárias | 1 846 | 322 | (1 094) | — | — | — | — | — | 1 074 |
| | 71 727 581 | 18 231 926 | (10 986 271) | (1 748 036) | 4 119 745 | 1 098 801 | (2 557) | — | 82 441 190 |
| Ativos não correntes detidos para venda | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Mercadorias | 2 060 118 | 59 077 | — | (520 254) | — | — | — | — | 1 598 941 |
| Matérias-primas, sub. e de consumo | 1 044 436 | 172 312 | — | (125 498) | — | — | — | — | 1 091 250 |
| | 3 104 554 | 231 389 | — | (645 752) | — | — | — | — | 2 690 191 |
| | 74 832 134 | 18 463 315 | (10 986 271) | (2 393 788) | 4 119 745 | 1 098 801 | (2 557) | — | 85 131 380 |
| | 105 696 526 | 39 420 193 | (22 349 882) | (2 725 656) | — | 1 175 039 | (2 557) | — | 121 213 669 |

| | | | | | | | | | | 31.03.2026 |
|---|--------------------|-------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------|------------|---------------|----------|--------------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Transferências | Alteração do | Outros | Movimentos | | Saldo final |
| | | | | | as | perímetro de | movimentos | PPA | | |
| | | | | | | consolidação | | | | |
| Ativos não correntes | | | | | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 85 947 | — | — | (1 275) | — | — | — | — | — | 84 672 |
| Propriedades de investimento | 32 998 | — | — | — | — | — | — | — | — | 32 998 |
| | 118 945 | — | — | (1 275) | — | — | — | — | — | 117 670 |
| Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral | 9 937 | 63 | — | — | — | — | — | — | — | 10 000 |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | 112 132 | 32 234 | (17 185) | — | (4 151) | — | — | — | — | 123 030 |
| Outros ativos não correntes | 397 950 | — | — | — | (3 651) | — | — | — | — | 394 299 |
| Crédito a clientes bancários | 35 443 321 | 5 801 639 | (2 999 773) | (12 918) | (1 086 237) | — | — | — | — | 37 146 032 |
| | 35 963 340 | 5 833 936 | (3 016 958) | (12 918) | (1 094 039) | — | — | — | — | 37 673 361 |
| | 36 082 285 | 5 833 936 | (3 016 958) | (14 193) | (1 094 039) | — | — | — | — | 37 791 031 |
| Ativos correntes | | | | | | | | | | |
| Contas a receber | 41 892 080 | 588 737 | (212 297) | (82 747) | — | — | 553 | 12 408 | — | 42 198 734 |
| Crédito a clientes bancários | 27 560 005 | 4 837 290 | (2 501 150) | (10 771) | 1 086 237 | — | — | — | — | 30 971 611 |
| Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral | 88 | 1 | — | — | — | — | — | — | — | 89 |
| Investimento em títulos ao custo amortizado | 55 015 | 22 939 | (10 063) | — | 4 151 | — | — | — | — | 72 042 |
| Outros ativos correntes | 11 050 669 | 38 446 | (51 287) | (181 274) | 3 651 | — | — | — | — | 10 860 205 |
| Aplicações e empréstimos em instituições de crédito | 2 970 | 52 | (2 604) | — | — | — | — | — | — | 418 |
| Outros ativos financeiros bancários | 1 879 288 | 4 052 | (2 265) | — | — | — | — | — | — | 1 881 075 |
| Depósitos e aplicações bancárias | 1 074 | 91 | (296) | — | — | — | — | — | — | 869 |
| | 82 441 190 | 5 491 608 | (2 779 962) | (274 792) | 1 094 039 | — | 553 | 12 408 | — | 85 985 040 |
| Mercadorias | 1 598 941 | 119 545 | — | (174 354) | — | — | — | — | — | 1 544 132 |
| Matérias-primas, sub. e de consumo | 1 091 250 | 45 255 | — | (123 936) | — | — | — | — | — | 1 012 569 |
| | 2 690 191 | 164 800 | — | (298 290) | — | — | — | — | — | 2 556 704 |
| | 85 131 380 | 5 656 408 | (2 779 962) | (573 082) | 1 094 039 | — | 553 | 12 408 | — | 88 541 744 |
| | 121 213 669 | 11 490 346 | (5 796 919) | (587 275) | — | — | 553 | 12 408 | — | 126 332 779 |

14. Capital

Em 12 de maio de 2025, foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 310 000 Euros mediante a extinção de 4 620 000 ações próprias representativas de 3,34% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 22 de julho de 2024 a 17 de abril de 2025. Esta redução de capital foi realizada no âmbito da deliberação da Assembleia Geral Anual dos Acionistas dos CTT realizada no dia 30 de abril de 2025 que aprovou a redução do capital social em até 4 250 000 Euros correspondente à extinção de até 8 500 000 ações próprias adquiridas até 22 de julho de 2025 com a finalidade especial de execução de programa de recompra de ações próprias e respetiva libertação de excesso de capital.

Assim sendo, a 31 de dezembro de 2025, o capital social dos CTT era de 66 910 000 Euros, representado por 133 820 000 ações com um valor nominal de cinquenta cêntimos por ação, tendo sido conseqüentemente alterados os Estatutos da Sociedade. O capital encontrava-se totalmente subscrito e realizado. A 31 de março de 2026 o capital social dos CTT mantém-se inalterado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026 os acionistas da Empresa com participações qualificadas, resumem-se como segue:

| 31.12.2025 | | | |
|---|--------------------|-------------------|--------------------|
| Acionistas | Nº Ações | % Capital | % Direitos de voto |
| Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. | 19 246 815 | 14,38 % | 14,38 % |
| Manuel Carlos de Melo Champalimaud | 500 185 | 0,37 % | 0,37 % |
| Manuel Carlos de Melo Champalimaud | Total | 19 747 000 | 14,76 % |
| Global Portfolio Investments, S.L. ⁽¹⁾ | 19 128 138 | 14,29 % | 14,29 % |
| Indumenta Pueri, S.L. ⁽¹⁾ | Total | 19 128 138 | 14,29 % |
| GreenWood Builders Fund I, LP ⁽²⁾ | 8 494 818 | 6,35 % | 6,35 % |
| GreenWood Investors LLC ⁽²⁾ | Total | 8 519 568 | 6,37 % |
| CTT, S.A. (ações próprias) ⁽³⁾ | Total | 1 195 125 | 0,89 % |
| Restantes acionistas | Total | 85 230 169 | 63,69 % |
| TOTAL | 133 820 000 | 100,00 % | 100,00 % |

(1) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L.

(2) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC. A participação da Greenwood Investors LLC inclui uma componente de 24 750 ações (correspondentes a 0,02% do capital social) detidas diretamente por Steven Wood.

(3) Ações detidas pelos CTT em 31 de dezembro de 2025, após a conclusão, no dia 17 de abril de 2025, do programa de recompra de ações próprias dos CTT anunciado ao mercado no dia 19 de julho de 2024, seguido do cancelamento de 4 620 000 ações próprias e redução do capital social em 2 310 000 Euros, bem como após a distribuição de 92 921 ações a Administradores executivos e Diretores da Sociedade no âmbito da remuneração variável de longo prazo.

31.03.2026

| Acionistas | | Nº Ações | % Capital | % Direitos de voto |
|---|--------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. | | 19 246 815 | 14,38 % | 14,38 % |
| Manuel Carlos de Melo Champalimaud | | 500 185 | 0,37 % | 0,37 % |
| Manuel Carlos de Melo Champalimaud | Total | 19 747 000 | 14,76 % | 14,76 % |
| Global Portfolio Investments, S.L. ⁽¹⁾ | | 19 128 138 | 14,29 % | 14,29 % |
| Indumenta Pueri, S.L. ⁽¹⁾ | Total | 19 128 138 | 14,29 % | 14,29 % |
| GreenWood Builders Fund I, LP ⁽²⁾ | | 8 494 818 | 6,35 % | 6,35 % |
| GreenWood Investors LLC ⁽²⁾ | Total | 8 533 568 | 6,38 % | 6,38 % |
| CTT, S.A. (ações próprias) | Total | 1 801 125 | 1,35 % | 1,35 % |
| Restantes acionistas | Total | 84 610 169 | 63,23 % | 63,23 % |
| TOTAL | | 133 820 000 | 100,00 % | 100,00 % |

(1) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L.

(2) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC. A participação da Greenwood Investors LLC inclui uma componente de 38 750 ações (correspondentes a 0,03% do capital social) detidas diretamente por Steven Wood.

15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados

Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2025, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias”:

| | Quantidade | Valor | Preço Médio |
|---|------------------|------------------|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 3 792 047 | 15 831 386 | 4,17 |
| Aquisições | 2 115 999 | 13 759 247 | 6,50 |
| Extinção (por redução de capital) | (4 620 000) | (23 139 409) | 5,01 |
| Entrega de ações - Remuneração Variável de Longo Prazo (“RVLP”) | (92 921) | (465 398) | 5,01 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 1 195 125 | 5 985 826 | 5,01 |

Durante e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias”:

| | Quantidade | Valor | Preço Médio |
|-------------------------------------|------------------|------------------|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 1 195 125 | 5 985 826 | 5,01 |
| Aquisições | 606 000 | 3 885 666 | 6,41 |
| Saldo em 31 de março de 2026 | 1 801 125 | 9 871 492 | 5,48 |

A 19 de julho de 2024, a Comissão Executiva com base na delegação de poderes conferida pelo Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações próprias da Sociedade a ser executado a partir de 22 de julho de 2024, com o único objetivo de redução do capital social dos CTT mediante a extinção das ações próprias adquiridas no seu âmbito.

No dia 17 de abril de 2025, tendo a Empresa adquirido um total de 24 945 413 Euros, de acordo com os termos e condições do Programa de Recompra, o mesmo deu-se como concluído, nesta data, terminando antes do final do seu período máximo de duração (de 22 de julho de 2024 a 22 de julho de 2025).

Nos dias 9 e 12 de maio de 2025, procedeu-se à entrega de 92 921 ações próprias aos Administradores Executivos e Quadros dirigentes dos CTT, correspondente à terceira e última tranche da Remuneração Variável de Longo Prazo referente ao mandato 2020-2023, conforme explicado na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Em 12 de maio de 2025 foi inscrita no registo comercial a redução do capital social dos CTT no montante de 2 310 000 Euros mediante a extinção de 4 620 000 ações próprias representativas de 3,34% do capital dos CTT e que foram adquiridas no quadro do programa de recompra de ações próprias executado de 22 de julho de 2024 a 17 de abril de 2025.

A 10 de fevereiro de 2026, os CTT deliberaram a aprovação de um novo programa de recompra de ações próprias, no montante global de 30 milhões de euros, equivalente a 3,0% da capitalização bolsista da Empresa, sujeito aos termos e condições comunicados ao mercado na mesma data.

Este programa, a implementar até 30 de abril de 2027 (tendo iniciado a 11 de fevereiro de 2026, sem prejuízo de terminar em data anterior caso o número máximo de ações a adquirir ou o montante pecuniário sejam atingidos), tem como objetivos únicos:

- i. a recompra de um máximo de até 5,5 milhões de ações, representativas de um valor nominal máximo de 2,75 milhões de Euros, que corresponde a 4,1% do capital social;
- ii. não ultrapassar em qualquer caso o montante global máximo de investimento referido; e
- iii. a redução de capital social até ao mesmo montante mediante extinção das ações próprias adquiridas.

A 31 de março de 2026, a Empresa detinha um total acumulado de 1 801 125 ações próprias, representativas de 1,346 % do capital social, com o valor nominal de 0,50 Euros, encontrando-se todos os direitos inerentes às ações suspensos, com exceção do relativo à receção de novas ações no caso de aumento de capital por incorporação de reservas, conforme disposto no art.º 324(1)(alínea a)) do Código das Sociedades Comerciais.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, a rubrica de “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

| | | | | | 31.12.2025 |
|------------------------------|-------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|
| | Reservas legais | Reservas ações próprias | Reservas justo valor | Outras reservas | Total |
| Saldo inicial | 15 000 000 | 15 831 386 | — | 1 161 651 | 31 993 036 |
| Redução de capital | — | 13 759 247 | — | (13 759 247) | — |
| Aquisição de ações próprias | — | (23 139 409) | — | 2 310 000 | (20 829 409) |
| Atribuição de ações próprias | — | (465 398) | — | 465 398 | — |
| Justo valor de ativos | — | — | 24 449 | — | 24 449 |
| Plano de ações (atribuição) | — | — | — | (840 000) | (840 000) |
| Plano de ações | — | — | — | 2 202 616 | 2 202 616 |
| Saldo final | 15 000 000 | 5 985 826 | 24 449 | (8 459 582) | 12 550 693 |

| | | | | | 31.03.2026 |
|-----------------------------|-------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|
| | Reservas legais | Reservas ações próprias | Reservas justo valor | Outras reservas | Total |
| Saldo inicial | 15 000 000 | 5 985 826 | 24 449 | (8 459 582) | 12 550 693 |
| Aquisição de ações próprias | — | 3 885 666 | — | (3 885 666) | — |
| Justo valor de ativos | — | — | (37 817) | — | (37 817) |
| Saldo final | 15 000 000 | 9 871 492 | (13 368) | (12 345 248) | 12 512 876 |

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias

O Código das Sociedades Comerciais obriga, no âmbito do regime das ações próprias previsto no artigo 324.º, à existência de uma reserva de montante igual àquele pelo qual as ações estejam contabilizadas, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as normas contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de março de 2026 esta rubrica inclui o montante de 9 871 492 Euros relativos à reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Em 31 de dezembro de 2025, foi desreconhecido um montante de reservas no valor de (840 000) Euros correspondente ao valor proporcional das opções atribuídas durante o período, no âmbito da remuneração variável de longo prazo, conforme descrito na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Resultados Transitados

No período findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados” do Grupo:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial | 117 846 899 | 140 741 205 |
| Aplicação do resultado líquido do período anterior | 45 536 317 | 50 709 394 |
| Distribuição de dividendos (Nota 16) | (22 546 228) | — |
| Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial | (95 783) | (69 868) |
| Saldo final | 140 741 205 | 191 380 731 |

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha.

Assim, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026 os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial | (1 182 098) | (7 505 177) |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | (265 697) | (97 003) |
| Ganhos/perdas atuariais | (7 761 733) | — |
| Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais (Nota 26) | 1 757 904 | — |
| Plano de ações (entrega de ações) (Nota 24) | 374 602 | — |
| Justo valor de ativos | 126 640 | — |
| Outros movimentos | (554 794) | — |
| Saldo final | (7 505 177) | (7 602 180) |

Com referência a 31 de dezembro de 2025, o montante referente ao Plano de ações no montante de 374 602 Euros, corresponde ao diferencial entre o montante de 840 000 Euros, desreconhecido da rubrica “Reservas”, relativo ao valor proporcional das opções atribuídas em 2025 (nota 15) e do valor das ações próprias entregues no âmbito desta operação no montante de 465 398 Euros. O diferencial entre os dois montantes é reconhecido na rubrica “outras variações de capital próprio”, ao abrigo do disposto nas IFRS.

16. Dividendos

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2024, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 30 de abril de 2025, a distribuição de dividendos no montante de 23 534 800 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,17 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, totalizando 988 571 Euros, pelo que o valor de dividendos distribuídos totalizou 22 546 229 Euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2025, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 30 de abril de 2026, a distribuição de dividendos no montante de 25 425 800 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,19 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025. O valor do dividendo atribuível a ações próprias será transferido para resultados transitados.

17. Resultados por ação

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026, os resultados por ação foram calculados como segue:

| | 31.03.2025 | 31.03.2026 |
|------------------------------------|-------------|-------------|
| Resultado líquido do período | 5 508 944 | 4 537 021 |
| N.º médio de ações ordinárias | 133 747 668 | 132 500 897 |
| Resultado líquido por ação: | | |
| Básico | 0,04 | 0,03 |
| Diluído | 0,04 | 0,03 |

O número médio de ações é analisado como segue:

| | 31.03.2025 | 31.03.2026 |
|---|--------------------|--------------------|
| Ações emitidas no início do exercício | 138 440 000 | 133 820 000 |
| N.º médio de ações realizadas | 138 440 000 | 133 820 000 |
| Efeito ações próprias | 4 692 332 | 1 319 103 |
| N.º médio de ações durante o período | 133 747 668 | 132 500 897 |

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Em 31 de março de 2026, o número de ações próprias em carteira é de 1 801 125, sendo o seu número médio no período findo em 31 de março de 2026 de 1 319 103, refletindo o facto de terem ocorrido aquisições no referido período, conforme mencionado na nota 15.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava o seguinte detalhe:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|
| Passivo não corrente | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 110 000 000 | 110 000 000 |
| Papel Comercial | 35 000 000 | 20 000 000 |
| Passivos de locação | 139 842 176 | 136 069 305 |
| | 284 842 176 | 266 069 305 |
| Passivo corrente | | |
| Empréstimos bancários | 16 656 367 | 58 657 041 |
| Empréstimos obrigacionistas | (24 475) | 1 078 864 |
| Papel Comercial | 24 037 | (4 807) |
| Passivos de locação | 39 616 189 | 39 492 531 |
| | 56 272 118 | 99 223 628 |
| | 341 114 294 | 365 292 933 |

A 31 de março de 2026, as taxas de juro aplicadas aos Empréstimos bancários encontravam-se entre 2,493% e 4,620% (31 de dezembro de 2025: 2,539% e 4,107%).

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, o detalhe dos empréstimos bancários era o seguinte:

| | 31.12.2025 | | | 31.03.2026 | | |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Limite | Montante utilizado | | Limite | Montante utilizado | |
| | | Corrente | Não corrente | | Corrente | Não corrente |
| Empréstimos bancários | | | | | | |
| Millennium BCP | 134 259 | 134 259 | — | 53 704 | 53 704 | — |
| BBVA / Bankinter | 9 500 000 | 9 475 478 | — | 9 500 000 | 9 483 358 | — |
| Novo Banco | 7 000 000 | 7 046 630 | — | 7 000 000 | 7 120 496 | — |
| Empréstimos Obrigacionistas | | | | | | |
| BBVA | 27 500 000 | (6 119) | 27 500 000 | 27 500 000 | 269 716 | 27 500 000 |
| Novo Banco | 27 500 000 | (6 119) | 27 500 000 | 27 500 000 | 269 716 | 27 500 000 |
| Banco Montepio | 27 500 000 | (6 119) | 27 500 000 | 27 500 000 | 269 716 | 27 500 000 |
| Caixa Geral de Depósitos | 27 500 000 | (6 119) | 27 500 000 | 27 500 000 | 269 716 | 27 500 000 |
| Papel comercial | | | | | | |
| BBVA / Bankinter | 15 000 000 | 10 234 | 15 000 000 | 15 000 000 | (5 581) | — |
| Novo Banco | 20 000 000 | 13 803 | 20 000 000 | 20 000 000 | 774 | 20 000 000 |
| Descobertos bancários | | | | | | |
| Novo Banco | — | — | — | — | 1 669 107 | — |
| Banco BPI | — | — | — | — | 40 330 376 | — |
| | 161 634 259 | 16 655 929 | 145 000 000 | 161 553 704 | 59 731 097 | 130 000 000 |

Empréstimos bancários

Foi assinado no dia 27 setembro de 2017 um contrato de financiamento entre os CTT e os bancos BBVA e Bankinter pelo prazo inicial de 5 anos no montante total de 90 milhões de Euros, com a possibilidade de utilização dos fundos até setembro de 2018. Subsequentemente, pela não utilização da totalidade dos fundos, o limite foi sendo reduzido ao longo do período de contrato. Com referência a 31 de março de 2026 o montante utilizado, líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, correspondia a 9 483 358 Euros. O

restante valor disponibilizado não foi, por decisão do Grupo, alvo de utilização.

Em 22 de abril de 2019 foi assinado um contrato de abertura de crédito simples entre os CTT e o Novo Banco pelo prazo de 60 meses, com dois anos de carência, podendo ser prorrogado pelo período de 24 meses, pelo montante total de 35 milhões de Euros. Nos períodos subsequentes o limite foi sendo reduzido devido à não utilização da totalidade dos fundos. Com referência a 31 de março de 2026 o valor apresentado na demonstração da posição financeira líquido de comissões e acrescidos

do montante de juros a liquidar no período seguinte, no valor total de 7 120 496 Euros.

Empréstimos obrigacionistas

Em 15 de abril de 2025 os CTT assinaram um contrato de financiamento com um sindicato de bancos (BBVA, Novo Banco, Montepio e CGD) com o propósito de financiar a operação de aquisição da Cacesa. Este financiamento, no montante de 110 milhões de Euros, está estruturado como um empréstimo obrigacionista pelo prazo total de 6 anos com um período de carência de 1,5 anos. Está sujeito ao

cumprimento de um conjunto *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de controlo sobre as subsidiárias materialmente relevantes, *Negative Pledge* e limites ao valor de *Assets Disposal* assim como o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA para os CTT e CTT Expresso, cujo cumprimento será avaliado pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. Admite ainda a possibilidade de conversão para uma emissão de *Sustainability-Linked Bond*.

Papel Comercial

Conforme divulgado ao mercado no dia 7 de março de 2023, os CTT contrataram o montante de 35 milhões de euros em financiamentos bancários sob a forma de papel comercial, indexados a objetivos de sustentabilidade, com maturidade em 2026, junto de duas instituições financeiras – o Novo Banco, S.A. e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. - Sucursal em Portugal.

Estes financiamentos bancários estão enquadrados pelo Quadro de Referência do Financiamento ligado à Sustentabilidade dos CTT que foi objeto de *Second Party Opinion* divulgada pela S&P Global Ratings. Assim, as referidas linhas de financiamento encontram-se indexadas ao objetivo de redução das emissões carbónicas da

atividade dos CTT (emissões dos scopes 1, 2 e 3) em pelo menos 30% até 2025, em relação a 2013, que se encontra validado pela *Science Based Targets initiative* e alinhado com as melhores práticas do setor.

Com referência a 31 de março de 2026, o valor utilizado apresentado na demonstração da posição financeira líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, totaliza no caso do BBVA/ Bankinter (5 581) Euros e no Novo Banco 20 000 774 Euros. Estes programas de papel comercial são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que a prática/expectativa do Grupo será proceder à utilização dos contratos durante o seu período de vigência e tendo o direito de realizar o *roll-over* destes financiamentos.

Em 31 de março de 2026, os plafonds de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo, mas não utilizados ascendem a cerca de 135,2 milhões de euros (31 de dezembro de 2025: 175,5 milhões de euros), sendo suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas.

Os empréstimos bancários obtidos estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de *Cross default*, *Negative Pledge* e limites ao valor de *Assets Disposal*. Adicionalmente, os empréstimos

obtidos exigem ainda o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA e autonomia financeira. O cumprimento dos *covenants* financeiros são monitorizados regularmente pelo Grupo, sendo o seu cumprimento aferido pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. A 31 de março de 2026 o Grupo está em situação de cumprimento dos *covenants* financeiros.

Descobertos Bancários

A 31 de março de 2026, o Grupo apresenta descobertos bancários no montante de 40 330 376 Euros, junto do Banco BPI e de 1 669 107 Euros junto do Novo Banco, correspondentes a financiamentos de curto prazo para satisfazer necessidades pontuais de tesouraria, os quais foram regularizados no início de abril de 2026.

Passivos de Locação

O Grupo apresenta responsabilidades com locações cujos pagamentos futuros, não descontados e valores descontados apresentados na posição financeira, são detalhados como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|--------------------|--------------------|
| Até 1 ano | 44 980 867 | 44 523 880 |
| Entre 1 ano e 5 anos | 111 103 021 | 109 997 550 |
| A mais de 5 anos | 41 755 849 | 39 502 198 |
| Total de passivos de locação não descontados | 197 839 737 | 194 023 628 |
| Corrente | 39 616 189 | 39 492 531 |
| Não corrente | 139 842 176 | 136 069 305 |
| Passivos de locação incluídos na posição financeira | 179 458 365 | 175 561 836 |

As taxas de desconto utilizadas nos contratos de locação situam-se entre 0,68% e 11,50%, consoante as características do contrato, nomeadamente a duração dos mesmos.

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas detalham-se como segue:

| | 31.03.2025 | 31.03.2026 |
|--|------------|------------|
| Juros dos passivos de locação (Nota 25) | 1 518 696 | 1 547 693 |
| Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de locação | 641 556 | 727 432 |

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa detalham-se como segue:

| | 31.03.2025 | 31.03.2026 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Total de pagamentos de locações | (10 693 539) | (11 883 639) |

A movimentação ocorrida nos direitos de uso subjacentes a estes passivos de locação pode ser analisada na nota 4.

Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento

A reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento com referência a 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, detalha-se como se segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial | 226 252 404 | 341 114 294 |
| Movimentos sem cash | 73 523 687 | 9 414 275 |
| Alterações de contratos | 63 043 192 | 6 497 374 |
| Juros IFRS 16 | 6 317 882 | 1 489 847 |
| Outros | 4 162 614 | 1 427 054 |
| Financiamentos obtidos: | | |
| Entrada de cash | 393 920 789 | 41 920 110 |
| Saída de cash | (306 315 360) | (15 272 108) |
| Passivos de locação: | | |
| Saída de cash | (46 267 226) | (11 883 639) |
| Saldo final | 341 114 294 | 365 292 933 |

19. Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos

No período findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados o Grupo constituiu “Provisões” que apresentaram o seguinte movimento:

| | | | | | | | | 31.12.2025 |
|--|-------------------|------------------|--------------------|--------------------|------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Transferências | Regularizações | Movimentos PPA | Saldo final |
| Processos judiciais em curso | 3 833 617 | 2 122 095 | (844 200) | (981 627) | — | — | — | 4 129 885 |
| Outras provisões | 4 359 661 | 1 657 514 | (2 561 697) | (272 060) | (129 771) | (1 203) | — | 3 052 444 |
| Provisões para compromissos | 244 429 | 5 782 | (140 036) | — | — | — | — | 110 175 |
| Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/ reversões) | 8 437 707 | 3 785 391 | (3 545 933) | (1 253 687) | (129 771) | (1 203) | — | 7 292 504 |
| Reestruturação | 198 228 | — | — | — | — | — | — | 198 228 |
| Outras provisões | 3 440 010 | 2 244 896 | (353 600) | — | — | — | 18 148 000 | 23 479 306 |
| | 12 075 945 | 6 030 287 | (3 899 533) | (1 253 687) | (129 771) | (1 203) | 18 148 000 | 30 970 038 |

| | | | | | | | | 31.03.2026 |
|---|-------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Transferências | Regularizações | Movimentos PPA | Saldo final |
| Processos judiciais em curso | 4 129 885 | 481 668 | (251 590) | (160 149) | — | — | — | 4 199 814 |
| Outras provisões | 3 052 444 | 151 543 | (45 884) | (50 881) | — | 393 | — | 3 107 615 |
| Provisões para compromissos | 110 175 | 6 720 | — | — | — | — | — | 116 895 |
| Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões) | 7 292 504 | 639 931 | (297 474) | (211 030) | — | 393 | — | 7 424 324 |
| Reestruturação | 198 228 | 1 393 405 | — | (589 012) | — | — | — | 1 002 621 |
| Outras provisões | 23 479 306 | — | — | (24 962) | — | — | — | 23 454 344 |
| | 30 970 038 | 2 033 336 | (297 474) | (825 004) | — | 393 | — | 31 881 289 |

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de “Provisões (aumentos)/reversões”, no montante de (53 680) Euros em 31 de março de 2025 e 342 456 Euros em 31 de março de 2026.

Uma provisão deve apenas ser usada para os dispêndios relativos aos quais a provisão foi originalmente reconhecida, pelo que o Grupo efetua a reversão das provisões quando deixa de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros para liquidar a obrigação.

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, estimadas com base em informações dos seus advogados bem como no término dos referidos processos. O valor final e o momento da ocorrência dos exfluxos associados à provisão para processos judiciais está dependente do desfecho dos respetivos processos.

A reversão da provisão constituída para processos judiciais em curso no valor de (844 200) Euros em 31 de dezembro

de 2025 e (251 590) Euros em 31 de março de 2026, resulta, essencialmente, de processos cuja decisão, da qual se tomou conhecimento no decurso de 2025 ou 2026, respetivamente, se revelou favorável ao Grupo, ou, não tendo sido favorável, resultou na condenação ao pagamento de valores que se revelaram inferiores aos valores estimados (e refletidos nesta rubrica de provisão).

Outras provisões

O montante provisionado na 321 Crédito, S.A. que ascende a 1 676 097 Euros a 31 de março de 2026 (1 594 827 Euros em 31 de dezembro de 2025) resulta, essencialmente, da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências e outros processos.

A 31 de março de 2026, para além das situações acima referidas esta provisão inclui, essencialmente, ainda:

- o valor de 4 592 662 Euros, para cobertura de gastos

de acondicionamento de viaturas operacionais.

- o montante de 18 148 000 Euros relativos a contingências identificadas na sequência da aquisição da Cacesa e das suas subsidiárias, reconhecidas no âmbito do PPA (*Purchase Price Allocation*) em curso, detalhado da seguinte forma: o montante de 16 800 000 Euros relativo a contingências fiscais; e o montante de 1 348 000 Euros, relativos também a contingências, no entanto, tendo estas últimas sido identificadas em sede de *Due Dilligence* ficaram acauteladas no contrato de compra e venda de ações, motivo pelo qual a CTT Expresso reconheceu um ativo do mesmo montante, conforme previsto nas IAS/IFRS.

Reestruturações

É fundamental para o Grupo implementar políticas que promovam a racionalização, a adequação e aumento da

produtividade de todos os recursos disponíveis, com reflexo no modelo de gestão organizacional dos seus recursos humanos. Neste enquadramento, desencadearam-se, nos anos anteriores, ações conducentes à reorganização de serviços, que conduziram à aprovação de um programa de otimização de Recursos Humanos. Este programa tem por base a celebração de Acordos de Suspensão, de Pré-Reformas e de Acordos de Rescisão por Mútuo Acordo. A 31 de março de 2026, foi efetuado um reforço na provisão para reestruturação de 1 393 405 Euros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

Garantias prestadas

| Descrição | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|------------|------------|
| Autoridade Tributária e Aduaneira | 2 745 092 | 2 670 092 |
| AEAT - Agencia Estatal de Administración Tributaria | 2 280 000 | 2 280 000 |
| LandSearch, Compra e Venda de Imóveis | 1 792 886 | 1 792 886 |
| Fidelidade, Multicare, Cares - (Glantt BPO) | 1 500 000 | 1 500 000 |
| BVK Europa-Immobilien | 1 203 881 | 1 203 881 |
| Absolute Miracle, Lda | 938 025 | 938 025 |
| Douane Française | 731 205 | 731 205 |
| NAV – Nemzeti Adó- és Vámhivatal | 269 984 | 624 510 |
| AMBIMOBILIÁRIA - Investimentos e negócios, S.A. | 480 000 | 480 000 |
| MARATHON- Fundo de Investimento fechado | 432 000 | 432 000 |
| O Feliz - Imobiliária | 378 435 | 378 435 |
| Tribunais | 339 230 | 339 230 |
| EUROGOLD | 318 299 | 318 299 |
| Prologis | 310 754 | 310 754 |
| ISSA SMART GROUP, S.L.U | 233 623 | 233 623 |
| CIVILRIA | 224 305 | 224 305 |
| Transportes Bernardos Marques, S.A. | 220 320 | 220 320 |
| HMRC - HM Revenue and Customs | 177 630 | 177 444 |
| TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE | 150 000 | 150 000 |
| Via Direta | 150 000 | 150 000 |
| Autarquias | 95 991 | 83 354 |
| EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres | 68 895 | 68 895 |

| Descrição | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|-------------------|-------------------|
| INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda | 68 386 | 68 386 |
| ANA - Aeroportos de Portugal | 34 000 | 34 000 |
| Águas do Norte | 23 804 | 23 804 |
| EMEL, S.A. | 19 384 | 19 384 |
| Serviços Intermunicipalizados Loures e Odivelas | — | 17 000 |
| Direção Geral do Tesouro e Finanças | 16 867 | 16 867 |
| Alegro Alfragide | 16 837 | 16 837 |
| TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira S.A. | 16 101 | 16 101 |
| SMAS de Sintra | 15 889 | 15 889 |
| DOLCE VITA TEJO | 13 832 | 13 832 |
| Aena Barcelona | 12 000 | 12 000 |
| Águas do Porto, E.M | 10 720 | 10 720 |
| ADRA - Águas da Região de Aveiro | 10 475 | 10 475 |
| Pro Spedition Limited | 10 000 | 10 000 |
| SMAS Torres Vedras | 9 910 | 9 910 |
| Flightcare | 1 803 | 1 803 |
| REFER | 16 460 | — |
| | 15 337 023 | 15 604 265 |

Garantias bancárias

Com referência a 31 de março de 2026, as garantias bancárias prestadas a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, num montante global de 2 670 092 Euros, foram essencialmente prestadas para suspensão de processos de execução fiscal.

Garantias contratos de arrendamento

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias

bancárias *on first demand*. Estas garantias atingem, em 31 de março de 2026, o montante de 1 792 886 Euros (1 792 886 Euros em 31 de dezembro de 2025).

Compromissos

O Grupo contratou seguros de caução no montante global de 6 475 865 Euros (31 de dezembro de 2025: 6 188 121 Euros), com o objetivo de garantir o bom cumprimento de obrigações contratuais assumidas com terceiros.

Adicionalmente, o Grupo assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas no âmbito de outros contratos de locação.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis encontram-se detalhadas, respetivamente nas Notas 4 e 5.

Compromissos Banco CTT

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, o Grupo Banco CTT tinha prestado garantias e outros compromissos conforme detalhe seguinte:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|---|----------------------|----------------------|
| Garantias Prestadas | 65 974 527 | 67 417 379 |
| Garantias Recebidas | 2 958 813 830 | 3 087 212 084 |
| Compromissos assumidos perante terceiros | | |
| Compromissos revogáveis | | |
| Linhas de crédito | 4 522 216 | 4 721 061 |
| Outros | 9 349 545 | 9 032 051 |
| Compromissos irrevogáveis | | |
| Linhas de crédito | 30 875 436 | 36 722 490 |
| Compromissos assumidos por terceiros | | |
| Compromissos revogáveis | | |
| Linhas de crédito | 46 500 278 | 47 586 930 |

O montante registado como Garantias prestadas inclui, fundamentalmente, títulos dados como colateral para garantia de liquidação de operações interbancárias.

O montante registado como Garantias recebidas inclui, fundamentalmente, avales e hipotecas sobre imóveis para colateralização de operações de crédito hipotecário.

Os Compromissos revogáveis e irrevogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (por exemplo linhas de crédito não utilizadas e descobertos bancários) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade do cliente, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que parte dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

20. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|--------------------|--------------------|
| Não corrente | | |
| Outras contas a pagar | 58 947 | 58 947 |
| | 58 947 | 58 947 |
| Corrente | | |
| Adiantamento de clientes | 35 802 072 | 35 829 583 |
| Vales CNP | 62 785 320 | 63 706 559 |
| Fornecedores c/c | 261 995 040 | 166 551 377 |
| Faturas em receção e conferência (c/corrente) | 24 754 542 | 19 354 708 |
| Fornecedores de investimentos | 8 127 955 | 4 078 216 |
| Faturas em receção e conferência (investimentos) | 5 668 296 | 3 368 945 |
| Valores cobrados por conta de Terceiros | 30 176 289 | 33 065 381 |
| Serviços financeiros postais | 150 963 156 | 68 807 653 |
| Cauções | 675 232 | 4 060 013 |
| Cobranças | 1 033 636 | 1 425 236 |
| Indemnizações | 425 196 | 403 727 |
| Operadores postais - valores a liquidar | 526 317 | 315 040 |
| Valores a regularizar a terceiros | 583 379 | 15 986 |
| Valores a regularizar das lojas | 436 892 | 236 988 |
| Outras contas a pagar | 10 367 501 | 13 917 689 |
| | 594 320 822 | 415 137 103 |
| | 594 379 769 | 415 196 050 |

Fornecedores c/c

A variação da rubrica de fornecedores respeita, essencialmente, a um maior volume de faturação recebida pela CTT Expresso, Sucursal em Espanha no final do ano de 2025, refletindo assim uma maior dívida a fornecedores no final do período transato.

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro/tesouro

e outros vales, cuja data de liquidação deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período. A redução verificada no período em análise decorre essencialmente do aumento dos montantes subscritos no últimos dias do ano transato.

21. Títulos de dívida emitidos ao custo amortizado

Esta rubrica é analisada como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|
| Passivo não corrente | | |
| Títulos de dívida emitidos | 219 065 449 | 202 697 640 |
| | 219 065 449 | 202 697 640 |
| Passivo corrente | | |
| Títulos de dívida emitidos | 338 997 | 748 673 |
| | 338 997 | 748 673 |
| | 219 404 446 | 203 446 313 |

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026 os títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

| | | | | | 31.12.2025 |
|------------------------------------|------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|
| Denominação | Data de emissão | Data de reembolso | Remuneração | Valor nominal | Valor de balanço |
| Ulisses Finance No.2 – Class A | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 70 p.p. | 67 171 764 | 67 493 161 |
| Ulisses Finance No.2 – Class B | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 80 p.p. | 3 297 583 | 3 297 877 |
| Ulisses Finance No.2 – Class C | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 135 p.p. | 6 595 166 | 6 596 662 |
| Ulisses Finance No.2 – Class D | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 285 p.p. | 3 726 269 | 3 728 511 |
| Ulisses Finance No.2 – Class E | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 368 p.p. | 1 220 106 | 1 221 093 |
| Ulisses Finance No.2 – Class F | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 549 p.p. | 428 686 | 429 227 |
| Ulisses Finance No.3 - Class A | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 90 p.p. | 77 258 049 | 77 228 829 |
| Ulisses Finance No.3 - Class B | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 200 p.p. | 3 678 955 | 3 665 150 |
| Ulisses Finance No.3 - Class C | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 370 p.p. | 5 518 432 | 5 499 514 |
| Ulisses Finance No.3 - Class D | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 525 p.p. | 2 759 216 | 2 733 913 |
| Ulisses Finance No.3 - Class E | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 650 p.p. | 2 299 347 | 2 281 897 |
| Ulisses Finance No.3 - Class F | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 850 p.p. | 459 869 | 456 855 |
| Outras comissões | Dezembro de 2024 | Julho de 2027 | Taxa fixa 4,543% | — | (7 918) |
| Banco CTT - Senior Preferred Notes | Novembro de 2025 | Novembro de 2028 | Taxa fixa 3,750% | 45 000 000 | 44 779 675 |
| | | | | 219 413 442 | 219 404 446 |

| | | | | | 31.03.2026 | |
|------------------------------------|------------------------|--------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|--|
| Denominação | Data de emissão | Data de reembolso | Remuneração | Valor nominal | Valor de balanço | |
| Ulisses Finance No.2 – Class A | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 70 p.p. | 60 482 091 | 60 751 277 | |
| Ulisses Finance No.2 – Class B | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 80 p.p. | 2 969 175 | 2 969 594 | |
| Ulisses Finance No.2 – Class C | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 135 p.p. | 5 938 350 | 5 940 005 | |
| Ulisses Finance No.2 – Class D | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 285 p.p. | 3 355 168 | 3 357 361 | |
| Ulisses Finance No.2 – Class E | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 368 p.p. | 1 098 595 | 1 099 541 | |
| Ulisses Finance No.2 – Class F | Setembro de 2021 | Setembro de 2038 | Euribor 1M + 549 p.p. | 385 993 | 386 500 | |
| Ulisses Finance No.3 - Class A | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 90 p.p. | 70 329 123 | 70 306 367 | |
| Ulisses Finance No.3 - Class B | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 200 p.p. | 3 349 006 | 3 342 446 | |
| Ulisses Finance No.3 - Class C | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 370 p.p. | 5 023 509 | 5 015 538 | |
| Ulisses Finance No.3 - Class D | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 525 p.p. | 2 511 754 | 2 500 683 | |
| Ulisses Finance No.3 - Class E | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 650 p.p. | 2 093 129 | 2 085 947 | |
| Ulisses Finance No.3 - Class F | Junho de 2022 | Junho de 2039 | Euribor 1M + 850 p.p. | 418 626 | 417 516 | |
| Outras comissões | Dezembro de 2024 | Julho de 2027 | Taxa fixa 4,543% | — | (4 301) | |
| Banco CTT - Senior Preferred Notes | Novembro de 2025 | Novembro de 2028 | Taxa fixa 3,750% | 45 000 000 | 45 277 839 | |
| | | | | 202 954 519 | 203 446 313 | |

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e o período de três meses findos em 31 de março de 2026, verificaram-se os seguintes movimentos nesta rubrica:

| | | | | | 31.12.2025 | |
|------------------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|--------------------------|--------------------|--|
| Denominação | Saldo inicial | Emissões | Reembolsos | Outros movimentos | Saldo final | |
| Ulisses Finance No.2 | 122 842 818 | — | (39 776 158) | (300 129) | 82 766 531 | |
| Ulisses Finance No.3 | 130 072 394 | — | (38 437 657) | 231 421 | 91 866 158 | |
| Outras comissões | (22 588) | — | — | 14 670 | (7 918) | |
| Banco CTT - Senior Preferred Notes | — | 45 000 000 | — | (220 325) | 44 779 675 | |
| | 252 892 624 | 45 000 000 | (78 213 815) | (274 363) | 219 404 446 | |

| | | | | | 31.03.2026 |
|------------------------------------|--------------------|----------|---------------------|-------------------|--------------------|
| Denominação | Saldo inicial | Emissões | Reembolsos | Outros movimentos | Saldo final |
| Ulisses Finance No.2 | 82 766 531 | — | (8 210 202) | (52 053) | 74 504 276 |
| Ulisses Finance No.3 | 91 866 158 | — | (8 248 721) | 51 061 | 83 668 497 |
| Outras comissões | (7 918) | — | — | 3 617 | (4 301) |
| Banco CTT - Senior Preferred Notes | 44 779 675 | — | — | 498 164 | 45 277 839 |
| | 219 404 446 | — | (16 458 924) | 500 790 | 203 446 313 |

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

| | | | | | | | 31.12.2025 |
|----------------|----------------|-----------------|----------------|---------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Corrente Total | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Não corrente Total | Total |
| Securitizações | 134 864 | 204 133 | 338 997 | — | 219 065 449 | 219 065 449 | 219 404 446 |
| | 134 864 | 204 133 | 338 997 | — | 219 065 449 | 219 065 449 | 219 404 446 |

| | | | | | | | 31.03.2026 |
|----------------|----------------|-----------------|----------------|---------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Corrente Total | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Não corrente Total | Total |
| Securitizações | 122 665 | 626 008 | 748 673 | — | 202 697 640 | 202 697 640 | 203 446 313 |
| | 122 665 | 626 008 | 748 673 | — | 202 697 640 | 202 697 640 | 203 446 313 |

Titularização de Ativos

Chaves Funding No.8

Esta operação de titularização privada foi criada em novembro de 2019 e emitida pela Tagus, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., incluiu uma carteira de Crédito ao Consumo originada pela 321 Crédito. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ. A estrutura da Operação inclui uma Tranche A e uma Tranche B nas notas emitidas, sendo ambas detidas na totalidade pelo Grupo.

Esta operação inclui uma cláusula de amortização antecipada opcional que permite ao Emitente resgatar as Notas de todas as Classes emitidas, quando o valor residual dos créditos represente 10% ou menos do valor da Carteira de Créditos na data de montagem da operação de titularização.

Os ativos subjacentes da operação Chaves Funding No.8 não foram desconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Ulisses Finance No.2

Esta operação de titularização foi criada em setembro de 2021 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.2 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de

Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 250 000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de *revolving*.

A estrutura da operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da *class Z*, cujo valor inicial era 1,5 milhões de euros e que apresenta a 31 de março de 2026 um valor de 1 000 euros.

Esta operação obteve notações de *rating* pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.2 reveste as características de STS (*simple, transparent and standardized*) e SRT (*significant risk transfer*).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.2 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct approached*), a sociedade diminuiu os seus "*Risk Weight Assets*" no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um *cap* de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se

inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.2 não foram desconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Ulisses Finance No.3

Esta operação de titularização foi criada em junho de 2022 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.3 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 200 000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de *revolving*.

A estrutura da Operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da *class Z*, cujo valor inicial era 1,8 milhões de euros e que apresenta a 31 de março de 2026 um valor de 1 000 Euros.

Esta operação obteve notações de rating pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.3 reveste as características de STS (*simple, transparent and standardized*) e SRT (*significant risk transfer*).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.3 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct approach*), a sociedade diminuiu os seus

“*Risk Weight Assets*” no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um swap de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.3 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada

da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Adicionalmente, o Grupo, através da 321 Crédito, mantinha, a 31 de março de 2026, a operação Fénix como única operação de titularização desreconhecida viva. O envolvimento do Grupo nesta operação resume-se a ser prestar serviços de *servicing* na mesma.

22. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026 a rubrica “Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos” apresentava a seguinte composição:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|-----------------------|----------------------|----------------------|
| Depósitos à ordem | 1 639 003 461 | 1 604 899 976 |
| Depósitos a prazo | 2 251 417 435 | 2 354 079 169 |
| Depósitos de poupança | 444 087 776 | 443 029 902 |
| | 4 334 508 672 | 4 402 009 048 |

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. Os depósitos de poupança são depósitos associados às contas à ordem e que permitem ao cliente obter uma remuneração acima daquela que é praticada pelos depósitos à ordem, sendo mobilizável a qualquer altura, não tendo limite de subscrição, e sendo possível fazer agendamentos de transferências de e para esta conta.

Estes depósitos são distintos dos depósitos a prazo na medida em que estes têm data definida de constituição e maturidade, ao passo que as contas poupança são totalmente mobilizáveis sem penalização na remuneração.

No período de três meses findos em 31 de março de 2026 a taxa média de remuneração dos recursos de clientes foi de 0,84% (31 de dezembro de 2025: 1,09%).

O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026 detalha-se como segue:

| | | | | | 31.12.2025 |
|---------------------------------|------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Sem maturidades definidas | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Total |
| Depósitos à ordem e de poupança | 2 083 091 237 | — | — | — | 2 083 091 237 |
| Depósitos a prazo | — | 1 093 600 084 | 883 778 890 | 274 038 461 | 2 251 417 435 |
| | 2 083 091 237 | 1 093 600 084 | 883 778 890 | 274 038 461 | 4 334 508 672 |

| | | | | | 31.03.2026 |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| | Sem maturidades definidas | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Total |
| Depósitos à ordem e de poupança | 2 047 929 879 | — | — | — | 2 047 929 879 |
| Depósitos a prazo | — | 811 168 090 | 1 161 780 373 | 381 130 706 | 2 354 079 169 |
| | 2 047 929 879 | 811 168 090 | 1 161 780 373 | 381 130 706 | 4 402 009 048 |

23. Imposto a receber/pagar

Em 31 de março de 2026, esta rubrica reflete o valor da estimativa de imposto referente ao período de 2025 e ainda não pago, bem como a estimativa de imposto sobre o rendimento relativa ao período de três meses findos em 31 de março de 2026.

24. Gastos com o pessoal

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

| | 31.03.2025 | 31.03.2026 |
|--|--------------------|--------------------|
| Remunerações | 84 587 870 | 89 257 638 |
| Benefícios aos empregados | 5 095 770 | 530 139 |
| Indemnizações | 769 988 | 2 209 031 |
| Encargos sobre remunerações | 18 156 115 | 19 616 162 |
| Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais | 962 288 | 1 008 666 |
| Gastos de ação social | 1 860 035 | 1 688 741 |
| Outros gastos com o pessoal | 79 015 | 146 263 |
| | 111 511 081 | 114 456 640 |

Remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A.

Nos períodos findos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais dos CTT, SA, foram as seguintes:

| | | | | | 31.03.2025 |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------|------------------|
| | Conselho de Administração | Comissão de Auditoria | Comissão de Vencimentos | Assembleia Geral | Total |
| Remunerações de curto prazo | | | | | |
| Remunerações fixas | 585 227 | 62 500 | 16 275 | — | 664 002 |
| | 585 227 | 62 500 | 16 275 | — | 664 002 |
| Remunerações Longo prazo | | | | | |
| Plano de contribuição definida - PPR | 38 625 | — | — | — | 38 625 |
| Remun variável Longo prazo | 804 579 | — | — | — | 804 579 |
| | 843 204 | — | — | — | 843 204 |
| | 1 428 431 | 62 500 | 16 275 | — | 1 507 206 |

| | | | | | 31.03.2026 |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------|----------------|
| | Conselho de Administração | Comissão de Auditoria | Comissão de Vencimentos | Assembleia Geral | Total |
| Remunerações de curto prazo | | | | | |
| Remunerações fixas | 480 494 | 62 500 | 13 950 | — | 556 944 |
| | 480 494 | 62 500 | 13 950 | — | 556 944 |
| Remunerações Longo prazo | | | | | |
| Plano de contribuição definida - PPR | 38 625 | — | — | — | 38 625 |
| | 38 625 | — | — | — | 38 624 |
| | 519 119 | 62 500 | 13 950 | — | 595 569 |

Remuneração variável de longo prazo (“RVLP”)

Com a entrega da terceira tranche, a 31 de dezembro de 2025, o programa de RVLP para o mandato de 2020-2023 ficou concluído.

Mandato 2023/2025

O modelo de remuneração variável de longo prazo para o mandato 2023/2025 tem por base a participação dos Administradores executivos no Plano de Opções, o qual está vertido na política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas em 23 de abril de 2024, com base na proposta da Comissão de Vencimentos.

De forma semelhante, o Conselho de Administração colocou em prática um Plano de Opções destinado a quadros dirigentes dos CTT, nos mesmos moldes do programa aprovado para os membros dos órgãos sociais. O referido Plano de Opções prevê as seguintes principais regras aplicáveis à atribuição e ao exercício das opções e

à liquidação financeira e entrega e retenção das ações ao abrigo da RVLP:

- O Plano de Opções regula a atribuição aos seus participantes de opções que conferem o direito de atribuição de ações representativas do capital social dos CTT, sujeito a determinadas condições aplicáveis ao exercício e liquidação das opções;
- O Plano de Opções fixa o número de opções atribuídas a exercer pelos participantes do Plano (diferenciado entre CEO, CFO e CCO e Quadros dirigentes), conforme tabela adiante, correspondendo a data de atribuição à data de aprovação do referido plano em Assembleia Geral;
- Cada participante terá direito a receber três tranches distintas de Opções, cada uma com um Preço de Exercício distinto:

| Tranche | Número de opções por participantes | | | Preço de exercício ou Strike Price |
|---------|------------------------------------|---------|---------|------------------------------------|
| | CEO | CFO | CCO | |
| 1 | 1 166 667 | 833 334 | 833 334 | 4,00 € |
| 2 | 1 166 667 | 833 333 | 833 333 | 6,00 € |
| 3 | 1 166 666 | 833 333 | 833 333 | 8,00 € |

No caso dos quadros dirigentes, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a atribuição de um número global de 2 010 000 opções, sujeitas às condições definidas para os órgãos sociais.

- A data de exercício da totalidade das opções corresponde a 1 de janeiro de 2026, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2023/2025;
- O número de Ações a liquidar para cada tranche de Opções será calculado com base na aplicação da seguinte fórmula:

$N.^\circ \text{ de Ações} = N.^\circ \text{ de Opções exercidas} \times [(\text{Preço da Ação} - \text{Preço de Exercício (Strike Price)}) / \text{Preço da Ação}]$

Onde:

Preço de Exercício (*Strike Price*): corresponde ao Preço de Exercício determinado na tabela acima; e,

Preço da Ação: corresponde à média aritmética dos preços, ponderada pelos respetivos volumes, das transações das ações da Sociedade ocorridas no mercado regulamento *Euronext Lisbon*, nas sessões de Bolsa que tenham lugar nos 120 dias anteriores à Data de Exercício.

f. O Plano de Opções prevê a liquidação financeira de 25% das opções (*cash settlement*) e a liquidação física de 75% das opções (*equity settlement*), sem prejuízo de, a título excecional e num cenário de o número de ações próprias detidas pelos CTT não ser suficiente, determinar que a Comissão de Vencimentos estabeleça um mecanismo de compensação por via da atribuição de quantia em numerário e liquidação financeira das opções cuja liquidação física não seja possível. O Plano de opções dos quadros dirigentes dos CTT prevê a liquidação física de 100% das opções, com exceção das opções a atribuir aos membros da comissão executiva alargada, cujo plano, prevê, igualmente, a liquidação financeira de 25% das opções (*cash settlement*) e a liquidação física de 75% das opções (*equity settlement*).

g. Caso haja lugar a atribuição de ações em função do desempenho bolsista e da verificação do desempenho positivo da Sociedade nos termos definidos no plano, as opções serão objeto de liquidação ao longo de período de diferimento/retenção;

h. 50% da RVLP é liquidada no quinto dia de negociação imediatamente após a data da assembleia geral anual da Sociedade que aprova as contas relativas ao exercício de 2025 a ter lugar em 2026, sujeito à verificação do desempenho positivo com relação a cada um dos exercícios de 2023, 2024 e 2025, metade por via de liquidação financeira em numerário (ou seja, 25% das opções numa base proporcional com relação a cada uma das suas 3 tranches) e a outra metade (ou seja, 25% das opções igualmente numa base proporcional com relação a cada uma das suas 3 tranches) por via de liquidação física através da entrega de ações CTT. No caso dos quadros dirigentes, com exceção dos membros da comissão executiva alargada, os 50% da RVLP liquidados nesta data são efetuados através de entrega física de ações CTT.

i. Os restantes 50% da RVLP (ou seja, 50% das opções igualmente numa base proporcional com relação a cada uma das tranches) são liquidados por via da entrega de ações CTT (liquidação física), em 2 tranches de 1/2 das ações retidas, respetivamente: (i) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2026 em assembleia geral anual da Sociedade a ter lugar em 2027, ou a 31 de

maio de 2027 (consoante a data que ocorra posteriormente) e sujeito ao desempenho positivo da Sociedade em cada um dos exercícios de 2023 a 2026; e (ii) no quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2027 em assembleia geral anual da Sociedade a ter lugar em 2028, ou a 31 de maio de 2028 (consoante a data que ocorra posteriormente) e sujeito ao desempenho positivo da Sociedade em cada um dos exercícios de 2023 a 2027, respetivamente para cada tranche;

j. O exercício das opções e a sua liquidação estão ainda sujeitos a condições de elegibilidade, sendo elas, a permanência em funções durante o mandato por regra, a ausência de situações de incumprimento material do Plano de Opções e a não verificação das situações que dão lugar à aplicação dos mecanismos de ajustamento;

À data da atribuição, a determinação do justo valor das opções atribuídas, foi efetuada através de estudo realizado por entidade independente na data de atribuição do benefício. O modelo utilizado para a valorização do plano de ações foi o modelo de simulação Monte Carlo.

A 31 de dezembro de 2025, o montante relativo ao plano de ações respeitante a órgãos sociais e quadros dirigentes, reconhecido, ascendeu a 7 100 862 Euros, estando a componente de liquidação financeira, reconhecida na rubrica “Benefícios aos empregados”, no montante de 4 898 246 Euros e a componente de liquidação em

instrumentos de capital reconhecida na rubrica “outras reservas”, no montante de 2 202 616 Euros.

Para a componente de liquidação financeira, o valor da responsabilidade foi atualizado no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte, com base num estudo efetuado por entidade independente.

Remuneração variável anual (“RVA”)

No período findo a 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de 835 807 Euros a título de estimativa de Remuneração variável anual para os membros dos Órgãos Sociais.

Nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal”, o montante de 471 405 Euros e 284 387 Euros relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

No período findo em 31 de março de 2026, o n.º médio de pessoal ao serviço era de 13 802 (13 390 colaboradores no período findo em 31 de março de 2025).

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e a 31 de março de 2026, o Grupo incorreu em gastos com pessoal no montante global de 66 074 Euros e 75 067 Euros, respetivamente, referente a colaboradores cedidos à Fundação Portuguesa das Comunicações

25. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026, a rubrica referente a “Gastos e perdas financeiros” tinha o seguinte detalhe:

| | 31.03.2025 | 31.03.2026 |
|---|------------------|------------------|
| Juros suportados | | |
| Financiamentos bancários | 1 038 010 | 1 973 628 |
| Passivos de locação | 1 518 696 | 1 547 693 |
| Outros juros | — | 104 169 |
| Gastos financeiros - Benefícios de empregados | 1 549 213 | 1 835 872 |
| Outros gastos de financiamento | 108 335 | 177 710 |
| | 4 214 254 | 5 639 073 |

No decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026, a rubrica “Rendimentos financeiros” encontrava-se detalhada como se segue:

| | 31.03.2025 | 31.03.2026 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Juros obtidos | | |
| Depósitos em instituições de crédito | 196 759 | 126 336 |
| Outros rendimentos similares | 43 589 | — |
| | 240 348 | 126 336 |

26. Impostos sobre o rendimento

As empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 19%, à qual acresce Derrama Municipal, fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e Derrama Estadual que corresponde a 3% do excedente do lucro tributável entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, 5% do excedente entre 7 500 000 Euros até 35 000 000 Euros e 9% no montante que exceda os 35 000 000 Euros. A CTT – Expresso, S.A., Sucursal em Espanha, a Cacesa - Companhia Auxiliar al Cargo Expres, S.A.U. e a sua

subsidiária Alaer - Auxiliar Logistica Aeroportuária Express, S.A.U. encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades (“IS”) à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”) à taxa de 32%.

No apuramento do imposto devido assim como em sede de cumprimento de obrigações fiscais são ainda considerados regimes societários e fiscais especiais, como se verifica no caso da CTT IMO Yield, S.A. - SIC Sociedade Imobiliária Fechada e do Fundo 1520 Innovation Fund, Fundo de Capital de Risco Fechado, entidades sediadas em Portugal.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., Payshop Portugal,

S.A., CTT Contacto, S.A., Banco CTT, S.A., 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A., CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A., NewSpring Services, S.A., MedSpring, S.A. e CTT Logística, S.A. em resultado da opção pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, foi efetuada como segue:

| | 31.03.2025 | 31.03.2026 |
|---|------------------|------------------|
| Resultado antes de impostos (a) | 7 252 441 | 6 473 859 |
| Taxa nominal de imposto | 20,0 % | 19,0 % |
| | 1 450 488 | 1 230 033 |
| Benefícios fiscais | (126 686) | (122 908) |
| Mais/(menos)-valias contabilísticas | (4 521) | (4 754) |
| Mais/(menos)-valias fiscais | 2 261 | 2 377 |
| Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos | (45 682) | 31 488 |
| Perdas e reversões por imparidade | (57 647) | (31 522) |
| Indemnizações por eventos seguráveis | 93 865 | 62 072 |
| Depreciações e encargos com aluguer de viaturas | 69 886 | 56 939 |
| Créditos incobráveis | 63 579 | 1 199 |
| Diferença entre taxas de imposto corrente e diferido | (290 666) | 84 906 |
| Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos | 40 924 | 11 459 |
| Venda e relocação de ativos fixos tangíveis | (811 292) | (871 173) |
| Custos com rescisão de contratos | — | — |
| Resultados de entidades sujeitas a regimes de tributação especiais | (446 538) | (468 022) |
| Outras situações, líquidas | 171 028 | 977 592 |
| Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma | 112 881 | 114 848 |
| Ajustamentos à coleta - Remuneração Variável não distribuída | — | (3 455) |
| Prejuízos fiscais sem imposto diferido ativo | — | 61 591 |
| Imposto diferido de prejuízos fiscais reportáveis acumulados sucursal Espanha | 554 141 | (79 472) |
| Crédito fiscal SIFIDE | (72 705) | — |
| Subtotal (b) | 703 315 | 1 053 198 |
| (b)/(a) | 9,70 % | 16,27 % |
| Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal | 201 851 | 112 773 |
| Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual | 324 354 | 73 301 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 1 229 521 | 1 239 272 |
| Taxa efetiva de imposto | 16,95 % | 19,14 % |
| Imposto sobre o rendimento do período | | |
| Imposto corrente | 2 701 658 | 1 087 755 |
| Imposto diferido | (1 399 432) | 151 517 |
| Crédito fiscal SIFIDE | (72 705) | — |
| | 1 229 521 | 1 239 272 |

A alteração da taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em Portugal, formalizada pela Lei n.º 64/2025 de 7 de novembro, estabelece uma trajetória de redução progressiva das taxas gerais e reduzidas. A taxa geral de IRC, aplicada à generalidade das empresas residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes, anteriormente fixada em 21%, sofre uma redução gradual para as seguintes taxas: 2025: 20%; 2026: 19%; 2027: 18% e 2028: 17%.

Desta forma, para o cálculo do imposto sobre o rendimento, para o período findo a 31 de março de 2026 foi considerada a taxa aplicável para 2026.

De igual modo, a redução progressiva das taxas de IRC tem impacto no apuramento de impostos diferidos (ativos e passivos), em estrita conformidade com as normas contabilísticas em vigor, nomeadamente a IAS 12. Os impostos diferidos devem ser mensurados com base nas taxas de imposto que se estima que sejam aplicáveis no período em que o ativo se realize ou o passivo seja liquidado.

O impacto no apuramento do imposto diferido relacionado com o escalonamento da redução da taxa de 20%, em

vigor em 2025, para 17% até 2028, ficou refletido na rubrica “Impacto da alteração da taxa de imposto (imposto diferido)”, no período findo em 31 de dezembro de 2025.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, os saldos referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativos por impostos diferidos | | |
| Benefícios aos empregados - cuidados de saúde | 39 233 911 | 39 148 482 |
| Benefícios aos empregados - plano de pensões | 63 776 | 60 443 |
| Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo | 6 492 955 | 6 288 897 |
| Perdas por imparidade e provisões | 1 827 592 | 1 990 804 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 11 107 590 | 11 130 712 |
| Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis | 578 199 | 622 311 |
| Remuneração variável de longo prazo (CE) | 2 595 192 | 2 595 192 |
| Transações de venda e relocação de ativos fixos tangíveis | 7 418 919 | 7 503 475 |
| Outros | — | 5 566 |
| | 69 318 134 | 69 345 882 |
| Passivos por impostos diferidos | | |
| Excedentes de revalorização antes IFRS | 245 561 | 216 599 |
| Mais-valias suspensas | 215 370 | 269 864 |
| Movimentos PPA - New Spring Services | 84 195 | — |
| Ajustamentos justo valor | 691 987 | 1 048 434 |
| Outros | 356 535 | 250 565 |
| | 1 593 648 | 1 785 462 |

No ano findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativos por impostos diferidos | | |
| Saldos no início do período | 74 153 787 | 69 318 134 |
| Efeitos em resultados | | |
| Benefícios aos empregados - cuidados de saúde | (5 159 988) | (85 430) |
| Benefícios aos empregados - plano de pensões | 1 132 | (3 333) |
| Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo | (127 034) | (204 058) |
| Perdas por imparidade e provisões | (220 452) | 163 213 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | (2 068 963) | 23 123 |
| Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis | (158 168) | 44 112 |
| Plano de ações | 1 291 030 | — |
| Terrenos e edifícios | (49 689) | — |
| Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis | (254 355) | — |
| Transações de venda e relocação de ativos fixos tangíveis | (546 860) | 84 556 |
| Outros | (45 509) | — |
| Efeito em capitais próprios | | — |
| Benefícios aos empregados - cuidados de saúde | 1 773 267 | — |
| Benefícios aos empregados - plano de pensões | 1 992 | — |
| Outros | — | 5 565 |
| Outros efeitos | | |
| Alterações no perímetro de consolidação | 727 944 | — |
| Saldo final | 69 318 134 | 69 345 882 |

| | 31.12.2025 | 31.03.2026 |
|--|------------------|------------------|
| Passivos por impostos diferidos | | |
| Saldos no início do período | 2 571 698 | 1 593 648 |
| Efeito em resultados | | |
| Excedentes de revalorização antes IFRS | (161 026) | (28 962) |
| Mais-valias suspensas | (46 914) | (29 702) |
| Movimentos PPA - NewSpring Services | (101 035) | — |
| Ajustamentos justo valor | (808 850) | 310 891 |
| Outros | 84 841 | (66 504) |
| Efeito em capitais próprios | | |
| Outros | 54 934 | 6 091 |
| Saldo final | 1 593 648 | 1 785 462 |

No ano findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findos em 31 de março de 2026 os prejuízos fiscais detalham-se como segue:

| | 31.12.2025 | | 31.03.2026 | |
|---|-------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------|
| | Prejuízos fiscais | Impostos diferidos ativos | Prejuízos fiscais | Impostos diferidos ativos |
| CTT Expresso, S.A., Sucursal em Espanha | 61 672 220 | 7 991 910 | 61 406 819 | 7 925 560 |
| CTT Expresso/Transporta | 10 660 709 | 1 822 982 | 10 643 155 | 1 819 979 |
| Open Lockers | 2 767 078 | 580 342 | 2 889 934 | 604 914 |
| Cacesa | 2 558 614 | 712 356 | 2 558 614 | 780 259 |
| Total | 77 658 621 | 11 107 590 | 77 498 522 | 11 130 712 |

No caso da CTT Expresso, sucursal em Espanha, os prejuízos referem-se ao ano de 2015 e podem ser reportados nos 18 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2032) e aos prejuízos fiscais de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 sem limite temporal para o seu reporte. A 31 de março de 2026, encontra-se reconhecido o montante de 7 925 560 Euros de imposto diferido ativo sobre os prejuízos fiscais acumulados, considerando, por um lado, as normas fiscais espanholas, assim como o facto, de o plano de negócios atual prever a geração de lucros tributáveis nos

próximos anos, em linha, com o aumento relevante da performance operacional e financeira desta entidade.

No que respeita à CTT Expresso/ Transporta, os prejuízos apresentados referem-se às perdas fiscais verificadas nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018 da Transporta uma vez que em 2019 esta empresa foi incorporada na CTT Expresso, os quais podem ser reportados em um ou mais períodos de tributação posteriores, de acordo com as regras estabelecidas no Código do IRC. O reconhecimento dos

impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais da Transporta encontra-se suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros da CTT Expresso, baseada no plano de negócios da empresa.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,82 milhões de Euros.

SIFIDE

O Grupo reconhece uma estimativa do crédito fiscal que foi submetido para certificação pela autoridade competente (ANI – Agência Nacional de Inovação), no período a que dizem respeito os investimentos.

Relativamente às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2023, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante de 8 054 187 Euros, tendo o Grupo estimado uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 4 391 472 Euros. A 31 de março de 2026, o crédito fiscal atribuído pela Comissão Certificadora totalizava 4 126 967 Euros, aguardando o remanescente diferimento.

Relativamente às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2024, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante de 5 280 982 Euros, tendo o Grupo estimado uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 2 029 235 Euros. De acordo com a informação histórica, o Grupo CTT tem uma elevada taxa de sucesso no deferimento do crédito fiscal submetido a aprovação pela ANI, não tendo ocorrido em anos anteriores correções significativas aos valores auto-liquidados na modelo 22, pelo que, e de acordo com o disposto na IFRIC 23, foi considerado um crédito de imposto considerado na auto-liquidação efetuada na Modelo 22 de 2024, no montante de 1 446 522 Euros.

Quanto ao exercício económico de 2025, o Grupo encontra-se ainda a identificar e quantificar as despesas incorridas

com I&D que irão integrar as candidaturas que serão submetidas no decurso do ano de 2026.

Pilar II

A transição do mundo para aldeia global, o aumento crescente da rapidez das transações, a agilização das relações comerciais, entre outros fenómenos, vêm desafiar as normas fiscais em vigor, obrigando a uma inevitável renovação e conjugação de esforços entre jurisdições, governos e políticas fiscais nacionais – no fundo, passando a haver lugar a uma harmonização fiscal no que ao imposto sobre o rendimento das empresas diz respeito.

Neste contexto, a OCDE encetou o projecto BEPS (*Base Erosion and Profit Shifting*) do qual resultou a adoção de 15 ações/planos a ser seguidos e que indicam normas fiscais a serem adotadas e implementadas pelos governos nacionais no sentido de abolir a elisão e evasão fiscal, visando a tributação efetiva das atividades económicas na(s) jurisdição(ões) onde os respetivos lucros são gerados e em que o valor acrescentado seja realmente gerado.

Em 2021, logrou-se o acordo entre os membros do G20 para a implementação do vulgarmente designado Pilar II referente ao método e critério de tributação de lucros obtidos por entidades multinacionais, assim como à forma de alocação, entre os estados, do poder de arrecadação de receita fiscal.

De acordo com o Pilar II, as sociedades inseridas em grupos multinacionais com volume de negócios global anual superior a 750 milhões de euros estarão sujeitas, independentemente da jurisdição a que pertençam, a uma

taxa mínima de impostos sobre o rendimento das sociedades de 15%.

A imposição desta taxa mínima visa evitar que, com base em práticas e políticas fiscais abusivas, se verifiquem desequilíbrios entre as taxas e regimes fiscais nas diferentes jurisdições ou que haja um aproveitamento ilícito por falta de sujeição a pagamento de imposto.

A Diretiva da UE 2022/2523 previa a sua transposição pelos Estados-Membros aderentes até 31 de dezembro de 2023, o que não se verificou em algumas jurisdições, entre as quais Portugal que viria a cumprir com o dever de transposição da Diretiva através da publicação oficial, a 8 de novembro de 2024, da Lei n.º 41/2024.

O Grupo, por estar abrangido pelo âmbito de incidência subjetiva da Diretiva, realizou uma avaliação do possível impacto em cada uma das jurisdições em que está presente à luz da Diretiva, assim como dos diplomas nacionais publicados, definindo as tarefas internas e de reporte a realizar nesse âmbito.

Tal análise considerou inclusivamente as jurisdições em que as subsidiárias da Cacesa têm presença relevante para efeitos de imposto sobre o rendimento de sociedades.

O cumprimento das obrigações fiscais e declarativas relativas ao Pilar II deverá ser executado em conjugação com a informação reportada no CbCR (Country by Country Report) que tem vindo a ser submetido e preparado pelo Grupo assim como em outros reportes realizados e a realizar.

Configurando um regime inovador, está previsto um regime transitório, nomeadamente em termos de prazo, para aplicação das normas e permitindo uma adaptação progressiva a este novo regime.

Além disso, certas jurisdições estarão excluídas do âmbito de aplicação de tais normas.

Por outro lado, estão previstas cláusulas *safe-harbour* que se caracterizam por dispensar, desde que cumpridos certos requisitos e/ou limites, o cumprimento de certas obrigações e afastando a sujeição à mencionada taxa mínima.

A análise realizada incluiu a verificação, através de testes à informação financeira do Grupo e à verificação efetiva de requisitos objetivos e permitiu concluir que em nenhuma das jurisdições relevantes neste âmbito será devido imposto a que se refere o Pilar II.

Na medida em que relativamente a Espanha não foi possível aplicar nenhuma das *transitional safe-harbours* foi necessário realizar o cálculo detalhado da Taxa Efetiva de Imposto à luz das *GloBE Model Rules* apurando-se uma taxa claramente superior à taxa mínima de 15%.

Concluiu-se assim não ser devido qualquer imposto complementar em Espanha.

Tais conclusões resultam da interpretação das normas da Diretiva e dos diplomas nacionais assim como da doutrina internacional especializada em matéria de tributação internacional e fundam-se nos acima mencionados regimes excecionais ou especiais.

Considerando a relevância do Pilar II e o potencial impacto no Grupo, serão monitorizadas e avaliadas, nas jurisdições relevantes, alterações de facto que possam alterar as conclusões da análise realizada, nomeadamente as resultantes de diferenças da realidade face ao plano de negócio ou da ocorrência de alguma alteração societária e/ou fiscal.

Por outro lado, continuaremos a acompanhar as alterações legislativas e o desenvolvimento das posições interpretativas das normas de modo a antecipar os respetivos impactos na esfera do Grupo.

A alteração à IAS 12 introduziu uma exceção temporária mandatária de reconhecimento de impostos diferidos no âmbito do Pilar II que será considerada e seguida pelo Grupo nos reportes que deva realizar.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não

terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2026.

27. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente, administrador de sociedades subsidiárias ou terceiro com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (joint ventures) dos CTT. Considera-se existir um “interesse comercial ou pessoal relevante” em relação (i) aos familiares próximos dos dirigentes, dos administradores de sociedades subsidiárias e de acionistas qualificados que, em cada momento, detenham influência significativa sobre os CTT, bem como (ii) a entidades controladas (individual ou conjuntamente) seja pelos dirigentes ou administradores de sociedades subsidiárias, seja pelos acionistas qualificados seja pelas pessoas referidas em (i). Para este efeito, considera-se existir “controlo” quando um investidor está exposto ou é detentor de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a investida. Por sua vez, são “familiares próximos”: (i) o cônjuge ou parceiro doméstico e (ii) os filhos e dependentes do próprio e das pessoas referidas em (i).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio favorável por parte da Comissão de Auditoria, assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias, salvo quando se encontrem compreendidas no próprio comércio da sociedade em causa e não seja concedida qualquer vantagem especial ao administrador diretamente ou por pessoa interposta. Entende-se por transação significativa, qualquer transação com parte relacionada cujo montante seja superior a um milhão de Euros, e/ou realizada fora do âmbito da atividade corrente dos CTT e/ou subsidiárias e/ou fora das condições de mercado.

As demais “Transações com partes relacionadas” são aprovadas pela Comissão Executiva, na medida da respetiva delegação de competências, e sujeitas a verificação a *posteriori* da Comissão de Auditoria.

No decurso dos períodos findos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

| | | | | | 31.03.2025 |
|----------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar | Rendimentos | Gastos | Dividendos |
| Acionistas | — | — | — | — | — |
| Empresas do Grupo CTT | | | | | |
| Conjuntamente controladas | 126 151 | 30 371 | 138 840 | 91 031 | — |
| Outras partes relacionadas | — | — | — | — | — |
| Membros do (Nota 24) | | | | | |
| Conselho de Administração | — | — | — | 585 227 | — |
| Comissão de Auditoria | — | — | — | 62 500 | — |
| Comissão de Vencimentos | — | — | — | 16 275 | — |
| Assembleia Geral | — | — | — | — | — |
| | 126 151 | 30 371 | 138 840 | 755 032 | — |

| | | | | | 31.03.2026 |
|----------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar | Rendimentos | Gastos | Dividendos |
| Acionistas | — | — | — | — | — |
| Empresas do Grupo CTT | | | | | |
| Conjuntamente controladas | 274 258 | 133 149 | 188 900 | 171 802 | — |
| Outras partes relacionadas | 377 187 | 30 | 1 844 777 | 99 854 | — |
| Membros do (Nota 24) | | | | | |
| Conselho de Administração | — | — | — | 480 494 | — |
| Comissão de Auditoria | — | — | — | 62 500 | — |
| Comissão de Vencimentos | — | — | — | 13 950 | — |
| Assembleia Geral | — | — | — | — | — |
| | 651 445 | 133 179 | 2 033 677 | 828 600 | — |

No âmbito de transações realizadas com partes relacionadas não foram assumidos compromissos, ou dadas ou recebidas quaisquer garantias.

Não foram reconhecidas provisões para dívidas duvidosas ou gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As remunerações dos órgãos sociais dos CTT,S.A. encontram-se divulgadas na nota 24 – Gastos com Pessoal.

28. Outras informações

No âmbito dos processos judiciais relativos à Decisão da ANACOM referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do SPU, de julho de 2018, segue os seus termos o processo de recurso interposto pelo Estado da decisão do Tribunal Arbitral, a qual reconheceu que a decisão da ANACOM consubstanciou uma alteração anormal e impressionante das circunstâncias, causando danos no valor de 1 869 482 euros. Relativamente às ações administrativas intentadas contra a ANACOM, a primeira relativa à mesma decisão e a segunda relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos indicadores, mantêm-se sem desenvolvimentos relevantes. A 24 de janeiro de 2024, os CTT foram notificados da decisão que condenou o Estado a pagar aos CTT o montante de 2 410 413 Euros. O Estado impugnou a decisão, estando em curso o respetivo processo. Uma vez que esta impugnação não suspende os efeitos da condenação, na sequência da publicação da decisão acima referida, os CTT iniciaram uma ação de execução do acórdão arbitral, a 1 de abril de 2025, aguardando o normal curso do processo.

No processo de contraordenação a ANACOM decidiu aplicar uma coima de 830 000 Euros, por alegada violação

do procedimento de medição dos indicadores de qualidade de serviço (IQS) em 2016 e 2017, o Tribunal da Relação de Lisboa reduziu a coima única para 275 000 Euros. Aguarda-se ainda o resultado do recurso relativo a questões processuais, podendo o valor ainda sofrer alterações.

Pelos mesmos factos relativos a 2015 e 2016 (situações variadas relativas à distribuição e publicação de informação nas lojas), a 19 de abril de 2024, os CTT foram notificados da acusação da ANACOM pela prática de contraordenações, tendo aplicado uma coima 398 750 Euros. Foi apresentado recurso para o Tribunal da Relação que absolveu os CTT de 4 ilícitos contraordenacionais inicialmente imputados e reduziu a coima para 200 000 Euros. Não obstante, mantendo-se a decisão relativa a questões processuais de produção de prova na primeira instância, também objeto do recurso, os CTT recorreram, encontrando-se pendente de decisão final. Subsequentemente, foram apresentados requerimentos junto do Tribunal Constitucional e do Tribunal da Relação de Lisboa, no âmbito de questões processuais, aguardando-se decisão.

Em 23 de fevereiro de 2023, os CTT foram notificados para se pronunciarem sobre uma nova proposta de aplicação de multas contratuais apresentada pela ANACOM ao Governo, relativamente ao alegado incumprimento contratual da obrigação de qualidade de serviço nos anos 2016, 2017, 2018 e 2019. Os CTT apresentaram a sua pronúncia em 6 de abril de 2023, na qual defendem a inexistência de qualquer fundamento de facto ou de direito para o apuramento de qualquer responsabilidade contratual e requerem diligências adicionais de prova. A eventual aplicação de multas contratuais e o respetivo valor

depende dos ulteriores trâmites do procedimento administrativo, o qual à presente data, não registou desenvolvimentos relevantes.

Em 12 de março de 2025, os CTT foram acusados pela prática de uma contraordenação, relativo ao Centro de Distribuição Postal (CDP) de Torres Vedras, tendo sido aplicado uma coima de 1 000 000 euros. Os CTT apresentaram recurso junto do Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, em 4 de dezembro, sem que, até à presente data, se tenham verificado desenvolvimentos relevantes.

Adicionalmente, no decurso de 2025, foram instaurados dois processos de contraordenação pela ANACOM, em 19 de março e 7 de novembro, relacionados com o tratamento de reclamações de clientes. Os CTT apresentaram a sua defesa em 8 de abril e 27 de novembro, respetivamente, encontram-se ambos em fase administrativa, não se tendo verificado desenvolvimentos relevantes.

O processo iniciado a 18 de janeiro 2022, pelas sociedades Vasp Premium – Entrega Personalizada de Publicações, LDA. (Vasp) e Iberomail – Correio Internacional, S.A., (Iberomail) contra os CTT junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, aguarda a conclusão do julgamento. Pautando-se pelas melhores práticas de atuação no mercado, os CTT reiteram que consideram o pedido totalmente infundado, sendo que este processo tem por objeto factos apreciados pela Autoridade da Concorrência (AdC), num procedimento arquivado com imposição de compromissos, que os CTT implementaram e reportam anualmente à AdC.

A área de negócio de desalfandegamento dos CTT,

presente em vários países, é realizada sobretudo pela CACESA. Esta atividade divide-se principalmente entre expedição (*forwarding*) e armazenagem temporária, ambas sujeitas a licenças concedidas pela autoridade aduaneira espanhola. No âmbito das suas funções de supervisão, esta Autoridade realiza frequentemente ações de controlo às diferentes entidades autorizadas. Tendo identificado determinadas não-conformidades, a Autoridade iniciou agora um processo de revisão de licenças, através do qual a licença de armazenagem temporária (ADT) da CACESA será revogada com efeitos a partir de 10 de março de 2027, e é para ser re-emitida para uma entidade dos CTT. Os CTT exercem também esta atividade através da CTT Express, a sucursal espanhola da CTT Expresso. A atividade da CACESA será mantida sem quaisquer perturbações relevantes do negócio ou impactos significativos.

Parceria estratégica CTT e DHL

A 19 de dezembro de 2024, os CTT e a Deutsche Post International, B.V. (“DHL” ou “Grupo DHL”), estabeleceram uma parceria com o objetivo de unir esforços em Portugal e Espanha e constituir um empreendimento de elevado desempenho para endereçar os mercados de encomendas de comércio eletrónico – nos segmentos B2C e B2B - com capacidade diária superior a um milhão de envios e serviços *out-of-home* na Península Ibérica.

Esta parceria estratégica está direcionada para gerar eficiências e abordar as oportunidades de crescimento nos mercados de e-commerce e distribuição de encomendas em Espanha e Portugal. Esta colaboração destina-se a criar uma rede abrangente de recolha e distribuição em Portugal e Espanha.

Para materializar a parceria, (i) a CTT Expresso adquirirá integralmente a DHL Parcel Portugal, Unipessoal Lda (“DHL Parcel Portugal”); (ii) os CTT adquirirão ainda uma participação indireta de 25% na DHL Parcel Iberia SL (“DHL Parcel Iberia”) através da sua *holding*, Danzas SL (“Danzas”), que a detém integralmente e (iii) a DHL irá adquirir uma participação de 25% na CTT Expresso. Tanto a DHL Parcel Iberia como a DHL Parcel Portugal fazem parte da divisão de comércio eletrónico do Grupo DHL. Ambas as Partes concederão uma à outra a opção de aumentar, no futuro e sujeita ao cumprimento de certas condições, as suas participações até 49% nas respetivas empresas.

Como parte deste Acordo, o negócio de comércio eletrónico da DHL em Portugal será totalmente transferido para a CTT Expresso. Em Espanha, o enfoque será racionalizado, de modo a promover ambos os serviços B2C e B2B, com o objetivo de criar uma rede altamente eficiente para processamento de encomendas e entrega de última milha, enriquecendo a experiência de cliente em toda a Península Ibérica. A CTT Expresso, incluindo os negócios de CEP e de cacifos em Portugal e em Espanha e a DHL Parcel Portugal, continuará a ser consolidada integralmente pelos CTT, que manterão uma participação controladora de 75%, enquanto a DHL Parcel Iberia, correspondente a uma posição de 25%, será consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

A Transação avalia a CTT Expresso em Ativos da Empresa (“*enterprise value*”) de 482 milhões de euros, a DHL Parcel Iberia em *enterprise value* de 106 milhões de euros, e a DHL Parcel Portugal em *enterprise value* de 12 milhões de

euros. Adicionalmente, as Partes acordaram em alavancas de valorização para os CTT e a DHL, não incluídas no *enterprise value*, que resultam num montante de 15 milhões de euros a ser pago pelos CTT à DHL. Após a conclusão da fase inicial da Transação e considerando os *enterprise value* e as alavancas de valorização, estima-se que os CTT receberão da DHL um encaixe líquido no valor de 69 milhões de euros, assumindo uma base livre de dívida/caixa. Este montante será confirmado, de acordo com as contas na conclusão da Transação. Este montante não inclui a aquisição da Cacesa, através da CTT Expresso, tal como anunciado ao mercado em 18 de dezembro de 2024.

A 18 de março de 2026, os CTT e a Deutsche Post International, B.V. foram notificados de que a Comissão Europeia aprovou incondicionalmente, ao abrigo do Regulamento das Concentrações da UE, a parceria de *joint venture*, tal como anunciado pelas Partes em 19 de dezembro de 2024.

A referida autorização constituía a principal condição prévia que exigia a aprovação de uma autoridade reguladora externa. Com este requisito agora cumprido, as Partes darão seguimento às etapas restantes necessárias para concluir a Transação e constituir formalmente a Joint Venture, sob reserva de autorização ao abrigo do Regulamento da UE relativo às Subvenções Estrangeiras (FSR) e das restantes condições prévias.

Prevê-se agora que a Transação fique concluída em maio de 2026.

Esta Transação representa um marco transformacional no percurso dos CTT para se tornarem um operador líder de

logística de *e-commerce* na Península Ibérica. A Transação reforçará ainda mais a posição de liderança dos CTT no *e-commerce* ibérico.

29. Eventos subsequentes

Na Assembleia Geral dos acionistas que ocorreu a 30 de abril de 2026 e além do que já se encontra divulgado na nota 16. Dividendos, foi aprovada a concessão de autorização ao Conselho de Administração para aumentar o capital social dos CTT, por uma ou mais vezes, pelo prazo de 5 anos, mediante a emissão de novas ações, a realizar em dinheiro, para cumprimento das obrigações da Sociedade de entrega de ações ao abrigo dos planos e atribuição de opções sobre ações dos CTT, num montante máximo total de 1 500 000 Euros.

Na Assembleia Geral 2026 foram igualmente eleitos os membros do Conselho de Administração, os membros da Mesa da Assembleia Geral e os membros da Comissão de Vencimentos dos CTT para o mandato 2026/2028.

Com exceção do acima mencionado, após 31 de março de 2026 e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante, considerado material, para a atividade do Grupo que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

CTT – Correios de Portugal, S.A.

Capital Social EUR 66 910 000,00 – NIPC 500 077 568

Sede

Avenida dos Combatentes, nº 43 - 14º Piso
1643-001 Lisboa
PORTUGAL
Telefone: +351 210 471 826

Site

ctt.pt
[Formulário de contacto CTT](#)

Redes Sociais

[LinkedIn](#) | [Facebook](#) | [Instagram](#)

Representante para as Relações com o Mercado

Joana Freitas

Relações com Investidores

Nuno Vieira
Email: investors@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 087

Órgãos de Comunicação Social

Direção de Comunicação e Marca
Assessoria de Imprensa
Cátia Cruz Simões
Email: gabinete.imprensa@ctt.pt

entregue.